



**Escola Superior  
de Educação**

Politécnico de Coimbra

*Perceções dos Jovens em Acolhimento Residencial e  
Ex-Acolhidos sobre a Inserção Profissional e a Vida  
Ativa: Desafios e Oportunidades*

Departamento de Educação, Desporto e Intervenção Social

Mestrado em Desenvolvimento Local e Educação de Adultos



**Escola Superior  
de Educação**

Politécnico de Coimbra

Carolina Afonso Tavares Semedo Té

Perceções dos Jovens em Acolhimento Residencial e Ex-Acolhidos sobre a Inserção Profissional  
e a Vida Ativa: Desafios e Oportunidades

Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Local e Educação de Adultos apresentada ao  
Departamento de Educação, Desporto e Intervenção Social da Escola Superior de Educação de  
Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Trabalho realizado sob a orientação do Professor Doutor Nuno Carvalho e do Professor Doutor  
João Pedro Gaspar

Outubro 2025

## **Agradecimentos**

Agradeço, antes de tudo, a todos aqueles que fizeram parte desta caminhada. Cada palavra, cada gesto, cada abraço e cada demonstração de carinho foram fundamentais para que, mais uma vez, eu conseguisse alcançar um sonho.

À minha querida Mãe, a quem devo tudo o que sou. Agradeço pelos ensinamentos, pela coragem e pela força que me transmitiste e que me acompanham em cada passo. Mesmo quando já não estás presente fisicamente, és a voz que me impulsiona a seguir em frente e a não desistir, por mais obstáculos que surjam. Tudo o que conquisto é também teu, é fruto do teu legado, que me inspira diariamente a procurar ser melhor e a cuidar do outro com o mesmo amor e dedicação que me ensinaste.

Aos meus filhos, Bernardo e Beatriz é por vocês que procuro contribuir para um mundo mais justo, com menos desigualdades, onde todas as crianças possam crescer rodeadas de amor, segurança e oportunidades. Obrigado pelos abraços, pelos sorrisos e pelos beijos que me dão força mesmo nos dias mais difíceis. Vocês são e serão sempre o meu maior motivo.

À minha irmã, a quem as palavras nunca conseguirão fazer justiça. Obrigada por seres o meu porto seguro, por acreditares em mim mesmo quando eu duvidava, pelas gargalhadas, pelos conselhos e pela tua forma incansável de me lembrar que sou capaz.

Ao meu namorado, obrigada pela paciência, pela companhia e por compreenderes, mesmo nas ausências, o quanto esta etapa significava para mim. Cheguei ao fim de mais uma caminhada e parte dela é também tua.

Aos meus amigos da PAJE, obrigada por nunca desistirem de nenhum jovem, mesmo quando o sistema já desistiu. Obrigada por me mostrarem, com o vosso exemplo, que tudo é possível, independentemente de onde vimos. Com trabalho, foco, persistência e apoio mútuo, conseguimos subir todos os degraus uns mais lentos, outros mais rápidos, mas sempre juntos, sempre firmes na esperança.

À minha querida amiga Catarina Cardantas, que esteve ao meu lado desde o primeiro momento. Obrigada por me ouvires, por me incentivares, por me ajudares a reencontrar o rumo quando o cansaço ameaçava vencer. Representas o verdadeiro significado da

palavra amizade, leal, generosa, confidente e genuína. Muito do que alcancei devo à tua presença constante e ao teu coração sempre disponível.

Ao meu Tio Paulo, que sempre esteve lá e cuidou tão bem de mim. Partiste mas deixaste em cada um de nós uma marca que levamos para a vida. Contigo aprendemos; os sonhos podem refazer-se.

Ao Professor Nuno, o meu sincero agradecimento pela sabedoria, paciência e incentivo. É um privilégio cruzar o caminho com professores que inspiram pelo exemplo e pela humanidade e o senhor é, sem dúvida, um deles.

Ao João Pedro Gaspar, não há palavras suficientes para expressar a admiração e o respeito que tenho por si. A sua dedicação, a sua visão e a forma como acredita nas pessoas são uma inspiração. O seu exemplo ultrapassa fronteiras e deixa marcas profundas em quem tem o privilégio de aprender consigo. Um dia ouvi dizer que a gratidão tem três níveis, e o mais profundo é simplesmente dizer “obrigado”. Por tudo o que fez, pelo impacto que teve e pela forma como transformou este percurso obrigada por tudo.

Por fim, um agradecimento muito especial aos jovens que participaram neste estudo. Obrigada pelo tempo, pela disponibilidade e, sobretudo, pela coragem de colocarem em palavras sentimentos tão íntimos e experiências que nem sempre são fáceis de revisitar. Num tempo em que pensar é, por vezes, considerado perigoso, ter opinião é arriscado e partilhá-la pode custar caro, vocês escolheram falar. Escolheram confiar. E por isso, merecem toda a minha gratidão, respeito e admiração.

A todos, o meu mais sincero obrigada, por acreditarem, por apoiarem, por fazerem parte desta história que é, mais do que uma conquista académica, uma jornada de vida.

### **Percepções dos Jovens em Acolhimento Residencial e Ex-Acolhidos sobre a Inserção Profissional e a Vida Ativa: Desafios e Oportunidades**

Resumo: Esta dissertação subordinada ao tema: “Percepções dos Jovens em Acolhimento Residencial e Ex-Acolhidos sobre a Inserção Profissional e a Vida Ativa: Desafios e Oportunidades” tem como objetivo analisar as percepções dos jovens em acolhimento residencial e dos jovens ex-acolhidos relativamente à sua inserção profissional e à transição para a vida ativa, procurando identificar os principais desafios e oportunidades que enfrentam ao longo deste processo. O estudo adota uma abordagem mista, de caráter descritivo e exploratório, baseado na aplicação de inquéritos por questionário com perguntas fechadas e abertas a jovens acolhidos e ex-acolhidos. Esta opção metodológica possibilitou a recolha e triangulação de dados quantitativos, obtidos através de respostas estruturadas em escalas de concordância, e de dados qualitativos, provenientes de respostas

Os resultados evidenciam que persistem lacunas significativas no domínio da autonomia e da preparação para a vida ativa, bem como a necessidade de um acompanhamento sistemático (follow up) após a saída das instituições de acolhimento. Embora se trate de um estudo exploratório e não representativo, a amostra constituída por 20 jovens (10 acolhidos e 10 ex-acolhidos) permite obter uma visão sobre as trajetórias e dificuldades vivenciadas por parte dos jovens acolhidos e ex-acolhidos.

**Palavras-chave:** Tese Jovens em acolhimento; Inserção profissional; Autonomia; Transição para a vida ativa; Intervenção social; Desenvolvimento pessoal; Follow up; Pós-acolhimento.

## **Perceptions of Young People in Residential Care and Aftercare on Professional Integration and Active Life: Challenges and Opportunities**

**Abstract:** This dissertation aims to analyze the perceptions of young people in residential care and former care recipients regarding their professional integration and transition to active life, seeking to identify the main challenges and opportunities they face throughout this process. The study adopts a mixed-method approach, both descriptive and exploratory in nature, based on the application of surveys with closed and open-ended questions to young people currently or formerly in care. This methodological choice allowed for the collection and triangulation of quantitative data obtained through structured responses on agreement scales and qualitative data, derived from open-ended answers reflecting perceptions, feelings, and personal experiences.

The results highlight that significant gaps persist in the domains of autonomy and preparation for independent living, as well as the need for systematic follow-up after leaving care institutions. Although this is an exploratory and non-representative study, the sample of 20 young people (10 currently in care and 10 formerly in care) provides insight into the trajectories and difficulties experienced by young people in residential care.

**Keywords:** Young people in care; Professional integration; Autonomy; Transition to independent living; Social intervention; Personal development; Follow-up; Aftercare.

**Índice**

Introdução .....	3
Lista de abreviaturas .....	5
Lista de figuras.....	5
<b>CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....</b>	<b>9</b>
1.1. A Lei de proteção de crianças e jovens em perigo .....	10
1.2 O conceito de Acolhimento .....	14
1.3 A evolução do acolhimento em Portugal .....	17
1.4 A desinstitucionalização e os seus desafios.....	18
1.5 Trajetórias pós-acolhimento .....	22
1.6 A legislação sobre a autonomia em jovens acolhidos em vigor .....	25
1.7 A autonomia .....	26
1.8 A Desinstitucionalização em Portugal: Desafios no Acolhimento de Crianças e Jovens.....	29
1.9 A Inserção Profissional dos Jovens Pós-Acolhimento.....	31
1.10 O mercado de trabalho jovem em Portugal .....	32
1.11 Medidas de Apoio à Empregabilidade dos Jovens Ex-Acolhidos .....	34
<b>CAPÍTULO 2 – OBJETIVOS E METODOLOGIA .....</b>	<b>38</b>
2.1 Objetivo .....	39
2.2 Metodologia .....	40
2.2.1 Técnicas de recolha de dados.....	41
2.2.2 Amostra .....	42
2.2.3 Técnicas de análise e análise dos dados.....	42
2.2.4 Procedimentos formais e éticos .....	43
<b>CAPÍTULO 3: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>44</b>
3.1 Apresentação e análise dos resultados .....	45
3.1.1 Idade.....	45
3.1.2 Género.....	46
3.1.3 Escolaridade .....	47
3.1.4 Região.....	49
3.1.5 Tempo de permanência .....	50
3.1.6 Idades de entrada e saída da casa de acolhimento.....	51
3.1.7 Projeto de vida .....	53

3.1.8 Percurso e preparação .....	56
3.1.9 A saída da Casa de acolhimento.....	61
3.1.10 A preparação para o mercado de trabalho .....	62
3.1.11 Percursos de transição .....	64
3.1.12 Competências adquiridas na Casa de Acolhimento .....	68
3.1.13 Situação laboral/emprego e a sua perceção .....	71
3.1.14. Perceção da discriminação no acesso ao mercado de trabalho.....	82
Bibliografia .....	103
Anexos.....	116

## **Introdução**

A família constitui o primeiro contexto de socialização da criança, desempenhando um papel fundamental na formação da personalidade, na transmissão de valores e na promoção do desenvolvimento cognitivo, emocional e social. No entanto, quando a família se revela incapaz de assegurar o bem-estar, a proteção e o desenvolvimento integral da criança, o Estado é chamado a intervir, através de medidas de promoção e proteção que visam garantir os direitos fundamentais e prevenir situações de perigo. Entre estas medidas, o acolhimento residencial assume particular relevância, representando uma resposta social que procura assegurar às crianças e jovens um ambiente seguro, estável e propício ao seu desenvolvimento.

Apesar dos progressos legislativos e institucionais registados em Portugal, o acolhimento residencial continua a apresentar desafios significativos, sobretudo no que diz respeito à preparação dos jovens para a vida adulta e à sua inserção profissional após a saída das casas de acolhimento. A transição do acolhimento para a vida ativa constitui uma fase crítica, frequentemente marcada por incertezas, ausência de suporte familiar e dificuldades na integração socioprofissional. Estas fragilidades tendem a comprometer o processo de autonomização e a aumentar o risco de exclusão social, exigindo uma reflexão aprofundada sobre as práticas de intervenção e os mecanismos de apoio existentes.

Neste contexto, a presente dissertação tem como objetivo analisar as perceções dos jovens em acolhimento residencial e jovens ex-acolhidos, sobre a sua inserção profissional e na vida ativa, procurando compreender quais os desafios que enfrentam e as oportunidades que identificam no seu processo de transição para a autonomia. Pretende-se, ainda, refletir sobre o papel das instituições, das políticas públicas e da sociedade na criação de condições favoráveis à integração social e profissional dos jovens acolhidos e com historial de acolhimento.

Para o desenvolvimento deste estudo, optou-se por uma abordagem mista, de carácter descritivo e exploratório, combinando a recolha de dados quantitativos e qualitativos. A amostra foi constituída por 20 jovens — 10 acolhidos e 10 ex-acolhidos,

permitindo recolher perceções diversificadas sobre as experiências do acolhimento, do processo de autonomização e da inserção profissional.

O interesse por esta temática decorre da crescente necessidade de compreender e valorizar as trajetórias de vida dos jovens em acolhimento residencial, reconhecendo-os como sujeitos de direitos, que são, e protagonistas do seu próprio processo de desenvolvimento.

A pertinência social e científica desta investigação reside na possibilidade de contribuir para a reflexão e o aperfeiçoamento das práticas de intervenção social, favorecendo a construção de políticas mais eficazes e mais humanizadas no apoio à transição para a vida adulta.

A dissertação organiza-se em três capítulos. O primeiro Capítulo — *“Enquadramento teórico e conceptual”*, define e contextualiza o acolhimento residencial em Portugal: evolução histórica, conceitos (acolhimento vs. institucionalização), quadro jurídico (LPCJP e diplomas complementares) e políticas de desinstitucionalização. Analisa também os desafios da autonomização, as trajetórias pós-acolhimento e as lacunas nas respostas públicas (apartamentos de autonomização, apoio pós-saída, participação dos jovens). O Capítulo 2, *“Objetivos e Metodologia”* Caracteriza empiricamente a população estudada e o contexto socioeconómico (mercado de trabalho jovem em Portugal). Examina a inserção profissional dos jovens pós-acolhimento, medidas de apoio à empregabilidade (programas +Emprego, IEFP, estratégias nacionais) e as barreiras específicas que os ex-acolhidos enfrentam (rede de apoio limitada, discriminação, precariedade de emprego). E por fim, o Capítulo 3, *“Apresentação Análise e Discussão dos Dados”*, apresenta a abordagem metodológica (método misto, descritivo/exploratório), a amostra, técnicas de recolha de dados (questionários com questões fechadas e abertas), procedimentos formais e éticos e as técnicas de análise utilizadas para tratar e interpretar os dados quantitativos e qualitativos

### **Lista de abreviaturas**

1. OTM -Organização Tutelar de Menores
2. LPI-Lei de Proteção à Infância
3. ISS- Instituto da Segurança Social
4. LPCJP- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
5. CPCJ- Comissões de Proteção de Crianças e Jovens
6. CAT- Centros de Acolhimento Temporário
7. PAJE- Plataforma de Apoio a Jovens Ex) Acolhidos
- 8- CA- Casas de Acolhimento

### **Lista de figuras**

Tabela n.º 1 Diferenciação entre Risco, Perigo e Crime

Tabela n.º 2 Fatores de Proteção e Fatores de Risco

Figura n.º 1 – Situações de perigo que estiveram na origem do acolhimento

Figura n.º 2 – Dinamização sistemática dos projetos de vida no acolhimento residencial

Figura n.º 3 - Distribuição dos jovens em apartamento de autonomização- pelo território nacional:

Figura n.º 4 - Medidas em meio natural de vida aplicadas anteriormente à situação de acolhimento

Gráfico 1 – Idades dos Jovens ex-acolhidos

Gráfico 2 – Idades dos Jovens acolhidos

Gráfico 3 – Género dos Jovens ex-acolhidos

Gráfico 4 – Género dos Jovens acolhidos

Gráfico 5 – Escolaridade dos Jovens ex-acolhidos

Gráfico 6 – Escolaridade dos Jovens acolhidos

Gráfico 7 – Região da Casa de Acolhimento dos Jovens ex-acolhidos

Gráfico 8 – Região da Casa de Acolhimento dos jovens acolhidos

Gráfico 9 – Tempo de acolhimento dos Jovens ex-acolhidos

Gráfico 10 – Tempo de acolhimento dos jovens acolhidos

Gráfico 11 – Idades dos Jovens ex-acolhidos ao entrarem na Casa de acolhimento

Gráfico 12 – Idades dos Jovens acolhidos ao entrarem na Casa de Acolhimento

Gráfico 13 – Idades dos Jovens ex-acolhidos ao saírem da Casa de Acolhimento

Gráfico 14 – Particpei ativamente no meu projeto de vida

Gráfico 15 – Participo ativamente no meu projeto de vida

Gráfico 16 – Fui ouvido quanto ao percurso que quero seguir

Gráfico 17 – Sou ouvido quanto ao percurso que quero seguir

Gráfico 18 – Sinto que saí preparado da Casa de Acolhimento para o mercado de trabalho

Gráfico 19 – Sinto que vou sair preparado da Casa de Acolhimento para o mercado de trabalho

Gráfico 20 – Recebi formação ou orientação em áreas relacionadas com a preparação para o mercado de trabalho

Gráfico 21 – Recebo formação ou orientação em áreas relacionadas com a preparação para o mercado de trabalho

Gráfico 22 – Sinto que existiu apoio suficiente na Casa de Acolhimento para a transição para o mercado de trabalho

Gráfico 23 – Sinto que existe apoio suficiente na Casa de Acolhimento para a transição para o mercado de trabalho

Gráfico 24 – Com base na preparação para saída da Casa de Acolhimento, considero que foi

Gráfico 25 – Com base na preparação para saída da Casa de Acolhimento, considero que esta será

Gráfico 26 – Como foi realizada a preparação para o mercado de trabalho?

Gráfico 27 – Como está a ser realizada a preparação para o mercado de trabalho?

Gráfico 28 – Quando saí da Casa de Acolhimento fui viver com

Gráfico 29 – Quando sair da Casa de Acolhimento vou viver com

Gráfico 30 – Quando saí da Casa de Acolhimento considero que a adaptação foi

Gráfico 31 – Quando sair da Casa de Acolhimento considero que a adaptação será

Gráfico 32 – Quando saí da Casa de Acolhimento

Gráfico 33 – Quando sair da Casa de Acolhimento vou

Gráfico 34 – Mediana das competências adquiridas na Casa de Acolhimento, para a integração no mercado de trabalho dos ex-acolhidos

Gráfico 35 – Mediana das competências adquiridas ou a adquirir na Casa de Acolhimento, para a integração no mercado de trabalho dos acolhidos

Gráfico 36 – Atualmente estou a trabalhar (ex-acolhidos)

Gráfico 37 – Atualmente estou a trabalhar (acolhidos)

Gráfico 38 – Estou preparado(a) para o mercado de trabalho (ex-acolhidos)

Gráfico 39 – Estou preparado(a) para o mercado de trabalho (acolhidos)

Gráfico 40 – Vou conseguir encontrar um emprego (ex-acolhidos)

Gráfico 41 – Vou conseguir encontrar um emprego (acolhidos)

Gráfico 42 – Considero que é possível trabalhar na minha área de interesse/estudo (ex-acolhidos)

Gráfico 43 – Considero que é possível trabalhar na minha área de interesse/estudo (acolhidos)

Gráfico 44 – Há oportunidades de trabalho na região onde estou ou desejo morar (ex-acolhidos)

Gráfico 45 – Há oportunidades de trabalho na região onde estou ou desejo morar (acolhidos)

Gráfico 46 – Senti discriminação (ex-acolhido)

Gráfico 47 – Senti discriminação (acolhido)

Gráfico 48 – Menciono nas entrevistas que fui acolhido

Gráfico 49 – Menciono nas entrevistas que sou acolhido

Gráfico 50 – As minhas expectativas em relação ao futuro no mercado de trabalho são (ex-acolhido)

Gráfico 51 – As minhas expectativas em relação ao futuro no mercado de trabalho são (acolhido)

## **CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL**

### **1.1. A Lei de proteção de crianças e jovens em perigo**

A proteção dos direitos das crianças e dos jovens constitui uma responsabilidade fundamental do Estado, da sociedade e das famílias. Em Portugal, este dever está consagrado na Constituição da República Portuguesa no artigo 67.º e regulado na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), que estabelece o regime jurídico da promoção e proteção de crianças e jovens em perigo. Esta legislação visa assegurar que todas as crianças e jovens cujos direitos fundamentais como a vida, a integridade física, a saúde, a educação ou o desenvolvimento se encontrem ameaçados, possam beneficiar de medidas adequadas de proteção. A intervenção pauta-se pelos princípios da proporcionalidade, subsidiariedade e do superior interesse da criança, sendo acionada apenas quando os pais ou tutores legais não conseguem garantir, por si só, a necessária proteção.

Um dos aspetos centrais deste enquadramento legal é o conceito de perigo, que ultrapassa a mera noção de risco social. Fatores como pobreza, instabilidade familiar ou absentismo escolar podem configurar situações de risco, mas só se consideram de perigo quando comprometem de forma efetiva, os direitos da criança ou do jovem, justificando assim, a intervenção do Estado. De acordo com Ferreira (2025), é precisamente nestas situações que as medidas de colocação, como o acolhimento familiar ou residencial, assumem relevância, uma vez que representam a forma do Estado garantir a proteção imediata da criança ou jovem, quando todas as outras medidas em meio natural de vida se mostram insuficientes. Assim, o acolhimento residencial, embora considerado uma medida de última instância (última ratio), não deve ser entendido como uma punição, mas como uma resposta protetiva indispensável à salvaguarda dos direitos da criança.

Desde a entrada em vigor que a LPCJP vem sendo objeto de várias alterações legislativas, que refletem a necessidade de adaptar os mecanismos de proteção às transformações sociais e aos novos desafios que afetam as crianças e jovens em Portugal. A primeira grande alteração foi introduzida pela Lei n.º 31/2003, que reforçou a articulação entre as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), o Ministério Público e os tribunais. Esta revisão legislativa também criou a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, entidade responsável pela

coordenação nacional das CPCJ, e promoveu a adoção de medidas de proteção mais flexíveis e ajustadas às especificidades de cada criança ou jovem, de acordo com a sua idade e situação pessoal.

A lei permitiu, também, medidas de proteção mais flexíveis, ajustadas à idade e situação dos jovens, tornando o sistema mais eficaz e centrado no superior interesse da criança.

A Lei n.º 142/2015 reforçou a proteção de crianças e jovens em perigo, permitindo às Comissões de Proteção o acesso a dados pessoais sensíveis, como informações médicas, para garantir uma intervenção mais eficaz e fundamentada. Além disso, a lei destaca o direito fundamental das crianças e jovens a serem ouvidos, assegurando que a sua opinião seja considerada nas decisões que lhes dizem respeito, respeitando sempre a sua idade e maturidade. Essas mudanças visam promover uma proteção mais justa, transparente e centrada nos direitos e necessidades dos mesmos.

A Lei n.º 23/2017 introduziu uma importante alteração na proteção de crianças e jovens em perigo ao alargar a idade de proteção até aos 25 anos. Esta extensão permite que jovens que estejam envolvidos em processos educativos ou de formação profissional possam continuar a receber medidas de apoio, promovendo a sua autonomia e integração social. A lei também prevê a possibilidade de prorrogar e ajustar as medidas de proteção para garantir o melhor interesse do jovem, adaptando-se às suas necessidades durante esta fase de transição para a vida adulta.

A Lei n.º 26/2018 ampliou a proteção legal das crianças e jovens estrangeiros acolhidos em instituições públicas ou parceiras do Estado, assegurando-lhes autorização de residência durante o período necessário para decisões definitivas sobre o seu estatuto. A lei facilitou, também, os processos de naturalização, atribuindo ao Ministério Público um papel ativo na representação desses menores. Essas medidas garantem maior segurança jurídica e direitos fundamentais para crianças e jovens estrangeiros em situação de perigo, em Portugal.

A Lei n.º 23/2023 reforçou a proteção de crianças e jovens em situação de perigo permitindo que aqueles que tenham saído voluntariamente das medidas de

residencialização possam solicitar a sua reintegração no sistema até aos 21 anos, ou até aos 25 anos se estiverem envolvidos em processos educativos ou de formação profissional. A mesma lei estabelece ainda, que, as comissões de proteção devem garantir programas de autonomização, oferecendo apoio económico, social, habitacional e técnico para facilitar a transição segura dos jovens para a vida adulta. Estas mudanças promovem uma proteção contínua e um suporte adaptado às necessidades dos jovens.

Em 2025, foram feitas três importantes alterações à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. O Decreto-Lei n.º 39/2025 permitiu que as casas de acolhimento se organizem em unidades especializadas, incluindo respostas a situações de emergência e programas para promover a autonomia dos jovens, como apartamentos de autonomização. A Lei n.º 37/2025 possibilitou que familiares e pessoas candidatas à adoção possam também ser famílias de acolhimento, reforçando os direitos das crianças e jovens acolhidos. Já a Lei n.º 39/2025 proibiu o casamento de menores e incluiu o casamento infantil, precoce ou forçado entre as situações que justificam a intervenção para proteger crianças e jovens em perigo. Estas mudanças visam fortalecer a proteção e garantir um ambiente mais seguro e favorável ao desenvolvimento das crianças e jovens em situações de risco.

A proteção prevista na LPCJP é operacionalizada através de três diplomas legais que regulam os regimes de acolhimento existentes. O Decreto-Lei n.º 164/2019 estabelece o regime de acolhimento residencial, definindo as condições de funcionamento das instituições que acolhem crianças e jovens em perigo, bem como os apoios especializados de que devem beneficiar. O Decreto-Lei n.º 139/2019 regula o acolhimento familiar, assegurando que as crianças e jovens possam ser integrados, temporariamente, em famílias substitutas devidamente selecionadas e acompanhadas. Já o Decreto-Lei n.º 12/2008 estabelece as modalidades de intervenção em meio natural de vida, promovendo a permanência da criança no seu contexto familiar e comunitário, com apoio psicossocial, educativo e social, sempre que tal seja viável e seguro.

Importa referir que a intervenção do Estado apenas se encontra legitimada em situações concretas de perigo que comprometam a vida, saúde, formação, educação ou desenvolvimento da criança ou jovem, conforme previsto no artigo 3.º, n.º 2 Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP).

A presença por si só de fatores de risco, como a instabilidade socioeconómica, a desorganização familiar ou o isolamento social, não justifica uma intervenção, a menos que se traduzam numa ameaça efetiva aos seus direitos. Da mesma forma, a intervenção deve distinguir-se da repressão penal, sendo o seu foco preventivo e protetivo, e não sancionatório.

**Tabela n.º 1 Diferenciação entre Risco, Perigo e Crime**

Risco	Perigo	Crime
Desemprego dos progenitores	Negligência continuada (higiene, saúde, afeto)	Ofensa à integridade física
Criança sozinha algumas horas	Criança a cuidar de si sozinha durante as férias	Abandono (ex: bebé na rua)
Conflito parental após divórcio	Exposição da criança à violência doméstica	Violência doméstica
Faltas pontuais à escola	Abandono ou absentismo escolar continuado	Exploração de trabalho infantil (maus-tratos)
Uso inadequado de redes sociais	Relações de risco com adultos ou pares	Violação e abuso sexual de crianças

Fonte: Elaboração Própria

Por fim, é essencial compreender que a avaliação das situações de perigo exige uma análise integrada dos fatores de risco e de proteção presentes na vida da criança ou jovem. Fatores como baixa autoestima, historial de maus-tratos, perturbações emocionais ou ausência de figuras de referência estáveis podem aumentar a vulnerabilidade. Por outro lado, a presença de um ambiente familiar estruturado, com apoio social, equilíbrio económico e relações afetivas positivas, constitui uma rede de proteção essencial. A eficácia da intervenção dependerá, assim, da capacidade dos profissionais em identificar, articular e reforçar os fatores de proteção, mitigando os fatores de risco e promovendo o desenvolvimento pleno e seguro das crianças e jovens em perigo.

**Tabela n.º 2 Fatores de Proteção e Fatores de Risco**

Fatores de Proteção	Fatores de Risco
Capacidade de resolução de problemas	Baixa autoestima, histórico de maus-tratos
Desenvolvimento adequado à idade	Perturbações emocionais, separações traumáticas
Estabilidade económica e habitacional	Famílias desestruturadas, dificuldades económicas
Rede social/comunitária positiva, cultura de apoio	Isolamento social, desemprego, exclusão

Fonte: Elaboração Própria

## 1.2 O conceito de Acolhimento

Historicamente o acolhimento enquanto medida de colocação é visto como a resposta predominante à proteção de crianças e jovens privados de um ambiente familiar seguro para o seu crescimento e desenvolvimento.

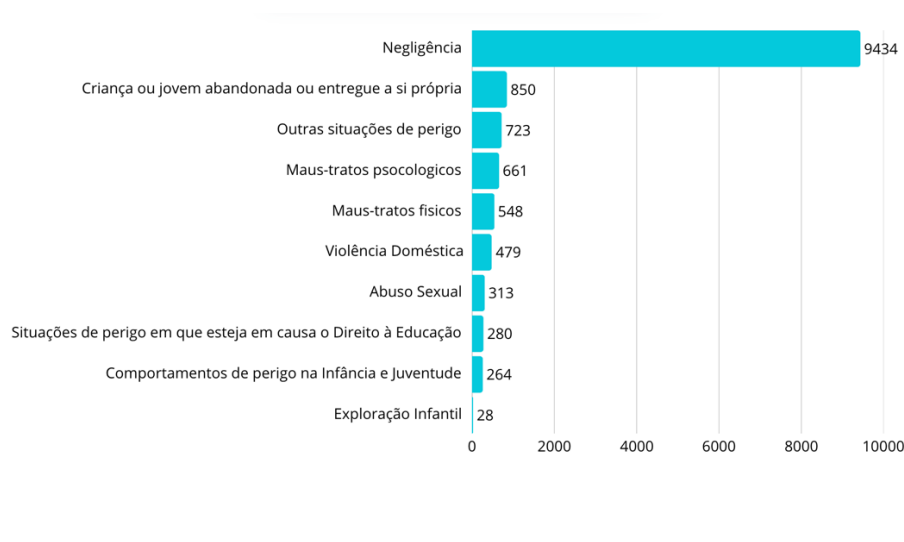
O processo judicial visa proteger a criança ou jovem em perigo, afastando-a temporariamente do meio familiar, sempre que este se revele incapaz de assegurar condições básicas de segurança, saúde e desenvolvimento. De acordo com o artigo 49.º da LPCJP, esta medida deve garantir a satisfação das necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais, contribuindo para o seu desenvolvimento integral e o exercício pleno dos seus direitos.

Contudo, este processo é geralmente vivido pelas crianças e jovens com sentimentos de perda, abandono e negligência afetiva, já que implica a ruptura de vínculos familiares e a entrada num ambiente institucional com regras, rotinas e afetos diferentes dos do seu meio de origem. Este impacto psicológico realça a importância de que o acolhimento não deve ser apenas um espaço físico seguro, mas também um ambiente emocionalmente reparador e individualizado.

O Relatório CASA 2024 revela que as principais causas de acolhimento continuam a ser a negligência (69,8%), seguida pela inexistência de suporte familiar, situações de crianças e jovens abandonadas ou entregues a si próprias (6,2%) e outras situações de

perigo (5,3%), nomeadamente por comportamento desviantes, seguindo-se os maus-tratos psicológicos (4,9%) e os maus-tratos físicos (4%).

**Figura n.º 1 – Situações de perigo que estiveram na origem do acolhimento**



**Fonte:** Relatório CASA 2024

Nos casos em que se verificam situações de perigo, as instituições passam a assumir o papel das famílias das respetivas crianças e jovens, na medida em que é atribuída às instituições a responsabilidade de prestar cuidados de saúde e de alimentação, desenvolver atividades educativas e escolares, promover o desenvolvimento físico, psicológico e afetivo, assim como o equilíbrio emocional.

O termo “institucionalização” tem vindo a ser progressivamente abandonado por estar associado a práticas antigas e despersonalizadas. Atualmente, a designação correta e humanizada é Acolhimento Residencial, refletindo uma lógica de cuidado, proximidade, individualização conferindo apoio e respeito pelos direitos da criança. Esta mudança de terminologia está alinhada com a Convenção dos Direitos da Criança (ONU, 1989), que Portugal ratificou em 1990, e que reforça o direito da criança à proteção, à participação nas decisões que lhe dizem respeito e ao desenvolvimento pleno da sua identidade e autonomia. O artigo 12.º deste tratado, reconhece o direito da criança a exprimir

livremente a sua opinião, sendo esta tida em consideração de acordo com a sua idade e maturidade.

Assim, com o passar do tempo as instituições foram-se modificando e foram-se verificando reajustes e melhorias no seu funcionamento, na sua missão e também nos seus objetivos. Enquanto anteriormente o objetivo das instituições consistia maioritariamente na proteção da sociedade de indivíduos menos desejáveis ou no auxílio perante indivíduos que não tinham ninguém que os apoiasse, atualmente as instituições sustentam-se numa vertente educativa e de integração e reintegração dos indivíduos acolhidos na sociedade. Passou-se de um acolhimento assistencialista para um acolhimento humanista e de cariz terapêutico.

O acolhimento funciona como uma medida de reparação e prevenção, mas, por si só, não é suficiente para resolver todas as problemáticas existentes. Por isso, é essencial assegurar a continuidade dos apoios tanto às crianças e jovens como às suas famílias, de forma a promover a sua futura reintegração social e familiar (Instituto da Segurança Social, I.P., 2020).

As casas de acolhimento, no sistema de acolhimento nacional, garantem respostas direcionadas a Crianças e Jovens, até aos 18 anos. Em 2023 a idade de acolhimento foi alargada até aos 25 anos para os jovens que ainda continuam em processos educativos ou de formação profissional. Esta mudança na Lei de Promoção e Proteção é mais um passo para melhorar a qualidade do acolhimento residencial porque possibilita aos jovens o prolongamento do seu período formativo e permite às equipas de cuidadores dispor de mais tempo para planear e orientar este percurso formativo (incluído no projeto de vida dos jovens) e a saída de acolhimento. (ISS, 2019).

Em Portugal, apesar dos avanços, continuam a existir muitas crianças e jovens para quem o acolhimento é inevitável, face à complexidade das situações vividas (Carvalho, 2013). No entanto, esta medida deve ser sempre temporária e acompanhada por projetos de vida individualizados, com vista à reintegração familiar, adoção ou autonomização gradual.

### **1.3 A evolução do acolhimento em Portugal**

O acolhimento, assume um papel central na melhoria das condições de vida e do bem-estar social, com especial ênfase na proteção das crianças e jovens em situação de risco. A transformação conceptual reflete uma evolução legal e social que visa assegurar uma intervenção cada vez mais eficaz e humanizada, centrada no respeito pelos direitos e necessidades das crianças e jovens. O enquadramento jurídico português sobre o acolhimento e proteção das crianças e jovens tem vindo a consolidar-se ao longo do século XX e XXI, evidenciando a crescente importância atribuída a este tema no âmbito da política social.

O ponto de partida desta trajetória é a Lei da Infância e da Juventude de 1911, que instituiu a criação das tutorias de infância, estabelecendo mecanismos para guardar, defender e proteger crianças em perigo moral, desamparadas ou consideradas delinquentes. Esta legislação previa a intervenção de Instituições Particulares de Solidariedade Social e de Centros de Acolhimento, bem como a criação dos primeiros Tribunais de Menores, que separaram o tratamento judicial das crianças e jovens do sistema judicial para os adultos. Esta distinção representou um avanço significativo ao reconhecer a especificidade da infância e juventude, assegurando que as crianças e jovens em risco fossem encaminhados para tutela de instituições ou tribunais especializados, sem, contudo, romper totalmente os vínculos com as suas figuras parentais.

No mesmo ano, foi também aprovada a Lei de Proteção à Infância (LPI), que constituiu um marco na construção de um novo paradigma de proteção social em Portugal, centrado na salvaguarda dos direitos das crianças e jovens em risco. Desde então, o sistema de proteção tem sido progressivamente aprimorado e ampliado, refletindo uma maior sensibilização e compromisso social face às vulnerabilidades desta população (Lei nº 147/99 – Diário da República nº 204/1999, série I-A). Casas mais pequenas onde é possível tornar o ambiente mais familiar e cuidar das crianças e jovens com maior proximidade, disponibilidade e individualidade, supervisão externa das equipas técnicas e educativas, pois, não sendo uma fiscalização, é um apoio, uma bússola que ajuda a nortear o trabalho, as emoções e a coesão dos cuidadores e mais financiamento, porque é importante que se aufera vencimentos justos e que as casas de acolhimento consigam sobreviver sem os donativos de caridade.

Posteriormente, a Organização Tutelar de Menores (OTM), aprovada em 1962 e revista em 1978, orientava o funcionamento dos tribunais de menores, assumindo um papel protetor e pedagógico. No entanto, a OTM não distinguia adequadamente entre crianças e jovens delinquentes e crianças e jovens em risco social, o que motivou a criação, em 1999, de dois pilares legais distintos que persistem até hoje: a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, focada na proteção, e a Lei Tutelar Educativa, que regula as medidas educativas para jovens infratores (Lei n.º 147/99 e Lei n.º 166/99, respetivamente).

A lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo regula a intervenção social do Estado e da Comunidade nas situações de crianças e jovens em perigo tendo como objeto “a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral” (artigo 1.º da LPCJP).

É importante referir que, segundo o artigo 5.º da Lei 147/99, considera-se criança ou jovem a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos e, ainda, a pessoa até aos 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional.

Esta evolução normativa traduz uma mudança paradigmática que coloca a criança e o jovem no centro das decisões. O acolhimento não é, portanto, um mero ato de recolhimento ou segregação, mas uma resposta estruturada e multidimensional que visa garantir condições adequadas para o crescimento biopsicossocial, promovendo simultaneamente o seu bem-estar, a segurança, a educação e a reintegração familiar e social. A passagem do termo “institucionalização” para “acolhimento” reflete este esforço conceptual e prático para humanizar a intervenção, reduzindo o estigma associado e reforçando o compromisso com a dignidade e a participação ativa dos menores.

#### **1.4 A desinstitucionalização e os seus desafios**

O acolhimento de crianças e jovens, apesar de constituir uma medida de proteção, implica desafios significativos. As instituições, ao assumirem um papel substitutivo da família, tornam-se responsáveis não só pela satisfação das necessidades

básicas, mas também pela promoção do desenvolvimento afetivo, educativo e social. Contudo, a vivência institucional prolongada pode gerar impactos negativos ao nível do desenvolvimento individual e das relações interpessoais. Segundo Gaspar, M. e Gaspar, J. (2017), jovens acolhidos apresentam frequentemente dificuldades de adaptação a novos contextos, fragilidade na regulação emocional e défices na construção de relações afetivas significativas, o que tende a prolongar-se para a vida adulta.

Desta forma, é fundamental que os educadores das instituições proporcionem um acompanhamento contínuo e humanizado, de modo a construir uma relação de confiança e um ambiente seguro, essencial para garantir o desenvolvimento equilibrado da criança ou jovem. (Gaspar, M. e Gaspar, J., 2017)

Durante o acolhimento, deve-se garantir à criança ou jovem condições, a diversos níveis, que lhes permitam desenvolver competências de modo que, posteriormente, consigam ter uma saída segura. A preparação dos jovens para o momento da saída da casa de acolhimento deve basear-se em perspetivas futuras individuais de cada jovem.

O facto de viverem num contexto social diferente do tradicional, ou seja, o facto de viverem numa instituição e não em meio familiar é um fator de exclusão social para estas crianças e jovens, não existindo grandes políticas que as insiram na sociedade, notando-se uma distância significativa entre estes indivíduos e a comunidade em geral. Assim, tanto a sociedade como as próprias instituições têm um papel essencial na promoção da inclusão social destes jovens e na promoção da sua autonomia, de modo que consigam desenvolver competências que os preparem para a desinstitucionalização.

Em Portugal, muitos jovens passam a infância e adolescência em instituições, sendo que um número significativo permanece acolhido até aos 20 anos. Nesse sentido, é essencial compreender como vivenciam o momento em que precisam ou desejam deixar a C.A que representou para eles a principal referência no seu percurso de vida. (Pereira, 2016).

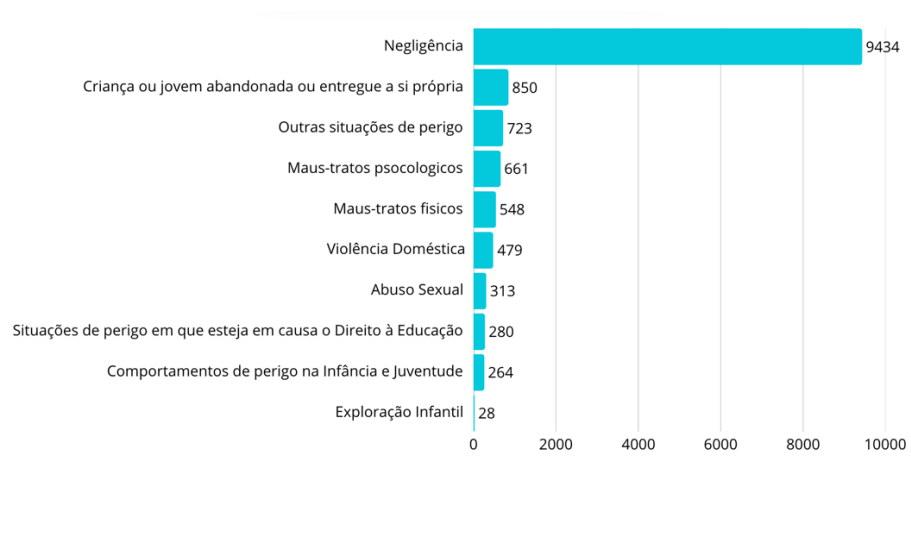
Assim, a desinstitucionalização e a transição para uma vida autónoma assumem particular relevância e complexidade. Este momento representa uma rutura não apenas física, mas também emocional, dado que muitos destes jovens cresceram e desenvolveram os seus vínculos primários com os profissionais e pares dentro da CA.

Como salienta Pereira (2016), para muitos jovens acolhidos, a CA representa o único espaço de pertença que conhecem, pelo que o momento da saída se reveste de um forte impacto psicológico, frequentemente acompanhado por sentimentos de insegurança, ansiedade e desorientação.

A literatura tem demonstrado que muitos jovens evitam pensar na saída da instituição, mantendo uma postura de adiamento face às decisões e ações necessárias para essa transição. Este comportamento está muitas vezes associado a uma expectativa irrealista de que uma solução externa possa resolver, de forma súbita, os seus problemas e incertezas (Gaspar, 2014). Esta falta de planeamento contribui para trajetórias de exclusão social, marcadas por instabilidade laboral, dificuldades habitacionais, isolamento e, em casos mais graves, sofrimento psicológico e ideação suicida.

É, por isso, fundamental, que as instituições promovam uma intervenção centrada no projeto de vida de cada criança ou jovem, assegurando que o acolhimento não seja um fim em si mesmo, mas antes uma etapa de um percurso de vida coerente e com metas bem definidas. O acolhimento residencial deve estar articulado com soluções futuras adequadas, como o regresso à família de origem, a adoção, o apadrinhamento civil ou a autonomização progressiva. Estes percursos devem ser definidos com base numa avaliação contínua e individualizada das necessidades e capacidades da criança ou jovem, respeitando sempre o princípio do superior interesse consagrado na Convenção sobre os Direitos da Criança e na LPCJP.

A dinamização dos projetos de vida dentro das instituições de acolhimento exige equipas técnicas qualificadas e metodologias de trabalho centradas na participação ativa do jovem, fomentando a sua responsabilidade e protagonismo no processo de construção do seu futuro. Este processo deve incluir o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, vocacionais e emocionais que o preparem para uma transição bem-sucedida. A ausência deste trabalho estruturado resulta, frequentemente, numa autonomização fragilizada e num elevado risco de exclusão social.

**Figura n.º 2 – Dinamização sistemática dos projetos de vida no acolhimento residencial**

Fonte: Adaptado de Paulo Guerra

Um dos maiores desafios da desinstitucionalização reside na escassez de redes de apoio após a saída da casa de acolhimento. Ao contrário dos seus pares que cresceram em contexto familiar, muitos jovens ex-acolhidos enfrentam a vida adulta sem suporte emocional ou material, o que acentua a sua vulnerabilidade. Nesse contexto, a atuação de entidades como a PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens (Ex) Acolhidos é essencial. Esta organização constitui, atualmente, a única resposta estruturada no acompanhamento pós-institucional, oferecendo apoio psicossocial, orientação profissional, acesso a habitação e oportunidades educativas, promovendo assim trajetórias de vida mais estáveis e integradas.

Importa ainda referir que, segundo Gaspar (2014), um dos principais constrangimentos vividos nas instituições é a ausência de relações afetivas de qualidade e de continuidade, o que pode comprometer seriamente a capacidade de os jovens construir vínculos duradouros no futuro. A rutura emocional no momento da saída da instituição representa, por isso, um fator de risco adicional, com implicações profundas na saúde mental e na integração social.

Assim, a desinstitucionalização segura e bem-sucedida exige um planeamento antecipado, um trabalho contínuo de preparação emocional e prática para a autonomia,

bem como o fortalecimento de redes formais e informais de apoio. Exige também o compromisso do Estado, da sociedade civil e das próprias instituições em garantir que os jovens não sejam simplesmente “libertados” para o mundo, mas verdadeiramente preparados para nele viverem com dignidade, autonomia e oportunidades.

### **1.5 Trajetórias pós-acolhimento**

A saída de uma Casa de acolhimento representa um momento crítico na vida dos jovens que ali cresceram. Ao atingirem a maioridade legal, muitos jovens optam ou são obrigados a optar, por abandonar o sistema de acolhimento sem qualquer rede de apoio eficaz. Neste contexto, a desinstitucionalização, que deveria ser um processo planeado e progressivo, é frequentemente vivida de forma abrupta e insegura. De acordo com o Instituto da Segurança Social (ISS) (2020, p. 108), “é importante garantir que as crianças e jovens terminem o seu percurso de acolhimento de forma segura e com respostas de apoio para a vida futura”, o que nem sempre se verifica na prática.

Idealmente, o fim do acolhimento institucional deveria representar a concretização de um projeto de vida estruturado, seja através da reintegração familiar ou da autonomização plena. Para isso, torna-se essencial uma intervenção eficaz, que promova a inclusão social e produza impactos duradouros e positivos na trajetória dos jovens e, quando possível, das suas famílias (ISS, 2020). No entanto, a saída da instituição é, para muitos jovens, uma das transições mais desafiantes e emocionalmente exigentes que enfrentam.

Segundo a Fundação Calouste Gulbenkian (2015, cit. in Pereira, 2016, p. 27), a transição para a vida autónoma deve ser analisada de forma individualizada, considerando fatores como os padrões de vinculação estabelecidos, as condições instrumentais de vida, bem como os níveis de desenvolvimento cognitivo, emocional e social de cada jovem. Esta análise permite compreender com maior profundidade os recursos e fragilidades que acompanham cada percurso.

Para que um jovem esteja verdadeiramente preparado para a vida autónoma após a institucionalização, é indispensável que, ao longo do período de acolhimento, tenha sido promovido um processo efetivo de autonomização. No entanto, como refere

Gaspar, J. (2014), muitos destes jovens não dispõem de uma rede familiar funcional ou de retaguarda, o que agrava a sua vulnerabilidade após a saída.

Existe um claro desinvestimento por parte do Estado na criação e desenvolvimento de respostas para o pós-acolhimento. Existem ainda poucos apartamentos de autonomia em funcionamento e o apoio financeiro direto é concedido apenas em casos excepcionais, devido às despesas associadas. Este desinvestimento por parte do Estado fragiliza a resposta pública e expõe os jovens a trajetórias marcadas pela instabilidade.

A este respeito, Mendes dos Santos (2010) alerta que os jovens com experiências de acolhimento institucional apresentam uma maior propensão para enfrentar situações de sem-abrigo, envolvimento em atividades ilícitas, gravidez precoce e, em alguns casos, perpetuação do ciclo institucional através dos seus próprios filhos. Estes riscos são agravados quando o jovem não encontra, no momento da saída, um apoio sólido e contínuo que o ajude a integrar-se social e economicamente.

Além das condições objetivas, a qualidade das relações afetivas estabelecidas durante o acolhimento tem um papel central na construção das trajetórias pós-institucionalização. Os laços desenvolvidos nas Casas de Acolhimento Residencial podem inibir ou potenciar a expressão de competências sociais, emocionais e cognitivas. Quando estas relações são significativas, funcionam como fatores de proteção e reforçam o sentimento de pertença e de autoeficácia. Como destacam Mota e Matos (2008, cit. in Gaspar, J., 2014), muitos jovens consideram o período de institucionalização como a melhor fase das suas vidas, precisamente pelos laços afetivos que conseguiram estabelecer.

Contudo, é frequente que os jovens saiam do acolhimento sem uma preparação adequada para enfrentar os desafios da vida adulta. Muitos expressam medo de falhar, sentimento que advém da perceção de ausência de competências ou apoio para lidar com o mundo exterior. Esta insegurança pode conduzir a estados de ansiedade, depressão ou isolamento social.

A transição para a vida adulta deve, por isso, ser encarada como um processo contínuo, que exige o envolvimento ativo da casa de acolhimento e do próprio Estado.

Ambos devem assumir a responsabilidade de garantir que o jovem não seja simplesmente “desligado” do sistema, mas que possa beneficiar de um acompanhamento gradual, adaptado às suas necessidades. Este processo deverá incluir orientação vocacional, apoio psicológico, programas de integração socioprofissional, bem como estratégias de acesso a habitação e educação.

Como sublinha Pereira (2016), apoiando-se em Mendes dos Santos (2010), os jovens ex-acolhidos enfrentam geralmente graves dificuldades económicas, têm acesso limitado a formação superior e inserem-se maioritariamente em empregos precários e de baixa qualificação. Este cenário contribui para o aumento da exclusão social e reforça a necessidade de políticas públicas que atuem de forma integrada e preventiva.

Em termos comparativos, enquanto o percurso de transição dos jovens não acolhidos tende a seguir etapas socialmente normativas – continuidade escolar, entrada no mercado de trabalho, saída da casa dos pais e constituição de família –, o percurso dos jovens acolhidos é mais fragmentado, com menos suporte familiar, instabilidade económica e menor capacidade de planear o futuro.

Assim, a trajetória pós-institucionalização constitui um dos momentos mais críticos do ciclo de vida destes jovens. A sua eficácia dependerá, em grande parte, da qualidade das experiências vividas durante o acolhimento, do grau de preparação para a autonomia, do apoio institucional e da existência de políticas públicas robustas que assegurem oportunidades reais de integração e desenvolvimento pessoal.

A desinstitucionalização não precisa ser, necessariamente, uma transição negativa, uma vez que os laços afetivos estabelecidos durante o acolhimento podem ter um impacto positivo. Muitos ex-acolhidos consideram esse período como o melhor da sua vida, justamente por ter favorecido o desenvolvimento de relacionamentos significativos e duradouros (Mota & Matos, 2008, cit in Gaspar, J. P., 2014). Pode-se ainda referir que a ausência de follow up faz com que o estado e as instituições percam o “rasto” aos jovens e não tenham noção como estes se encontram após a saída. Seria importante mapear os jovens ex-acolhidos como forma de criar respostas e atuar nas problemáticas que vão aparecendo.

### **1.6 A legislação sobre a autonomia em jovens acolhidos em vigor**

A preparação para a vida autónoma de jovens em acolhimento residencial constitui uma etapa essencial no processo de desinstitucionalização, exigindo planeamento, acompanhamento individualizado e suporte emocional adequado. Como refere Gaspar, J., (2014), “para aumentar a probabilidade de uma transição favorável no momento da saída do acolhimento, a preparação para a autonomização deve ser ponderada, longa quanto possível e assegurar competências, contemplando continuamente a vertente emocional” (p. 180). Assim, a legislação portuguesa tem vindo a reconhecer a importância desta fase, procurando enquadrá-la através de medidas específicas de apoio à autonomização.

Atualmente, existem dois instrumentos legais fundamentais no apoio à autonomia de jovens em acolhimento: o apoio para a autonomia de vida e os apartamentos de autonomização. Ambos os mecanismos visam dotar os jovens de ferramentas e condições para a construção de uma vida independente, promovendo a sua inclusão social, educativa e profissional. Segundo o Relatório CASA 2024 a 1 de novembro de 2024, cerca de 310 jovens encontram-se atualmente a residir em apartamentos de autonomização, o que, apesar de representar um avanço, ainda evidencia uma cobertura limitada face às necessidades da população acolhida em vias de transição para a vida adulta.

A legislação que regula o acolhimento residencial, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 164/2019, estabelece de forma clara os objetivos da intervenção institucional. No seu artigo 3.º, define-se como um dos propósitos do acolhimento residencial a “aquisição progressiva de autonomia com vista a uma plena integração social, escolar, profissional e comunitária”, reconhecendo-se assim o papel estruturante da autonomização no percurso de vida dos jovens acolhidos. Já o artigo 19.º da mesma legislação determina que a cessação do acolhimento residencial deve ser cuidadosamente preparada, sob responsabilidade da equipa técnica da casa de acolhimento e em articulação com o gestor de processo, envolvendo o próprio jovem e, sempre que possível, a sua família de origem. A saída pode ocorrer por reintegração familiar, apadrinhamento civil ou autonomização, devendo cada situação ser avaliada de forma individualizada.

Para operacionalizar a autonomia, muitas casas de acolhimento promovem atividades práticas com os jovens, que visam o desenvolvimento de competências

fundamentais para a vida adulta. A este respeito, a Fundação Calouste Gulbenkian (2015) destaca várias ações implementadas gradualmente pelas instituições, tais como: preenchimento de formulários escolares ou desportivos, compra de vestuário e produtos de higiene, marcação de consultas médicas, contactos com entidades como CTT, bancos, Finanças ou Segurança Social, carregamento de passes escolares e utilização de transportes públicos. Estas atividades permitem não só o desenvolvimento de competências instrumentais, mas também o fortalecimento da autoconfiança e da capacidade de tomada de decisão.

Contudo, importa salientar que a implementação dessas práticas varia significativamente entre instituições, em função dos recursos humanos, financeiros e logísticos disponíveis. Não existe, neste domínio, uma uniformização nacional que garanta equidade de oportunidades no acesso à preparação para a autonomia. Cada casa de acolhimento desenvolve, portanto, os seus próprios programas e dinâmicas, de acordo com as suas possibilidades e com a leitura que fazem das necessidades dos jovens que acolhem.

Em suma, embora a legislação portuguesa reconheça formalmente a importância da autonomia dos jovens em acolhimento e preveja instrumentos legais e programáticos para a sua concretização, subsistem fragilidades na sua aplicação prática. A ausência de uma rede alargada e eficaz de apoio à autonomização e a desigualdade de respostas entre instituições constituem entraves à plena efetivação do direito destes jovens a uma transição digna e segura para a vida adulta. Torna-se, por isso, urgente reforçar a articulação entre entidades do sistema de proteção, garantir a sustentabilidade dos programas de apoio e assegurar o acompanhamento contínuo dos jovens após a saída da instituição.

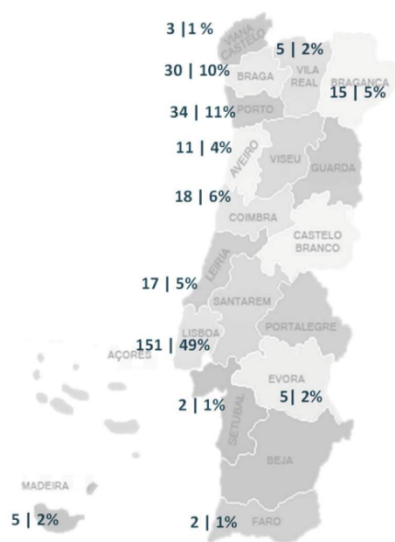
### **1.7 A autonomia**

O conceito de autonomia, de origem grega derivado da junção de auto (próprio) com nomos (norma ou lei) refere-se à capacidade de um indivíduo reger a sua própria vida com base nas suas escolhas, valores e responsabilidades. Trata-se, assim, de um princípio essencial do desenvolvimento humano, especialmente relevante na

adolescência, período em que se acentua a necessidade de autodeterminação, independência e construção da identidade pessoal.

Embora o acolhimento residencial assegure proteção, segurança e condições básicas de desenvolvimento, permanece o desafio de garantir que os jovens saiam destas respostas preparados para uma vida ativa autónoma. Em Portugal, a legislação prevê mecanismos específicos de apoio à transição para a autonomia, como o Apoio para a Autonomia de Vida e os Apartamentos de Autonomização, orientados para jovens com mais de 15 anos. Contudo, a implementação destas medidas revela-se ainda desigual e limitada em termos de cobertura territorial, recursos disponíveis e articulação com políticas de inclusão socioprofissional.

**Figura n.º 3 - Distribuição dos jovens em apartamento de autonomização- pelo território nacional**



- A região de Lisboa apresenta o maior número de jovens acolhidos.
- Braga, Bragança, Lisboa e Porto registam um crescimento do número de jovens nesta resposta.
- Novas respostas em Aveiro, Coimbra, Viana do Castelo e Vila Real.

Fonte Relatório Casa 2024

A análise da distribuição territorial dos apartamentos de autonomização em Portugal evidencia uma realidade desigual no acesso dos jovens às respostas de preparação para a vida independente. Na imagem apresentada, verifica-se que a região de Lisboa concentra a maioria dos jovens acolhidos, seguida por distritos como Porto e Braga, enquanto vários outros territórios encontram-se ainda sem qualquer oferta de apartamentos de autonomização. Observa-se igualmente um crescimento de respostas

em áreas como Aveiro, Coimbra, Viana do Castelo e Vila Real, embora de forma ainda incipiente.

Esta distribuição desigual revela um desafio estrutural, ou seja, a transição para a autonomia continua a depender significativamente do local onde os jovens se encontram, demonstrando que o território é um determinante crítico no percurso de vida dos jovens que passam pelo acolhimento residencial. Quando não existem respostas locais, os jovens são frequentemente obrigados a deslocar-se para novos contextos geográficos e sociais, o que pode agravar sentimentos de isolamento e de descontinuidade das suas redes de suporte social e comunitário. Tal realidade contraria princípios fundamentais das políticas sociais orientadas para a inclusão e coesão territorial (Albuquerque, 2020).

As recomendações publicadas pelo projeto *Outogether - Promoting Children's Autonomy On Alternative Care* (Projecto Europeu que visa promover a autonomia das crianças e jovens em acolhimento) evidenciam este problema, ao defenderem que todos os jovens acolhidos devem ter acesso a programas de preparação para a autonomia de vida, ficando claro que tal ainda não acontece de forma sistemática (Outogether, 2022). O facto de se tornarem necessárias recomendações formais demonstra que as instituições continuam a enfrentar dificuldades na preparação efetiva destes jovens para o mercado de trabalho e para a gestão independente da sua vida.

Diversos estudos apontam que jovens em acolhimento apresentam maiores fragilidades no domínio das competências de autonomia funcional e de empregabilidade, nomeadamente ao nível da gestão de recursos pessoais, tomada de decisão, planeamento de vida e construção de percursos profissionais estruturados (Gaspar, 2014; Carvalho, 2023). Esta realidade agrava-se pela fragilidade das redes familiares e sociais de suporte que, na maioria dos casos, poderiam contribuir para facilitar a entrada no mercado de trabalho.

A preparação para a vida ativa exige que os jovens tenham acesso a oportunidades reais de formação, contacto com entidades empregadoras e experiências pré-profissionais que lhes permitam desenvolver competências técnicas e sociocomportamentais relevantes. O fortalecimento de competências socioemocionais, como autoestima, perseverança, competências de comunicação e capacidade de

resolução de problemas, é igualmente essencial para enfrentar os desafios inerentes ao mundo laboral.

Para além disso, a integração profissional não pode ser vista como uma etapa isolada no momento de saída do acolhimento. A PAJE enfatiza a necessidade de um acompanhamento continuado após a desinstitucionalização, assegurando que os jovens não enfrentem o risco de regressão social ou situações de vulnerabilidade acrescida (PAJE, 2022). A ausência de apoio no pós-acolhimento tem sido identificada como um dos fatores de risco mais significativos para o desemprego, precariedade habitacional e exclusão social destes jovens (Mendes & Amaral, 2021).

Assim, a promoção da autonomia deve ser assumida como um processo estruturante e integrado, que inclua necessariamente a dimensão da empregabilidade. A intervenção das instituições de acolhimento precisa evoluir de um modelo centrado na proteção para um modelo centrado no desenvolvimento de capacidades, no empoderamento e na construção de projeto de vida, com forte articulação às dinâmicas e oportunidades do território. Para isso, torna-se imprescindível o reforço da colaboração com escolas, centros de formação, autarquias, empresas e serviços públicos, alinhando-se com uma perspetiva de desenvolvimento local inclusivo que assegure a estes jovens um lugar pleno na sociedade.

### **1.8 A Desinstitucionalização em Portugal: Desafios no Acolhimento de Crianças e Jovens**

O Relatório CASA 2024 evidencia uma tendência consistente de desinstitucionalização no sistema de acolhimento português. De acordo com os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o número total de crianças e jovens acolhidos diminuiu de 6.446 em 2023 para 6.349 em 2024, verificando-se uma redução nas casas de acolhimento (de 5.983 para 5.678) e um crescimento significativo dos apartamentos de autonomização, que passaram de 200 para 310, traduzindo um aumento de cerca de 55% esta evolução confirma o reforço das políticas orientadas para a promoção da autonomia e da transição para a vida adulta. Paralelamente, observa-se que 68% das crianças e jovens que cessaram o acolhimento regressaram à família de origem, enquanto 17,2% foram integrados em famílias adotivas.

Todavia, persistem desafios estruturais no percurso de autonomização e inserção social. Em 2024, duplicou o número de jovens que saíram do acolhimento para o sistema prisional, registando-se seis casos, bem como um aumento de jovens com medidas tutelares educativas ativas (13,8 %), o que revela vulnerabilidades na preparação para a vida pós-acolhimento e na articulação com as redes de suporte social e familiar.

*Figura n.º 4 - Medidas em meio natural de vida aplicadas anteriormente à situação de acolhimento*

	Nº		Variação %	Nº	
	2023	2024		2023	2024
Apoio junto dos pais (LPCJP)	839	749	-11	56,9	51,7
Apoio junto de outro familiar (LPCJP)	239	238	0	16,2	16,4
Confiança a pessoa selecionada para a adoção (artº35º, g) - LPCJP)	159	149	-6	10,8	10,3
Apoio para a autonomia de vida (LPCJP)	98	115	17	6,6	7,9
Tutela a pessoa (Tutelar Cível)	18	44	144	1,2	3,0
Medida tutelar educativa (Lei Tutelar Educativa)	26	53	104	1,8	3,7
Medida de condenação em pena de prisão	3	6	100	0,2	0,4
Confiança a pessoa idónea (LPCJP)	29	40	38	2,0	2,8
Confiança judicial com vista a futura adoção (Tutelar Cível) ou confiança administrativa (Organismo de Segurança Social)	42	42	0	2,8	2,9
Apadrinhamento Civil (Tutelar Cível)	9	9	0	0,6	0,6
Regulação do exercício da Responsabilidade Paternal (Tutelar Cível)	13	4	-69	0,9	0,3
<b>Total</b>	<b>1475</b>	<b>1449</b>	<b>-2</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Relatório Casa 2024

Acresce que 4,7 % dos jovens cessaram o acolhimento aos 18 anos sem qualquer acompanhamento subsequente e 157 crianças e jovens regressaram ao sistema de acolhimento, 118 dos quais após experiências falhadas de reintegração familiar ou adoção.

Estes dados, embora confirmem avanços significativos no processo de desinstitucionalização, evidenciam a necessidade de reforçar o acompanhamento pós-acolhimento e a criação de respostas mais integradas e sustentáveis para a autonomização plena dos jovens.

### **1.9 A Inserção Profissional dos Jovens Pós-Acolhimento**

A transição dos jovens para o mercado de trabalho constitui um momento crítico com implicações profundas na sua autonomia, estabilidade e inclusão social. Em Portugal, este processo é particularmente desafiante para os jovens em situação de vulnerabilidade, nomeadamente aqueles que estiveram em acolhimento residencial, muitas vezes privados de redes familiares de apoio, estabilidade emocional e oportunidades educativas.

Apesar de alguns avanços recentes, o panorama do emprego jovem permanece marcado por desigualdades estruturais, como evidenciam as elevadas taxas de desemprego no grupo etário dos 16 aos 24 anos e a dificuldade de articulação entre o sistema educativo e o mercado de trabalho. A situação torna-se ainda mais exigente para os jovens ex-acolhidos, que enfrentam maiores obstáculos na sua integração profissional, especialmente quando carecem de suporte psicossocial e recursos formativos adequados.

Neste contexto, diversas políticas públicas e programas específicos têm sido implementados para promover a empregabilidade destes jovens. Entre eles, destaca-se o programa +Emprego, que incentiva a contratação sem termo de jovens vulneráveis, e as medidas inscritas na Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030, com foco na qualificação, inclusão e combate à discriminação.

A análise destas iniciativas revela um esforço crescente para responder às necessidades de um grupo populacional historicamente marginalizado, mas também demonstra que ainda persistem lacunas na preparação dos jovens para a vida adulta. A autonomização exige políticas integradas, continuadas e ajustadas às trajetórias individuais, com especial foco no desenvolvimento de competências para a inserção profissional. Tal como salienta Gaspar (2014), a preparação para a saída do acolhimento deve contemplar dimensões emocionais, sociais e económicas, prevenindo trajetórias de instabilidade e risco acrescido de exclusão. Nesta linha, o Relatório CASA destaca a importância do reforço das redes locais de suporte, do acompanhamento pós-institucional e de respostas que promovam a formação profissional e o acesso ao emprego, garantindo que os jovens possam construir uma vida independente e digna após o acolhimento (Delgado, 2021).

### 1.10 O mercado de trabalho jovem em Portugal

O mercado de trabalho jovem em Portugal constitui uma dimensão central para o desenvolvimento económico e social do país, não apenas pelo seu impacto direto na produtividade e inovação, mas também pelo papel que desempenha na promoção da coesão social e na redução das desigualdades intergeracionais. Nos últimos anos, embora se observe uma ligeira recuperação nos indicadores de emprego jovem, persistem inúmeros desafios estruturais, sobretudo para os jovens com baixos níveis de qualificação e para grupos em situação de maior vulnerabilidade, como os que provêm de contextos de acolhimento residencial.

A transição dos jovens para o mundo do trabalho reveste-se de particular complexidade para aqueles que não dispõem de uma rede familiar de apoio, enfrentando frequentemente limitações ao nível do capital social, educacional e económico. Neste cenário, tanto a escola como o emprego surgem como mecanismos essenciais de elevador social, permitindo a construção de percursos de vida mais autónomos e estáveis.

Entre os jovens, um grupo particularmente vulnerável é o dos que estiveram em acolhimento residencial, e destes, os que se encontram em processo de autonomização. Para estes, a transição para a vida adulta é frequentemente marcada por dificuldades acrescidas, nomeadamente pela ausência de uma rede de apoio familiar e pela escassez de oportunidades educativas e profissionais ((Fernandes, 2010; Rodrigues, 2016; Gaspar, Gaspar, & Melo, 2023).

Segundo os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE), em agosto de 2025, a taxa de desemprego geral em Portugal situou-se em 6,1%, mantendo-se relativamente estável. No entanto, no grupo etário dos 16 aos 24 anos, esta taxa ascende a 21,6%, representando um aumento de 1,5 pontos percentuais face ao mês anterior (GEE, 2024). Esta discrepância revela uma clivagem geracional significativa no acesso ao mercado de trabalho, sublinhando a vulnerabilidade acrescida dos jovens e a necessidade de políticas públicas mais eficazes e direcionadas.

Comparativamente à média da União Europeia, Portugal continua a apresentar uma taxa de desemprego jovem superior, o que evidencia uma fragilidade estrutural no que respeita à articulação entre o sistema educativo e o mercado laboral. A recente

subida da taxa de desemprego jovem poderá estar associada a fatores macroeconómicos, como o abrandamento da atividade económica e a escassez de oportunidades de inserção profissional qualificadas.

Um indicador particularmente relevante neste contexto é a percentagem de jovens classificados como NEET (Not in Employment, Education or Training), ou seja, aqueles que não se encontram empregados, a estudar ou em formação. Em 2024, verificou-se uma redução expressiva de 46% na população NEET em comparação com a década anterior, totalizando 188.400 jovens (HR Portugal, 2024). Esta evolução positiva poderá refletir os efeitos de diversas iniciativas de promoção da empregabilidade juvenil, tanto no âmbito estatal como no setor privado. Ainda assim, trata-se de uma franja populacional que continua a requerer uma atenção política redobrada, sobretudo no caso dos jovens ex-acolhidos, que frequentemente carecem dos recursos mínimos para assegurar a sua integração profissional plena.

Neste domínio, é relevante destacar os compromissos assumidos no quadro do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que define como meta a redução da taxa de jovens NEET para 9% até 2030. Trata-se de um objetivo ambicioso, particularmente desafiante para Portugal, atendendo às persistentes disparidades regionais e às condições socioeconómicas que afetam negativamente os jovens provenientes de contextos de acolhimento. (OECD,2024)

Outro fator diferenciador é o nível de qualificação académica. Dados recentes indicam que a taxa de desemprego entre jovens com ensino superior se situou em 5,3% no final de 2023, enquanto a taxa entre aqueles sem este nível de formação foi significativamente mais elevada, atingindo os 9% (HR Portugal, 2024). Estes números reforçam a relevância de continuar a investir na qualificação dos jovens, seja através do ensino superior, seja por via de programas de formação profissional orientados para as exigências do mercado de trabalho contemporâneo.

Acresce ainda que a articulação entre estudo e emprego continua a ser limitada em Portugal. Em 2023, apenas 11,7% dos jovens portugueses entre os 15 e os 29 anos conciliavam atividades académicas com um trabalho remunerado, uma percentagem bastante inferior à média da União Europeia, fixada nos 25,7% (ECO, 2024). Esta realidade

aponta para a existência de barreiras estruturais à conciliação entre educação e experiência profissional, o que compromete a construção de trajetos de transição mais fluidos e seguros para a vida ativa.

Em suma, apesar de alguns avanços na inclusão de jovens no mercado de trabalho, Portugal continua a enfrentar significativos desafios no que diz respeito à empregabilidade juvenil. A situação torna-se particularmente crítica no caso dos jovens em processo de autonomização, que, pela ausência de suporte familiar, enfrentam obstáculos adicionais na integração laboral. A promoção de políticas públicas integradas, assentes em educação, formação e inserção profissional, revela-se assim essencial para assegurar uma transição bem-sucedida destes jovens para uma vida autónoma, estável e digna.

### **1.11 Medidas de Apoio à Empregabilidade dos Jovens Ex-Acolhidos**

A integração profissional dos jovens que passaram pelo acolhimento residencial representa um dos maiores desafios no processo de autonomização. A ausência de uma rede de apoio familiar, a instabilidade emocional resultante de percursos de vida marcados por ruturas e a escassez de oportunidades adaptadas às suas necessidades tornam a transição para o mercado de trabalho especialmente exigente. Neste contexto, torna-se fundamental a implementação de políticas públicas específicas que visem a promoção da empregabilidade deste grupo particularmente vulnerável.

Entre as iniciativas mais relevantes destaca-se o programa +Emprego, promovido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Este programa concede um apoio financeiro às entidades empregadoras que celebrem contratos de trabalho sem termo com desempregados inscritos no IEFP, abrangendo explicitamente os jovens que tenham sido alvo de medidas de promoção e proteção, como o acolhimento residencial (Diário da República, 2024). Trata-se de uma medida crucial que visa não apenas a criação de oportunidades laborais, mas também o incentivo à contratação estável e duradoura, elemento essencial para o sucesso da autonomização.

A promoção de formação profissional, estágios remunerados e incentivos à contratação jovem são algumas das soluções que podem contribuir para um mercado de

trabalho mais inclusivo e dinâmico. Além disso, programas direcionados para jovens em risco de exclusão social, como o programa +Emprego, representam um passo fundamental para garantir que todos os jovens tenham acesso a oportunidades que lhes permitam alcançar uma vida profissional estável e digna.

Programas direcionados para jovens em risco de exclusão social, como o +Emprego e as medidas da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, representam um passo fundamental para garantir que todos os jovens tenham acesso a oportunidades que lhes permitam alcançar uma vida profissional estável e digna.

Neste sentido, destacam-se ainda os contributos da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030, que, embora de carácter mais abrangente, contempla ações dirigidas a jovens em processo de autonomização. Esta estratégia assenta em seis eixos de intervenção, dos quais três são particularmente relevantes neste contexto:

- Eixo 2 – Capacitação e participação de grupos vulneráveis: Promove a inclusão social e a capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade, incentivando a sua participação ativa em projetos sociais e o desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho.
- Eixo 3 – Emprego e qualificação: Valoriza o emprego como fator central na eliminação da pobreza, apoiando iniciativas como projetos de empreendedorismo social, formação profissional e criação de redes de incubadoras de emprego.
- Eixo 4 – Promoção da igualdade e da não discriminação: Incentiva políticas de inclusão laboral para jovens com trajetos de vida marcados por exclusão, criando condições para o exercício de uma cidadania plena e autónoma.

Para mitigar as dificuldades enfrentadas pelos jovens que passaram pelo acolhimento, existem algumas medidas e políticas específicas que visam promover a sua integração no mercado de trabalho:

- Programa +Emprego (IEFP): Concede um apoio financeiro às entidades empregadoras que celebrem contratos de trabalho sem termo com desempregados inscritos no IEFP, incluindo jovens ex-acolhidos.

- Agenda de Trabalho Digno: Foca-se na promoção da estabilidade laboral e na valorização dos salários, facilitando a inserção de jovens vulneráveis no mercado de trabalho.
- Projetos de integração social e profissional: Incluem iniciativas locais e nacionais para a formação e empregabilidade de jovens em risco de exclusão social.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 2021-863010347: Define medidas para a promoção da inclusão de jovens vulneráveis no mercado de trabalho e reforça a importância da educação e formação profissional como pilares fundamentais para a empregabilidade.

Estas medidas são fundamentais para garantir que os jovens que saem do acolhimento tenham oportunidades reais de integração profissional e de construção de um percurso de vida autónomo. Algumas já estão em prática, outras estão a ser implementadas e algumas ainda em vias de implementação.

### **1.12 Acolhimento Residencial e Desenvolvimento Local: A importância das redes comunitárias para a inserção dos jovens na vida ativa**

O acolhimento residencial constitui uma resposta de proteção integrada num território que influencia e é influenciado pelos percursos de vida das crianças e jovens acolhidos (Delgado, 2019; Instituto da Segurança Social [ISS], 2023). O desenvolvimento local, enquanto abordagem centrada na mobilização de recursos endógenos e na participação dos atores comunitários, oferece um enquadramento relevante para compreender como as oportunidades e limitações do território condicionam os processos de inclusão social e profissional destes jovens (Amaro, 2016; Silva & Ferreira, 2020). A comunidade local não se apresenta apenas como o espaço físico onde se insere a casa de acolhimento, mas como um contexto social, económico e relacional determinante no acesso à educação, formação profissional, mercado de trabalho e redes de suporte informal (Bessa & Jesus, 2018; Rodrigues, 2022).

A ausência ou fragilidade destas redes pode resultar em maiores riscos de exclusão na transição para a autonomia, nomeadamente no momento de saída da casa

de acolhimento (Sampaio, 2017; Mendes & Amaral, 2021). Muitos jovens em acolhimento revelam trajetórias marcadas por ruturas escolares, dificuldades de socialização comunitária e estigmas associados ao acolhimento, o que reforça a importância de respostas articuladas com o território, capazes de potenciar o seu desenvolvimento pessoal e profissional (Campos, 2018; Carvalho, 2023). Assim, torna-se imprescindível que as casas de acolhimento assumam uma intervenção orientada pelo estabelecimento de parcerias com instituições de ensino, entidades empregadoras, serviços públicos, organizações da sociedade civil, estruturas municipais, desportivas e culturais (ISS, 2023), contribuindo para a criação de oportunidades de integração efetiva na vida ativa (Martins, 2020).

Neste âmbito, destaca-se o papel de organizações especializadas como a PAJE que apoia os jovens e as casas de acolhimento e que atua como mediadora entre os jovens e a comunidade, promovendo percursos de emancipação sustentáveis (PAJE, 2022). Através de programas de capacitação, mentoria, apoio à empregabilidade e construção de redes de suporte social, a PAJE contribui para que estes jovens possam desenvolver competências para o exercício da cidadania, aceder a experiências qualificadas de trabalho e construir projetos de vida autónomos e integrados no território onde se inserem. O seu contributo reforça a ideia de que a inclusão não se alcança apenas pela colocação no mercado laboral, mas através de um acompanhamento contínuo e de uma rede comunitária capaz de assegurar condições dignas de participação social.

A promoção da autonomia dos jovens em acolhimento deve ser entendida como um processo de co-responsabilização, onde as políticas públicas, os serviços sociais e os atores locais assumem um compromisso conjunto com o desenvolvimento e bem-estar das novas gerações (Delgado, 2019; UNICEF, 2021). Integrar a perspetiva do desenvolvimento local na intervenção com jovens em acolhimento significa reconhecer o seu potencial enquanto cidadãos e futuros agentes de transformação social no território (Silva & Ferreira, 2020). Este enfoque permite avançar para modelos de intervenção mais colaborativos, preventivos e sustentáveis, que não apenas respondem às necessidades imediatas dos jovens, mas contribuem para o fortalecimento da própria comunidade (Amaro, 2016).

## **CAPÍTULO 2 – OBJETIVOS E METODOLOGIA**

## 2.1 Objetivo

A presente investigação teve como propósito compreender as experiências e percepções dos jovens em acolhimento residencial no processo de transição para a vida adulta, em particular no que diz respeito à sua inserção profissional, bem como analisar os programas e políticas existentes nesse domínio.

A partir da seguinte pergunta de partida *“Qual é a percepção dos jovens em acolhimento e dos ex-acolhidos sobre os desafios e necessidades que enfrentam na preparação para a inserção profissional?”*, foram definidas as seguintes questões orientadoras:

1. Quais são as expectativas e aspirações profissionais dos jovens em acolhimento residencial e dos ex-acolhidos?
2. Que desafios e barreiras enfrentam na transição para o mercado de trabalho?
3. De que forma as experiências vividas no acolhimento influenciam as suas perspectivas de carreira e de emprego?
4. Que estratégias e apoios existem atualmente para a preparação e inserção profissional destes jovens?
5. Em que medida as políticas públicas e os programas de apoio contribuem para a sua inclusão social e profissional?

O estudo foi estruturado com os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

Analisar as percepções e vivências dos jovens em acolhimento residencial e dos ex-acolhidos no contexto da sua inserção profissional, identificando os principais desafios e oportunidades que encontram no processo de transição para o mercado de trabalho.

Objetivos específicos:

- 1.1. Compreender as expectativas e aspirações profissionais dos jovens.
- 1.2. Identificar os principais desafios enfrentados na transição para o mercado de trabalho.
- 1.3. Avaliar o impacto das experiências de acolhimento nas suas perspectivas de carreira e de emprego.

- 1.4. Examinar as barreiras sentidas pelos jovens ao ingressar no mercado de trabalho.
- 1.5. Avaliar as estratégias e apoios atualmente disponíveis para a inserção profissional.
- 1.6. Analisar os programas e políticas existentes de preparação para a vida ativa e profissional.

Os objetivos desta investigação visam ampliar o conhecimento académico, contribuindo para o aprofundamento da literatura existente sobre o acolhimento residencial e as transições para a vida adulta e profissional. Pretende, igualmente, acrescentar novas perspetivas e dados empíricos que permitam compreender de forma mais completa as perceções e vivências dos jovens em acolhimento.

Do ponto de vista social, o estudo procura aumentar a consciencialização pública sobre os desafios enfrentados por estes jovens na transição para o mercado de trabalho, contribuindo para a formulação de estratégias que promovam a inclusão social e profissional, reduzindo fenómenos de marginalização e exclusão.

Em termos profissionais, a investigação tem como propósito fornecer conhecimentos úteis aos profissionais que trabalham com jovens em acolhimento residencial, permitindo-lhes desenvolver intervenções mais eficazes e recomendações práticas a implementar por educadores e orientadores vocacionais no apoio à transição para o trabalho.

Por fim, ao nível das políticas públicas, pretende-se contribuir com dados e análises que apoiem os formuladores de políticas na criação ou aperfeiçoamento de programas de inserção profissional direcionados a jovens em acolhimento residencial, baseados nas suas reais necessidades e perceções.

## **2.2 Metodologia**

O presente estudo adota uma abordagem mista, de carácter descritivo e exploratório, baseada na aplicação de inquéritos por questionário a jovens acolhidos (Anexo 1) e a jovens ex-acolhidos (Anexo 2), contemplando perguntas fechadas (questões 6–20 e 24–27) e perguntas abertas (questões 21–23 e 28). Esta opção metodológica

permite combinar a recolha de dados quantitativos, obtidos através de respostas estruturadas em escalas de concordância, com dados qualitativos, provenientes de respostas abertas que expressam perceções, sentimentos e experiências pessoais.

O desenho da investigação é de natureza exploratória-descritiva. Segundo Lakatos e Marconi (2003), uma investigação desta natureza tem como finalidade conceber problemáticas, clarificar conceitos e familiarizar o investigador com ambientes, fenómenos ou factos, podendo também contribuir para o desenvolvimento de futuras hipóteses. Este desenho permite, portanto, explorar e descrever em profundidade fenómenos sociais complexos, como as trajetórias de vida de jovens em acolhimento.

Assim, ainda que assente essencialmente em métodos qualitativos, a investigação incorpora também elementos de estatística descritiva simples (frequências e percentagens), aplicados a variáveis sociodemográficas e laborais dos participantes. Estes dados foram tratados de forma complementar, não configurando um desenho de métodos mistos no sentido estrito, mas servindo de apoio à caracterização da amostra e à contextualização dos resultados qualitativos.

### **2.2.1 Técnicas de recolha de dados**

A primeira etapa do estudo consistiu numa revisão da literatura, considerada por Bento (2012) uma componente fundamental do processo de investigação, pois permite situar o problema de estudo, identificar lacunas no conhecimento existente e fundamentar teoricamente a investigação desenvolvida. Foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental para desenvolver o enquadramento teórico e conceptual.

Posteriormente, procedeu-se à aplicação de inquéritos por questionário com perguntas fechadas e abertas a dois grupos distintos: jovens acolhidos e ex-acolhidos. O instrumento foi elaborado com base nos objetivos do estudo e estruturado de forma a recolher informações sobre as perceções dos participantes quanto à preparação para o mercado de trabalho, o apoio recebido, as dificuldades sentidas e as expectativas de futuro.

As perguntas fechadas permitiram obter dados quantificáveis sobre o grau de concordância e frequência de determinadas experiências, possibilitando uma caracterização descritiva das respostas. Já as perguntas abertas visaram recolher reflexões pessoais e narrativas curtas, oferecendo uma compreensão mais aprofundada das perceções e sentimentos dos jovens em relação ao acolhimento e à transição para a vida ativa.

Com esta técnica combinaram-se dados objetivos e subjetivos, permitindo cruzar a dimensão estatística com a dimensão interpretativa das respostas, e assim obter uma visão mais completa sobre as trajetórias e perceções dos participantes.

### **2.2.2 Amostra**

O tipo de amostragem utilizado foi intencional (ou por conveniência teórica), o que implica que a probabilidade de cada elemento da população ser incluído na amostra é desconhecida (Smith, 1975, citado em Ribeiro, 2010). Esta opção metodológica revelou-se adequada aos objetivos do estudo, pois permitiu selecionar participantes que representassem uma diversidade de experiências e perspetivas dentro da população em análise.

Na seleção dos participantes foram considerados fatores como idade, género, tempo em acolhimento, percurso de vida e contexto geográfico, de modo a garantir uma amostra heterogénea e enriquecedora para a compreensão das trajetórias dos jovens.

A amostra final foi constituída por 20 participantes, dos quais 10 jovens atualmente acolhidos e 10 ex-acolhidos, provenientes de diferentes regiões de Portugal — Norte, Centro e Sul, assegurando, assim, uma representação equilibrada e diversificada da realidade nacional.

### **2.2.3 Técnicas de análise e análise dos dados**

A análise dos dados recolhidos teve como finalidade compreender as perceções, experiências e projeções de futuro de jovens acolhidos e ex-acolhidos relativamente à sua

preparação para a vida ativa e inserção no mercado de trabalho. Foram utilizados dois questionários semelhantes, adaptados a cada grupo, procurando captar as suas perspectivas em diferentes momentos do seu percurso de acolhimento, de natureza essencialmente descritiva e interpretativa.

As respostas fechadas, com escalas de concordância e opções múltiplas, foram tratadas de forma descritiva, recorrendo a contagens e percentagens simples através do programa Excel. Este tratamento teve como objetivo identificar tendências gerais nas respostas, tais como o grau de concordância com afirmações sobre a preparação para o mercado de trabalho, o apoio recebido, as dificuldades sentidas e as competências desenvolvidas durante o acolhimento. Com essa análise pretendeu-se obter uma leitura comparativa entre os dois grupos, evidenciando semelhanças e diferenças nas suas perceções.

As respostas abertas foram analisadas segundo uma abordagem qualitativa e temática. As narrativas individuais foram lidas repetidamente analisadas destacando ideias-chave e padrões de sentido. Da codificação emergiram categorias representativas, como: “apoio institucional”, “preparação para o futuro”, “dificuldades na transição”, “autonomia” e “expectativas futuras”. Estas categorias serviram de base à interpretação e discussão dos resultados.

#### **2.2.4 Procedimentos formais e éticos**

Os procedimentos éticos seguiram rigorosamente as orientações para a investigação em Ciências Sociais e o cumprimento da legislação em vigor. A participação foi voluntária, mediante assinatura de consentimento informado escrito (Anexo 3 e 4), contendo: título do estudo e identificação do investigador; objetivos e finalidades; critérios de inclusão/exclusão; tipo de conteúdos e tarefas previstas; duração da participação; informação sobre anonimato, confidencialidade e conservação dos dados; contactos institucionais para esclarecimento ou apoio em caso de desconforto; e explicitação do direito de desistência a qualquer momento.

Adicionalmente, foram fornecidos contactos de linhas de apoio e indicação sobre a forma de acesso aos resultados.

### **CAPÍTULO 3: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### 3.1 Apresentação e análise dos resultados

A análise dos testemunhos e dos dados recolhidos permite identificar diferentes perceções e experiências dos jovens ex-acolhidos e acolhidos, oferecendo uma visão comparativa da preparação para a vida autónoma e, em particular, da transição para o mercado de trabalho.

#### 3.1.1 Idade

No que diz respeito à idade o primeiro gráfico mostra que a maioria dos ex-acolhidos participantes tinha 27 anos (sete jovens), enquanto apenas três se distribuíam pelas idades de 19, 20 e 22 anos. Esta concentração na faixa etária mais elevada revela que a amostra de ex-acolhidos é composta essencialmente por jovens adultos que já passaram vários anos após a saída da casa de acolhimento, o que lhes possibilitou acumular experiências de vida e de inserção profissional. Por contraste, os jovens acolhidos apresentam uma distribuição etária mais baixa, situando-se maioritariamente no intervalo dos 15 aos 18 anos. Este dado mostra que se encontram ainda em plena fase escolar e formativa, vivendo sobretudo a antecipação da saída da casa de acolhimento e a ansiedade perante a transição.

*Gráfico 1 – Idades dos Jovens ex-acolhidos*

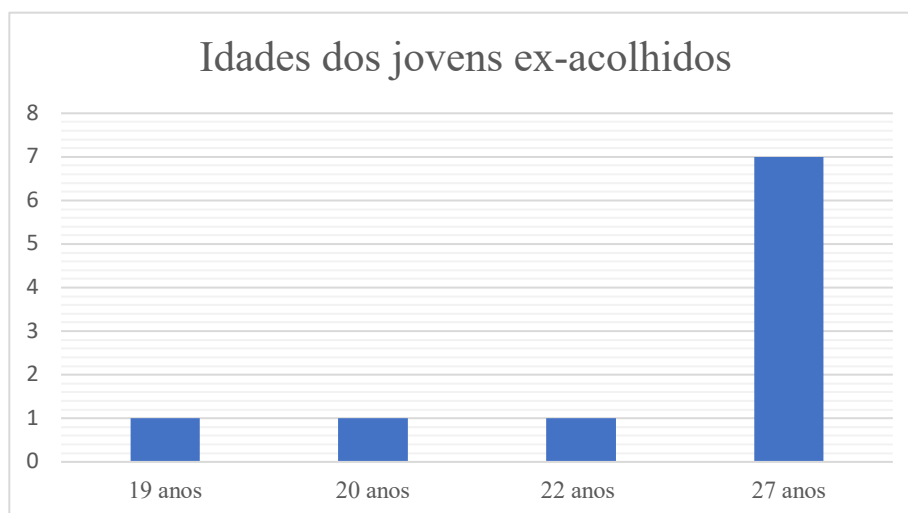
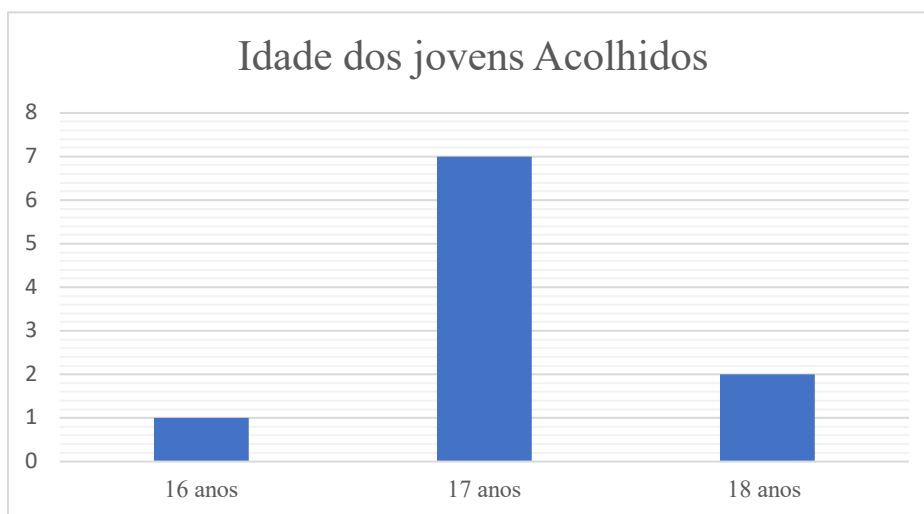
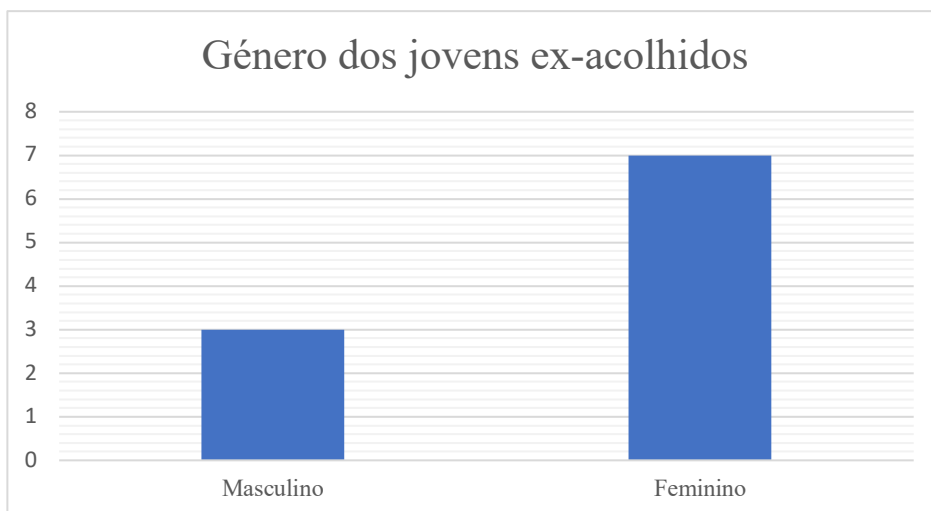
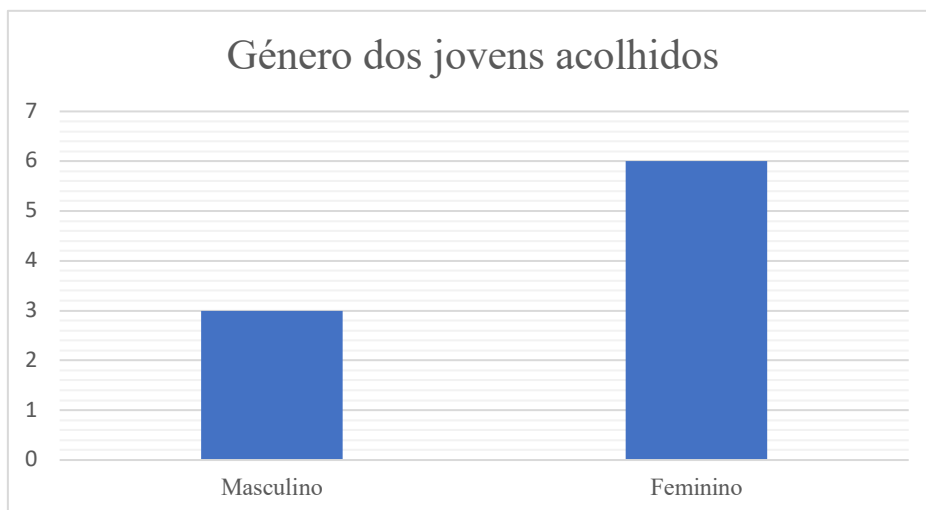


Gráfico 2 – Idade dos jovens Acolhidos



### 3.1.2 Género

Em termos de género, os dados revelam um predomínio feminino em ambos os grupos: sete do género feminino e três do género masculino entre os ex-acolhidos, e uma proporção semelhante entre os acolhidos. Esta predominância reflete-se também nos discursos recolhidos, onde as mulheres tendem a apresentar relatos mais detalhados e abrangentes dos desafios sentidos, destacando aspetos como a experiência de viver sozinhas após a saída, a ausência de uma rede de apoio consistente, as dificuldades financeiras e a necessidade de ocultar o passado de acolhimento para evitar situações de discriminação. O testemunho da ex-acolhida F4 ilustra bem esta gestão estratégica da identidade: *“Não digo às pessoas que morei no lar”*. Os homens, embora em menor número, também evidenciam dificuldades relevantes, frequentemente associadas a dimensões técnicas e práticas da inserção laboral, como a relação com clientes, a burocracia fiscal e a carência de formação adicional. Contudo, a análise não revela uma interdependência entre género e situação laboral, as diferenças parecem incidir sobretudo ao nível qualitativo, traduzindo-se em modos distintos de experienciar e narrar os mesmos constrangimentos.

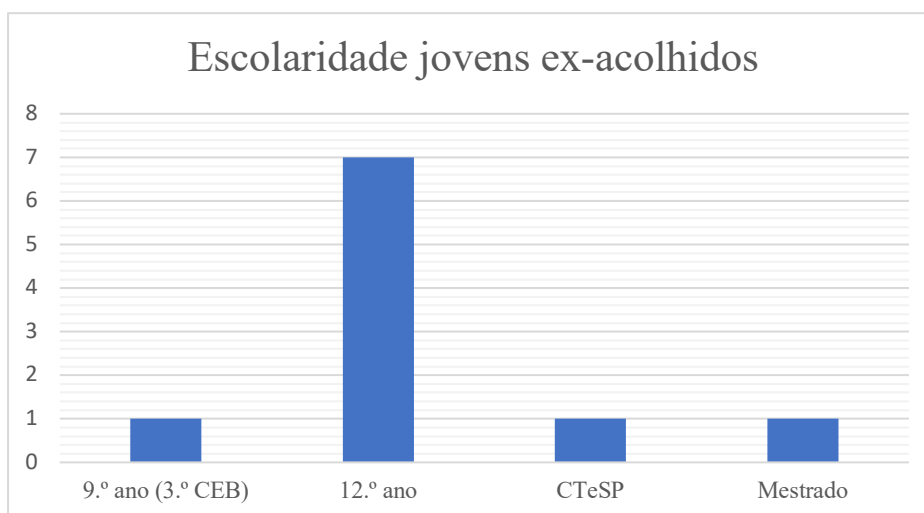
*Gráfico 3 – Género dos Jovens ex-acolhidos**Gráfico 4 – Género dos Jovens acolhidos*

### 3.1.3 Escolaridade

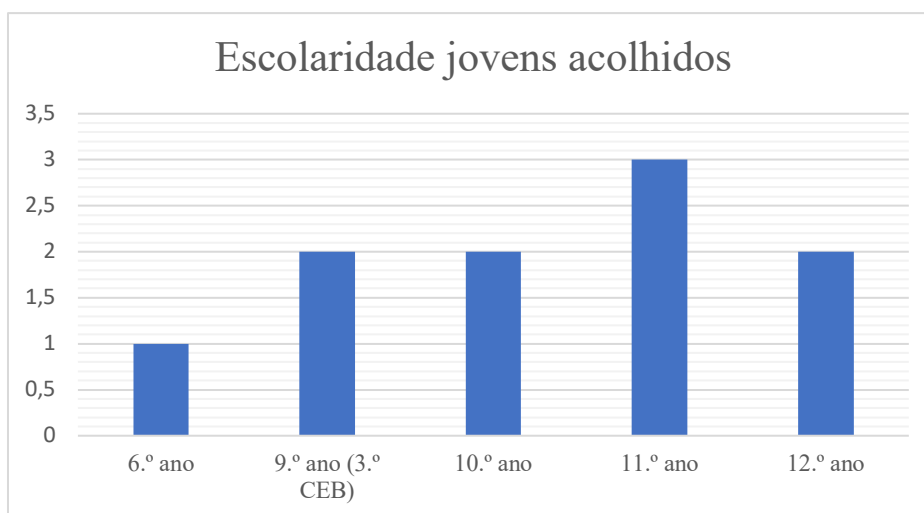
No que respeita à escolaridade, observa-se uma variação significativa no grupo dos ex-acolhidos, que vai desde o 9.º ano até ao mestrado. O caso da participante com mestrado (Ex-acolhida F1), que se encontra desempregada, contrasta com a situação da ex-acolhida F4, que apenas concluiu o 9.º ano, mas está integrada no setor do retalho. O exemplo do ex-acolhido M3, que foi o único a considerar a preparação para a vida autónoma “completa e eficaz”, estando atualmente a trabalhar como motorista TVDE. Os percursos são moldados sobretudo por fatores contextuais, tais como o acesso a redes de

contacto, a possibilidade de acumular experiência prática, o apoio recebido após a saída e a estabilidade habitacional e financeira. Já no grupo dos jovens acolhidos, a escolaridade situa-se ainda maioritariamente no ensino básico e secundário, o que reflete o momento de vida em que se encontram.

**Gráfico 5 – Escolaridade dos Jovens ex-acolhidos**



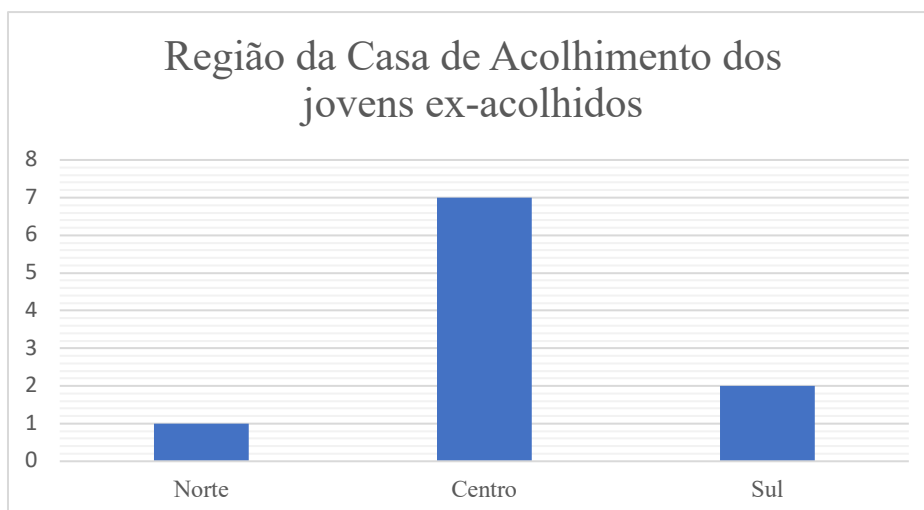
**Gráfico 6 – Escolaridade dos Jovens acolhidos**

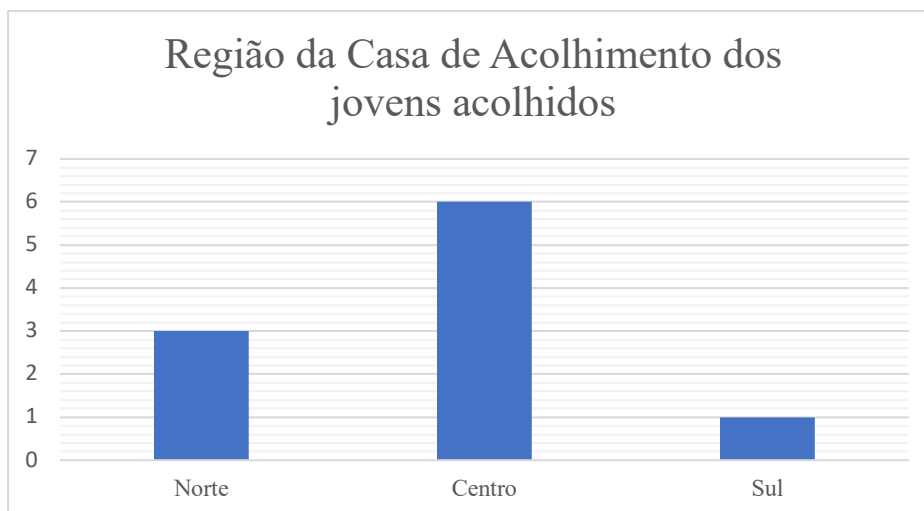


### 3.1.4 Região

A região da casa de acolhimento constitui outro fator relevante para a análise das oportunidades de inserção. No caso dos ex-acolhidos, os testemunhos apontam para a importância da localização geográfica na definição do percurso laboral, uma vez que determinadas regiões oferecem maior proximidade a recursos como centros de emprego, IEFP ou formações profissionais, enquanto outras se caracterizam por menor diversidade de oportunidades e redes de apoio. Entre os acolhidos, esta variável ainda se encontra em fase de impacto indireto, na medida em que condiciona a qualidade da formação e das experiências prévias que podem vir a influenciar as transições futuras.

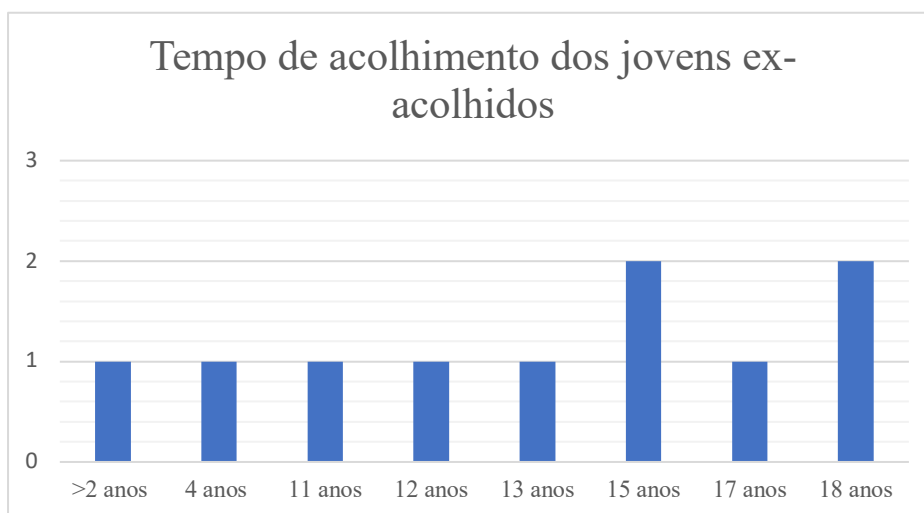
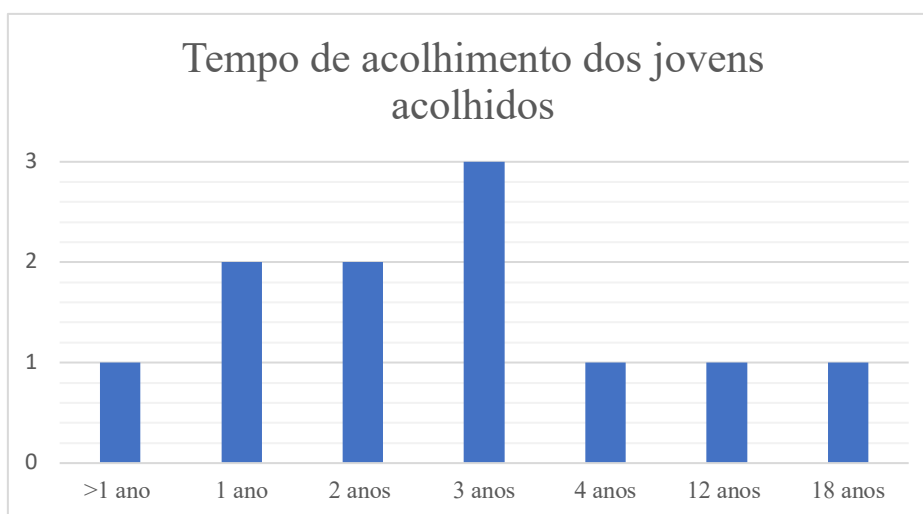
Gráfico 7 – Região da Casa de Acolhimento dos Jovens ex-acolhidos



**Gráfico 8 – Região da Casa de Acolhimento dos jovens acolhidos**

### 3.1.5 Tempo de permanência

O tempo de permanência na Casa de Acolhimento também surge como uma dimensão crítica. No caso dos ex-acolhidos, períodos mais longos permitiram maior acompanhamento e, em alguns casos, a possibilidade de concluir percursos escolares, mas não garantiram, por si só, o desenvolvimento de competências de vida autónoma adequadas às exigências do mercado de trabalho. Os testemunhos apontam para saídas precoces associadas a situações de vulnerabilidade, como o caso da ex-acolhida F4, que relatou ter vivido sozinha apenas seis meses após a saída, evidenciando a fragilidade de uma autonomia forçada. Em contrapartida, os participantes que permaneceram mais tempo na instituição conseguiram concluir etapas escolares ou adquirir algumas competências, mas sem que isso se traduzisse automaticamente numa inserção laboral estável. Entre os acolhidos, os dados indicam tempos de permanência mais curtos em média, sendo que três já tinham passado por mais do que uma instituição, o que acrescenta camadas de instabilidade e pode comprometer a continuidade educativa e emocional.

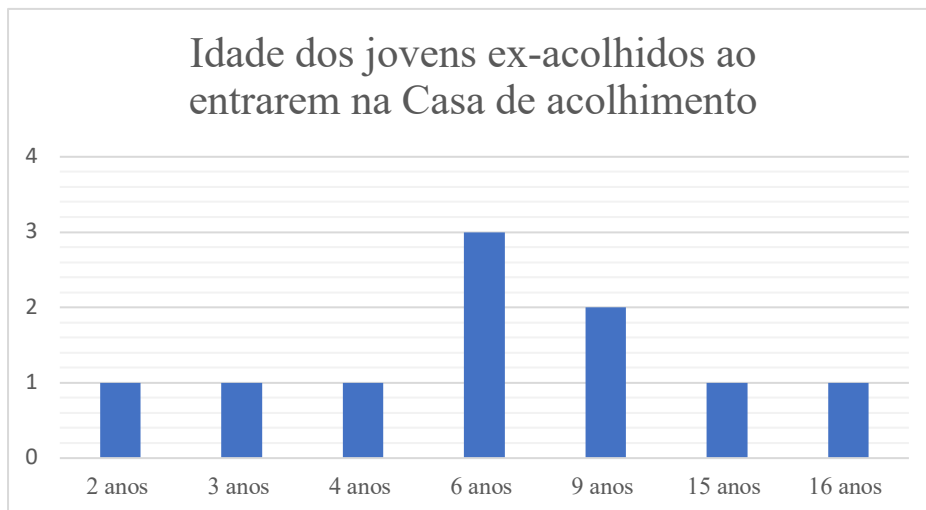
**Gráfico 9 – Tempo de acolhimento dos Jovens ex-acolhidos****Gráfico 10 – Tempo de acolhimento dos jovens acolhidos**

### 3.1.6 Idades de entrada e saída da casa de acolhimento

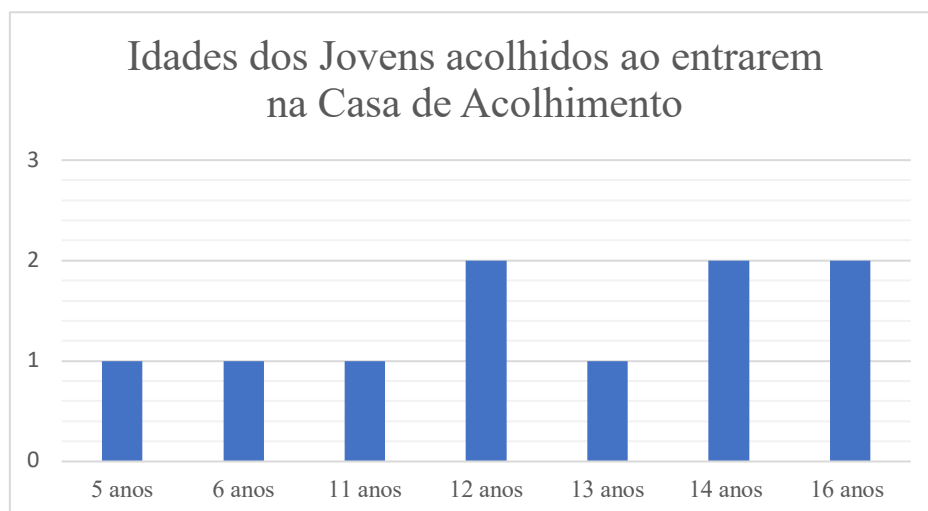
A idade de entrada na casa de acolhimento constitui igualmente um fator diferenciador das trajetórias. Entre os ex-acolhidos, entradas precoces tiveram impacto direto nos percursos escolares, implicando frequentemente a necessidade de apoio adicional, enquanto entradas em idades mais avançadas exigiram maior investimento em competências para a autonomia e a inserção laboral. Nos jovens acolhidos, os dados mostram uma diversidade de idades de entrada, refletindo situações de rutura familiar

ou de perigo em fases distintas da infância e adolescência, o que explica diferenças nas necessidades de acompanhamento e no modo como projetam o futuro.

*Gráfico 11 – Idades dos Jovens ex-acolhidos ao entrarem na Casa de acolhimento*



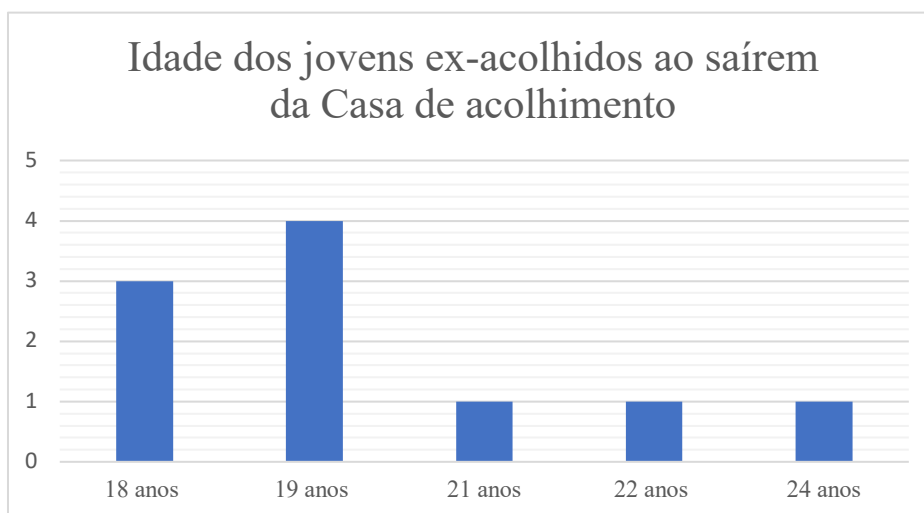
*Gráfico 12 – Idades dos Jovens acolhidos ao entrarem na Casa de Acolhimento*



A idade de saída, no caso dos ex-acolhidos, associa-se diretamente à capacidade de inserção laboral. Saídas em idades muito precoces, sem acompanhamento pós-institucional, foram descritas como fator de risco, particularmente no que respeita à dificuldade em manter empregos ou em compreender aspetos burocráticos ligados a

contratos e direitos laborais. Já aqueles que saíram mais velhos tiveram, em alguns casos, mais tempo para concluir a escolaridade ou consolidar competências, mas isso não eliminou barreiras estruturais no acesso ao emprego.

*Gráfico 13 – Idades dos Jovens ex-acolhidos ao saírem da Casa de Acolhimento*



### **3.1.7 Projeto de vida**

A análise da participação no projeto de vida reforça a existência de práticas institucionais heterogêneas. Entre os ex-acolhidos, metade declarou ter participado ativamente na definição do seu percurso, enquanto os restantes afirmaram não ter tido essa possibilidade. Esta diferença sugere que, embora haja uma tendência para o reconhecimento da voz dos jovens, continua a existir um número significativo que não se sentiu plenamente envolvido. Entre os acolhidos, os dados apontam para perceções semelhantes: alguns sentem-se escutados, mas outros revelam frustração pela ausência de um espaço efetivo de participação. A comparação entre os dois grupos mostra que esta é uma dimensão transversal, não limitada à condição de ex-acolhido ou acolhido, mas dependente das práticas institucionais concretas e da relação estabelecida com técnicos e cuidadores.

Gráfico 14 – Participei ativamente no meu projeto de vida

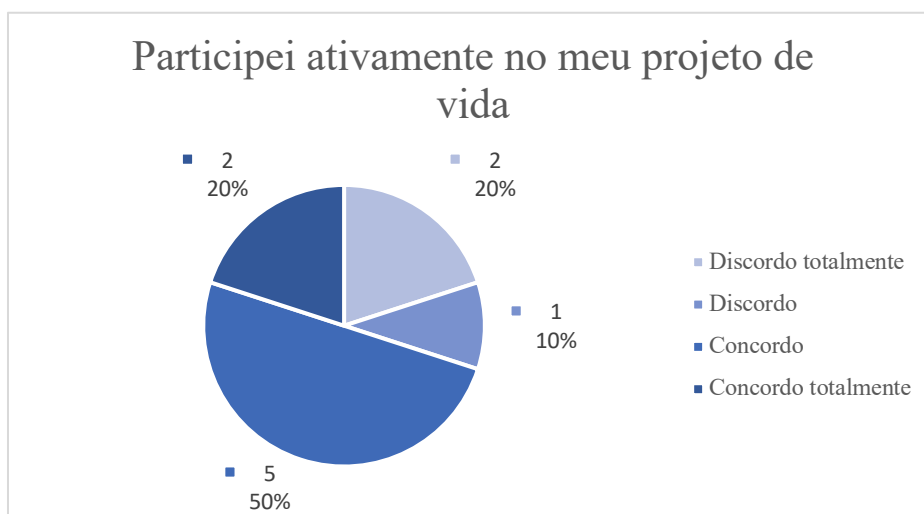
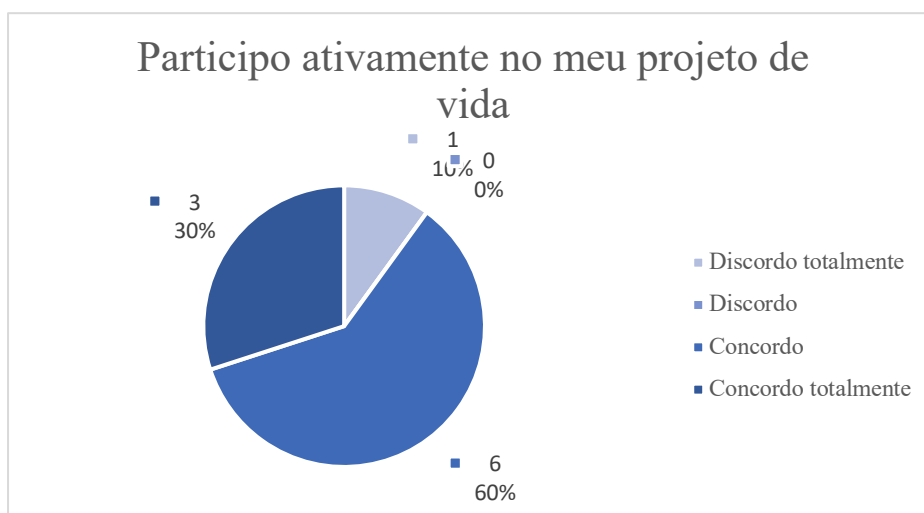


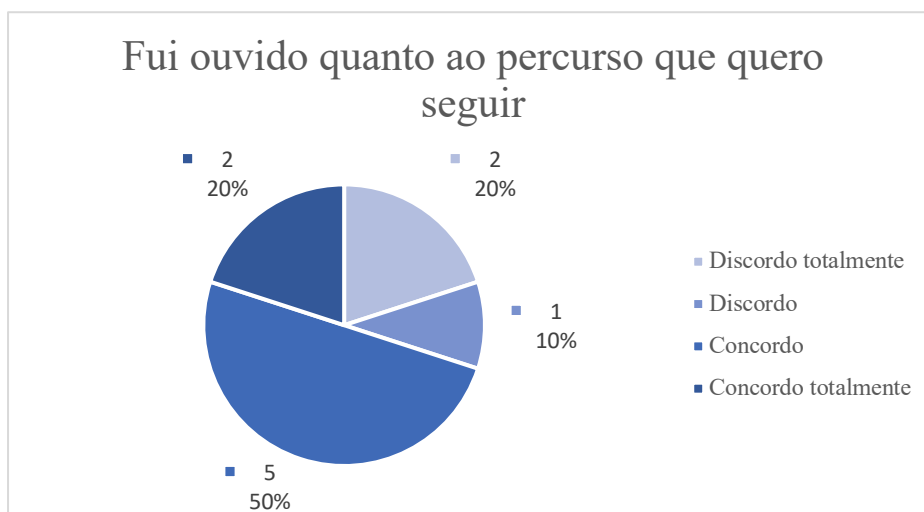
Gráfico 15 – Participo ativamente no meu projeto de vida



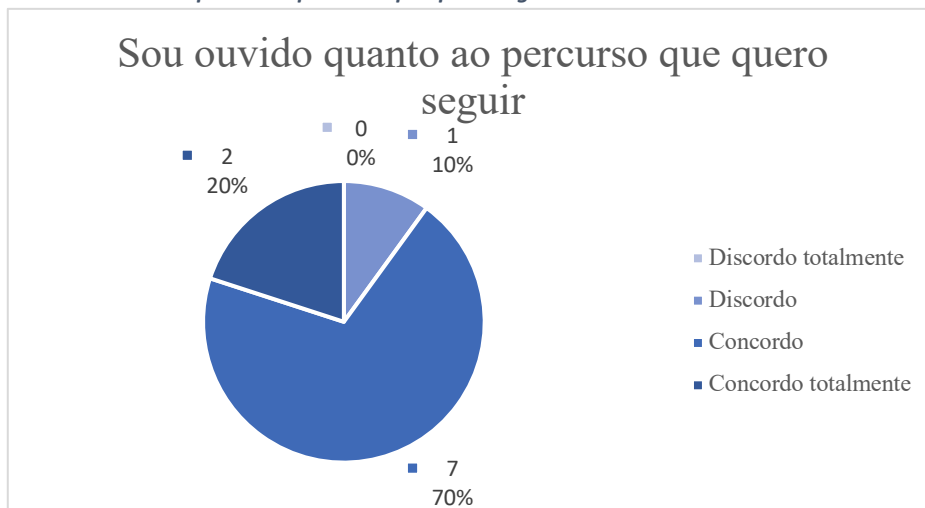
O gráfico 16 apresenta uma tendência semelhante ao anterior: 50% dos participantes afirmam que concordam totalmente que foram ouvidos e 20% só concordam. No entanto, 30% indicaram discordância. Assim, ainda que haja uma maioria que reconhece ter voz, uma parte expressiva sente que o processo não foi participativo. Esta discrepância sugere desigualdades na forma como os jovens foram acompanhados e/ou ouvidos, dependendo, eventualmente da instituição, dos técnicos ou devido a circunstâncias/características individuais dos próprios jovens.

Já no gráfico 17, relativo aos jovens ainda em acolhimento, a perceção tende a ser mais positiva. A maioria (70%) afirmou concordar que é ouvida quanto ao percurso que deseja seguir, enquanto apenas 10% revelaram discordância. Este resultado pode refletir um esforço recente das casas de acolhimento, no sentido de reforçar práticas de participação ativa, em que os jovens são valorizados no planeamento do seu projeto de vida. Ainda assim, a existência de uma minoria que se sente excluída deste processo demonstra que a escuta não é universal, ficando por apurar a que se deve tal facto, podendo, no entanto, levantar-se algumas hipóteses, entre as quais dinâmicas institucionais e relacionais específicas.

*Gráfico 16 – Fui ouvido quanto ao percurso que quero seguir*



*Gráfico 17 – Sou ouvido quanto ao percurso que quero seguir*



### 3.1.8 Percurso e preparação

A análise da perceção da preparação para o mercado de trabalho revela tendências distintas entre jovens acolhidos e ex-acolhidos, refletindo o impacto das experiências institucionais e do momento da transição. Entre os ex-acolhidos, apenas um participante (M3), com 12.º ano de escolaridade, considerou a preparação recebida como “completa e eficaz”, estando atualmente inserido no mercado de trabalho como motorista TVDE. Todos os restantes avaliaram a preparação como parcial ou inexistente, apontando lacunas concretas na formação prática e na orientação profissional, nomeadamente na realização de entrevistas, elaboração de currículos e compreensão do funcionamento do mercado laboral. Estes dados reforçam evidências da literatura, segundo as quais os programas de autonomização raramente contemplam componentes práticas de empregabilidade, contribuindo para transições precárias e trajetórias profissionais instáveis (Stein, 2008, 2012; Mendes & Carvalho, 2019).

A insuficiência de formação prática e de acompanhamento personalizado compromete o desenvolvimento de competências transferíveis e comportamentos adaptativos essenciais para a integração no mercado de trabalho (Delgado, 2015; Courtney et al., 2011). Em muitos casos, as instituições privilegiam a dimensão educativa e disciplinar em detrimento de estratégias de orientação vocacional e de contacto com o mundo laboral (Harder, Knorth, & Kalverboer, 2011).

Entre os jovens ainda acolhidos, a perceção é ligeiramente mais otimista. A maioria acredita que sairá minimamente preparada, embora reconheça limitações. Esta diferença parece estar associada à dimensão temporal: enquanto os jovens em acolhimento projetam expectativas com base na confiança nos técnicos e nos programas em curso, os ex-acolhidos falam a partir da experiência concreta da saída, avaliando com maior distanciamento crítico as insuficiências institucionais (Del Valle, Bravo, & López, 2013; Berridge, 2017).

A análise quantitativa reforça esta leitura. Entre os ex-acolhidos (Gráfico 20), a maioria indicou não ter recebido formação ou orientação consistente para o mercado de trabalho: 40% discordaram totalmente da existência desse apoio e outros 40% concordaram apenas parcialmente, evidenciando uma preparação limitada e pouco

estruturada. Os testemunhos sublinham lacunas na capacitação prática, incluindo elaboração de currículos, realização de entrevistas, compreensão de direitos laborais e ausência de acompanhamento pós-acolhimento, que dificultou a adaptação e inserção profissional. Estes resultados corroboram o conceito de “transições precárias” descrito por Stein (2008, 2012), em que a saída do acolhimento ocorre frequentemente como uma autonomia forçada, sem os suportes necessários para a integração laboral.

Entre os jovens acolhidos (Gráfico 21), a maioria (70%) afirmou receber formação ou orientação para o mercado de trabalho, 10% concordaram totalmente e apenas 20% expressaram discordância. No entanto, esta leitura quantitativa deve ser interpretada com cautela: o único participante em discordância revelou, igualmente, insatisfação geral com o apoio institucional, indicando uma experiência singular. Apesar do reconhecimento da existência de ações formativas e programas de orientação, apenas um jovem se encontra efetivamente inserido no mercado de trabalho, evidenciando que a formação ainda não se traduz em experiências concretas de inserção profissional.

Estes dados indicam que as iniciativas institucionais, embora existentes, tendem a ser fragmentadas e descontextualizadas, sem garantir a transferência de competências para contextos reais de trabalho (Delgado, 2015; Harder, Knorth, & Kalverboer, 2011). O desafio passa por alinhar a dimensão formativa com oportunidades reais de empregabilidade, integrando o apoio institucional com entidades externas como IEFP e empresas locais para proporcionar experiências práticas, estágios e redes de contacto profissional que ampliem as possibilidades de integração e autonomia dos jovens em acolhimento (Mendes & Carvalho, 2019; Del Valle, Bravo, & López, 2013).

Gráfico 18 – Sinto que saí preparado da Casa de Acolhimento para o mercado de trabalho

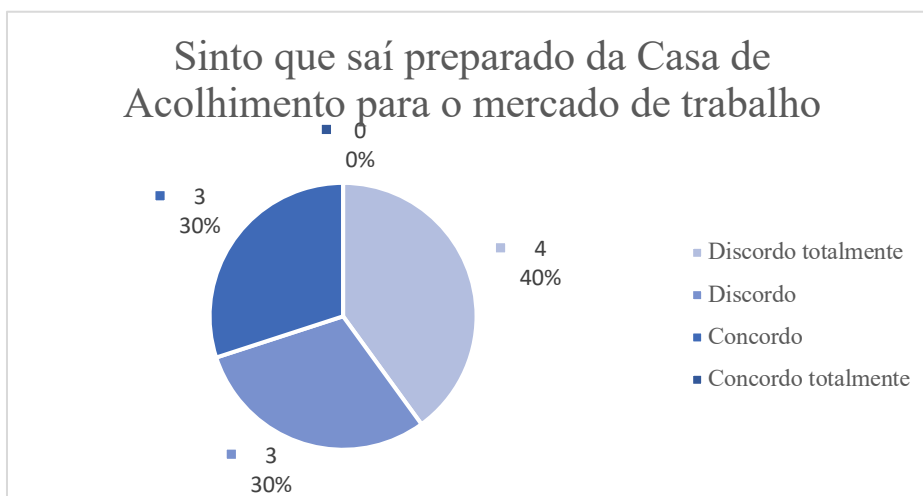
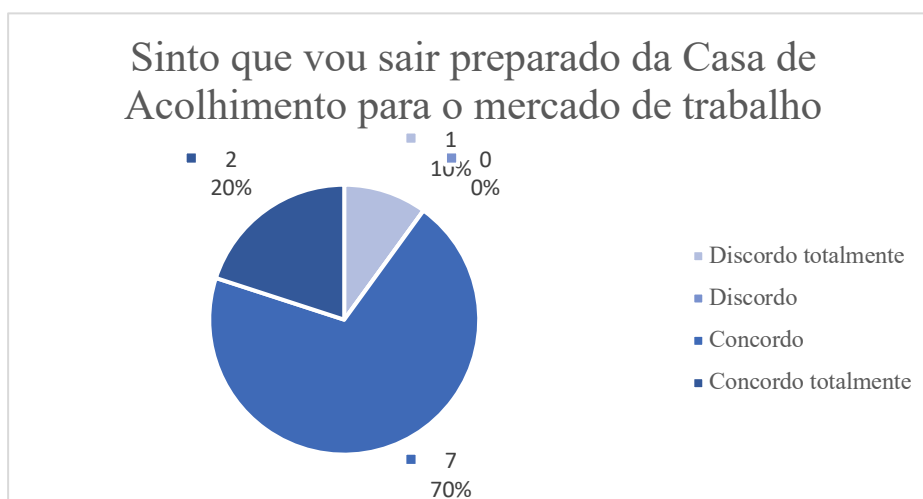


Gráfico 19 – Sinto que vou sair preparado da Casa de Acolhimento para o mercado de trabalho



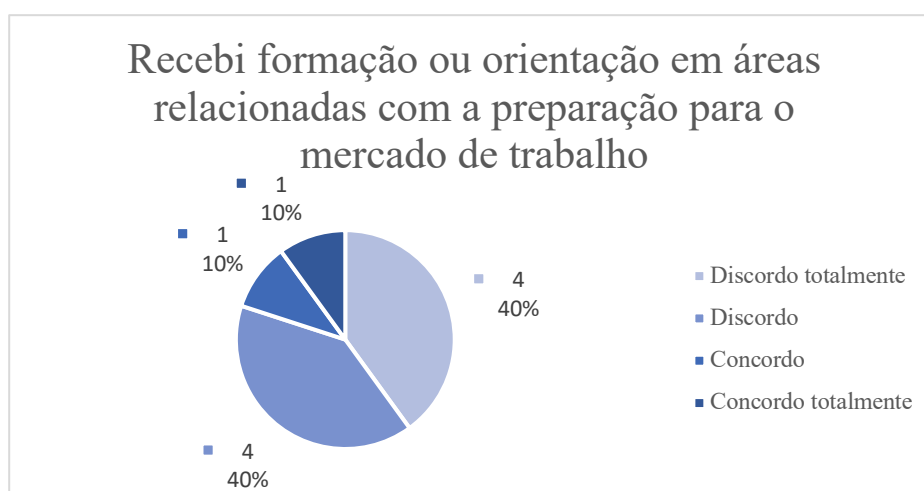
Relativamente à formação e ao apoio recebido pelos jovens, este estudo evidencia diferenças entre os ex-acolhidos e os acolhidos atuais, ainda que ambos os grupos partilhem perceções de insuficiência quanto à preparação prática para a transição laboral.

Nos ex-acolhidos (gráfico 20), a maioria indicou não ter recebido formação ou orientação consistente em áreas relacionadas com o mercado de trabalho, dado que, segundo os dados, 40% discordaram totalmente dessa afirmação e outros 40% manifestaram apenas concordância parcial, o que demonstra que a preparação, quando existiu, foi limitada e pouco estruturada. Os testemunhos recolhidos confirmam esta

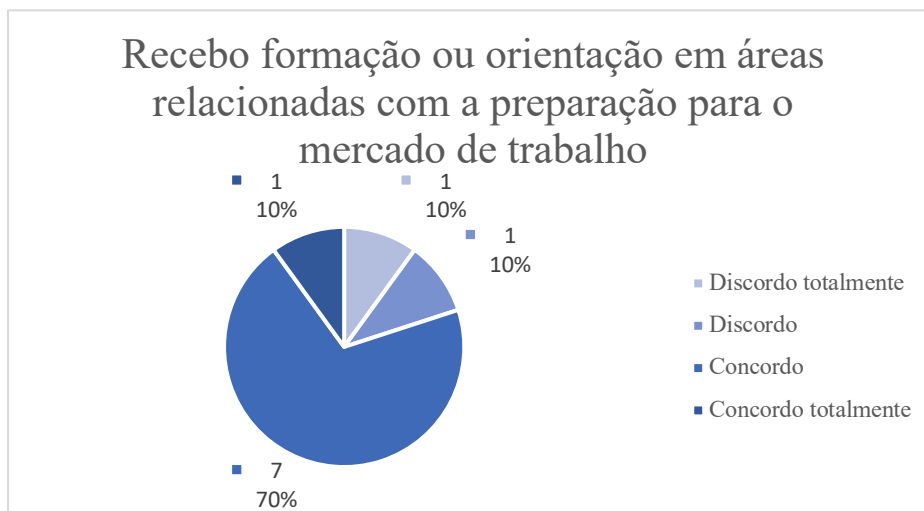
leitura: vários jovens relataram nunca ter tido qualquer tipo de preparação prática, nomeadamente em aspetos como a elaboração de currículos, a realização de entrevistas ou o conhecimento sobre direitos laborais. Além disso, destacaram a ausência de acompanhamento após a saída da casa de acolhimento, situação que agravou as dificuldades de adaptação e inserção profissional.

Entre os acolhidos (gráfico 21), observa-se um cenário mais favorável, ainda que não isento de contradições. A maioria (70%) afirmou concordar que recebe formação ou orientação na preparação para o mercado de trabalho, 10% disseram concordar totalmente, e 20% expressaram discordância. Contudo, esta leitura quantitativa não é linear: o único participante que discordou nesta questão também o fez relativamente à perceção de apoio institucional, o que indica uma experiência particular de insatisfação. Apesar de a maioria reconhecer a existência de ações formativas, importa destacar que apenas uma pessoa do grupo se encontra efetivamente a trabalhar, o que sugere que a formação recebida ainda não se traduziu, na prática, em experiências de inserção profissional concreta.

**Gráfico 20 – Recebi formação ou orientação em áreas relacionadas com a preparação para o mercado de trabalho**

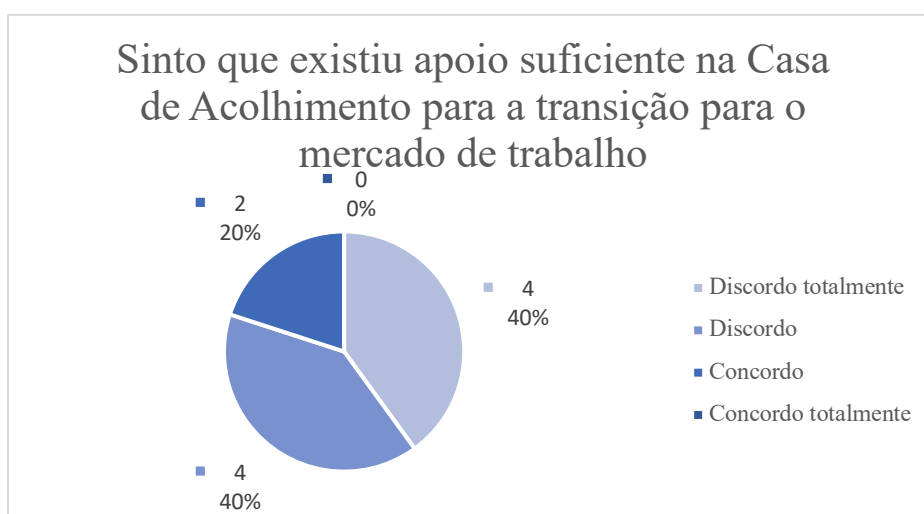


**Gráfico 21 – Recebo formação ou orientação em áreas relacionadas com a preparação para o mercado de trabalho**

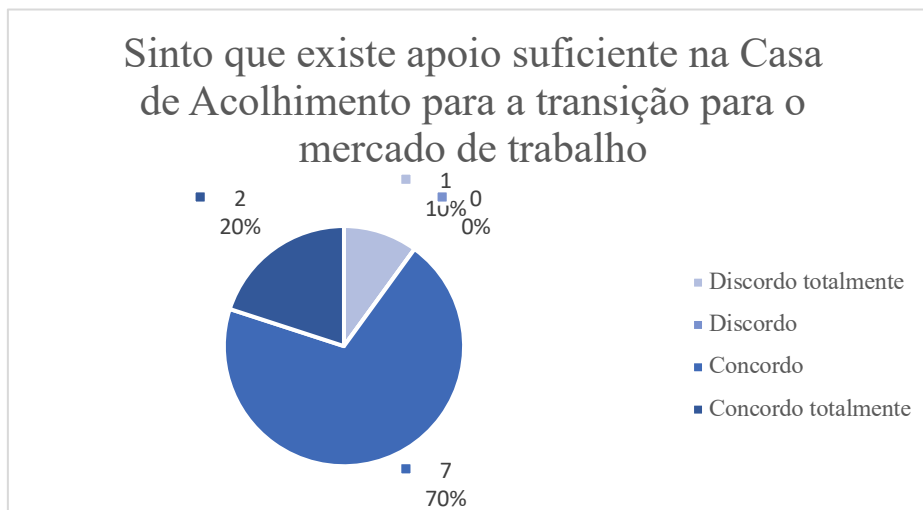


No que respeita à perceção de apoio institucional, os gráficos 22 (ex-acolhidos) e 23 (acolhidos) revelam uma dissonância geral sobre o acompanhamento oferecido. Entre os ex-acolhidos, a maioria declarou sentir que o apoio durante a transição foi insuficiente, evidenciando lacunas nas estratégias de preparação e no acompanhamento pós-saída. Entre os acolhidos, existe um reconhecimento das iniciativas institucionais em curso.

**Gráfico 22 – Sinto que existiu apoio suficiente na Casa de Acolhimento para a transição para o mercado de trabalho**



**Gráfico 23 – Sinto que existe apoio suficiente na Casa de Acolhimento para a transição para o mercado de trabalho**



### 3.1.9 A saída da Casa de acolhimento

No gráfico 24 (ex-acolhidos), apenas um participante (M3, 12.º ano) considerou que a preparação foi completa e eficaz, encontrando-se atualmente empregado como motorista TVDE. Todos os outros classificaram-na como parcial ou inexistente, destacando dificuldades práticas e falta de orientação profissional. Já no gráfico 25 (acolhidos), verifica-se uma percepção mais positiva, mas ainda incerta: a maioria acredita que a preparação para a saída está a ser adequada, embora essa expectativa se baseie em projeções e não em experiências concretas. Esta diferença entre o vivido e o esperado ilustra um desfasamento entre a percepção antecipatória dos acolhidos e a experiência retrospectiva dos ex-acolhidos, que, na prática, se deparam com um cenário mais exigente e menos apoiado do que o imaginado durante o acolhimento

Gráfico 24 – Com base na preparação para saída da Casa de Acolhimento, considero que foi:

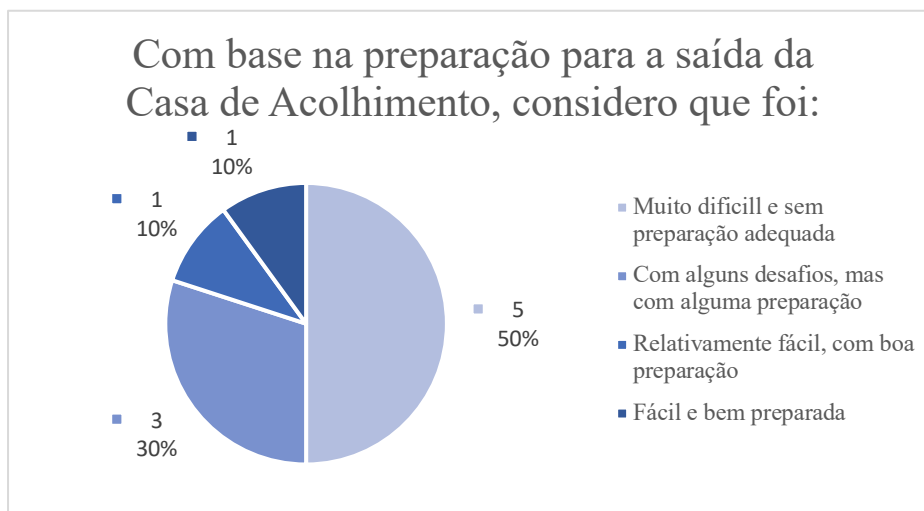
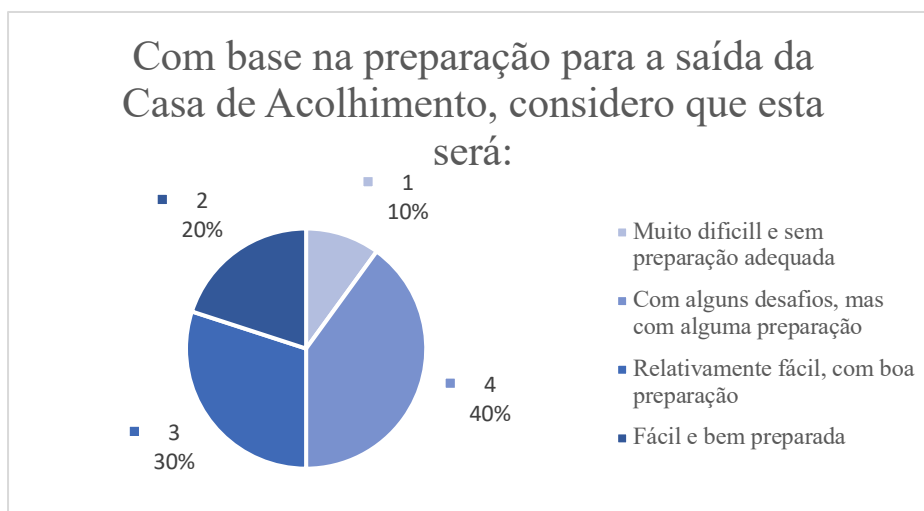


Gráfico 25 – Com base na preparação para saída da Casa de Acolhimento, considero que esta será:



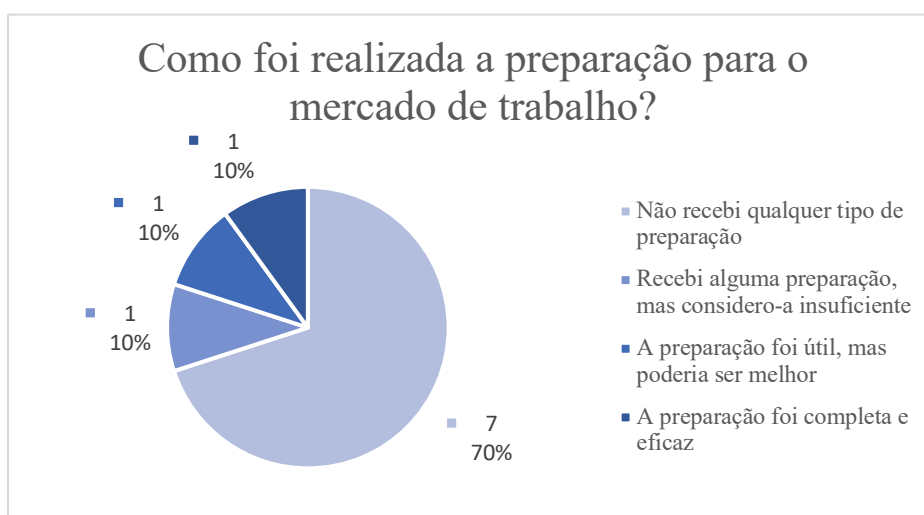
### 3.1.10 A preparação para o mercado de trabalho

Os gráficos 26 e 27, são relativos à forma como a preparação para o mercado de trabalho foi ou está a ser realizada.

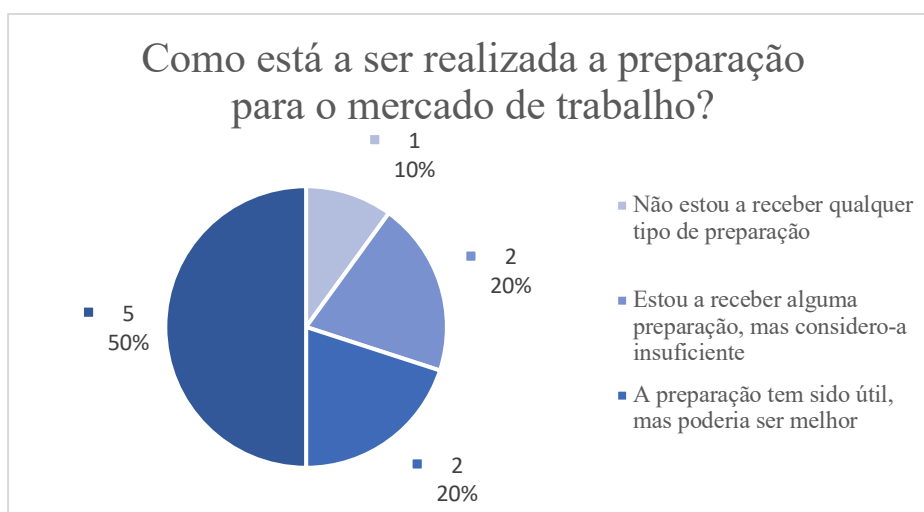
Entre os ex-acolhidos, a maioria relatou ausência de programas estruturados e experiências formativas pontuais, muitas vezes dependentes da iniciativa individual ou do acaso. Entre os acolhidos, embora o discurso institucional denote investimento em

formação, verifica-se alguma inconsistência nas percepções individuais: um dos participantes que afirmou não estar a receber qualquer tipo de preparação foi o mesmo que, anteriormente, reconheceu receber formação e apoio, o que pode indicar confusão entre diferentes dimensões de apoio (formação geral vs. orientação profissional específica). Esta ambiguidade sugere que, mesmo quando as ações formativas existem, nem sempre são reconhecidas como parte de um percurso coerente de preparação para a autonomia.

**Gráfico 26 – Como foi realizada a preparação para o mercado de trabalho?**



**Gráfico 27 – Como está a ser realizada a preparação para o mercado de trabalho?**



### 3.1.11 Percursos de transição

As respostas dos participantes evidenciam percursos de transição diversos. No gráfico 28, relativo aos ex-acolhidos, observa-se que metade (50%) foi viver com a família, 30% foram para junto de amigos e apenas uma minoria (10%) foi viver com amigos ou companheiro(a). O caso da ex-acolhida F4 é paradigmático: relatou ter ido viver sozinha apenas seis meses após a saída da casa de acolhimento, descrevendo a experiência como desafiante e marcada por solidão e insegurança económica. Em contraste, os jovens que regressaram à convivência familiar ou partilharam habitação relataram maior estabilidade inicial, beneficiando de um ambiente de suporte emocional e logístico.

O gráfico 29, referente aos acolhidos: a maioria (60%) afirmou que pretende viver com a família após a saída, 20% planeiam viver sozinhos, 10% com amigos e 10% indicaram a opção de apartamento de autonomia. Esta predominância da escolha familiar demonstra que, para a maioria dos jovens ainda em acolhimento, o regresso à família continua a ser percecionado como o caminho mais natural e seguro após o acolhimento. A existência de respostas mais diversificadas, nomeadamente a possibilidade de apartamentos de autonomia, revela, contudo, um avanço no planeamento institucional, procurando equilibrar o desejo de independência com a necessidade de apoio técnico e emocional na transição.

*Gráfico 28 – Quando saí da Casa de Acolhimento fui viver com:*

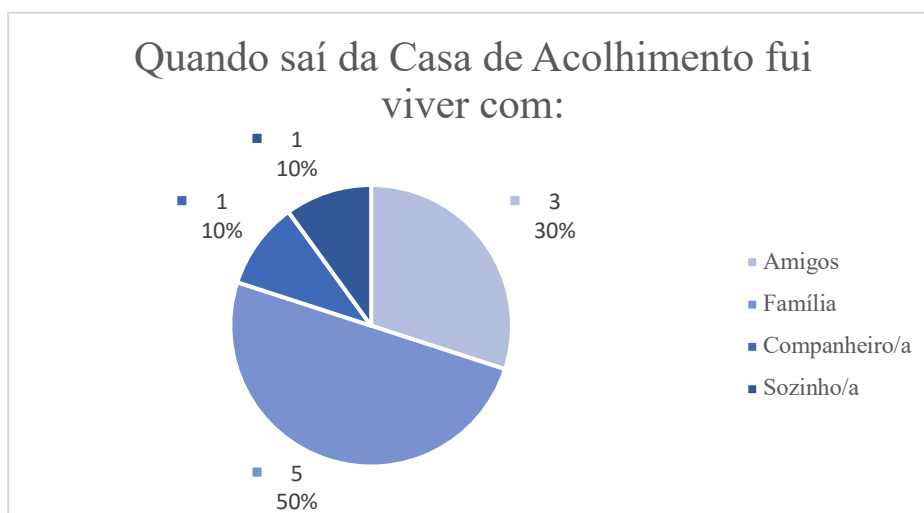
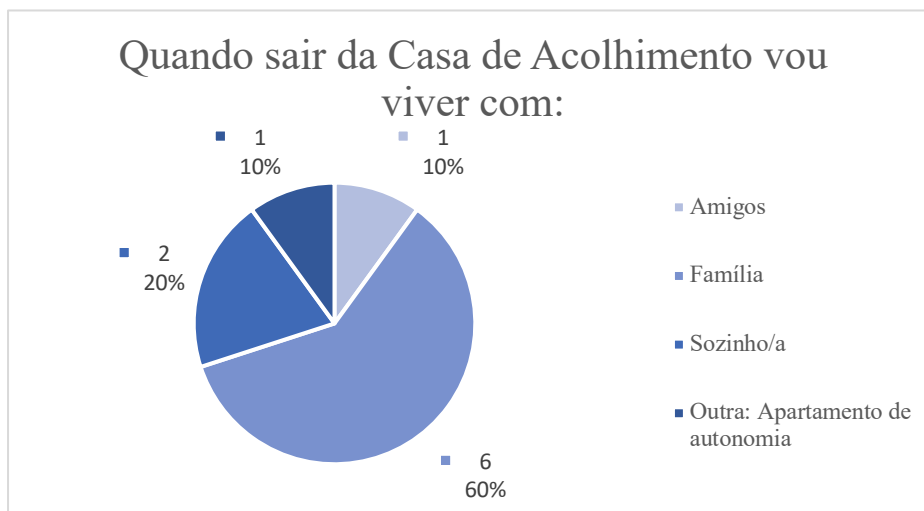


Gráfico 29 – Quando sair da Casa de Acolhimento vou viver com:



Relativamente à adaptação à vida após a saída, os gráficos 30 e 31 permitem observar contrastes significativos entre experiência e expectativa. Entre os ex-acolhidos, as percepções variam amplamente: enquanto a participante com mestrado (F1) descreveu uma adaptação “fácil e sem dificuldades”, a ex-acolhida F4 (9.º ano) classificou-a como “muito difícil”. Esta diferença evidencia que o grau de facilidade de adaptação não se relaciona diretamente com a escolaridade ou idade, mas sobretudo com o tipo de apoio disponível que a nível emocional, habitacional e económico. Os testemunhos reforçam esta ideia: os jovens que contaram com uma rede de apoio (formal ou informal) demonstraram maior capacidade de organização e integração, ao passo que aqueles que enfrentaram o processo em isolamento vivenciaram um impacto emocional e prático mais intenso.

Nos acolhidos (gráfico 31), as respostas revelam uma expectativa ambígua, enquanto 50% mostram uma expectativa positiva quanto à adaptação futura outros 50% mostram incerteza. A maioria acredita que conseguirá adaptar-se bem, especialmente aqueles que contam com o apoio de apartamentos de autonomia ou acompanhamento técnico. Esta percepção otimista contrasta com as experiências passadas relatadas pelos ex-acolhidos e pode refletir tanto a evolução das respostas institucionais como uma visão ainda idealizada do processo de saída.

Gráfico 30 – Quando saí da Casa de Acolhimento considero que a adaptação foi:

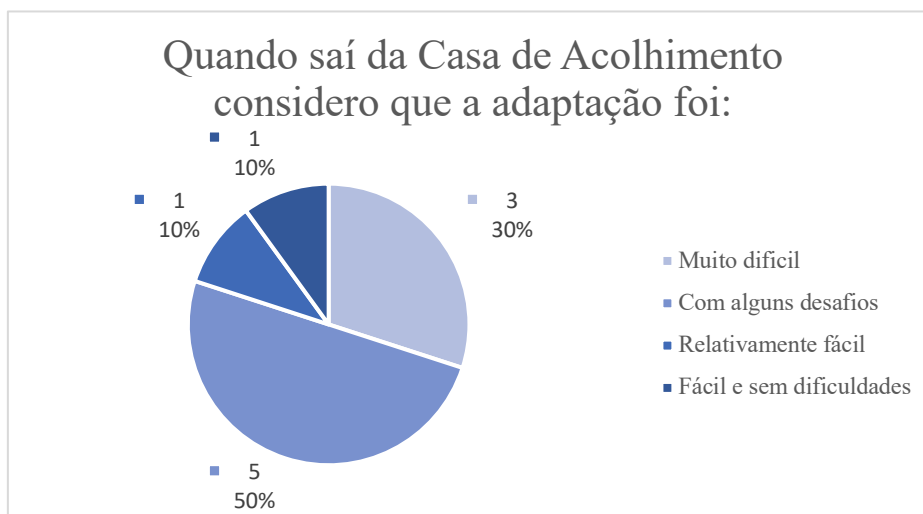
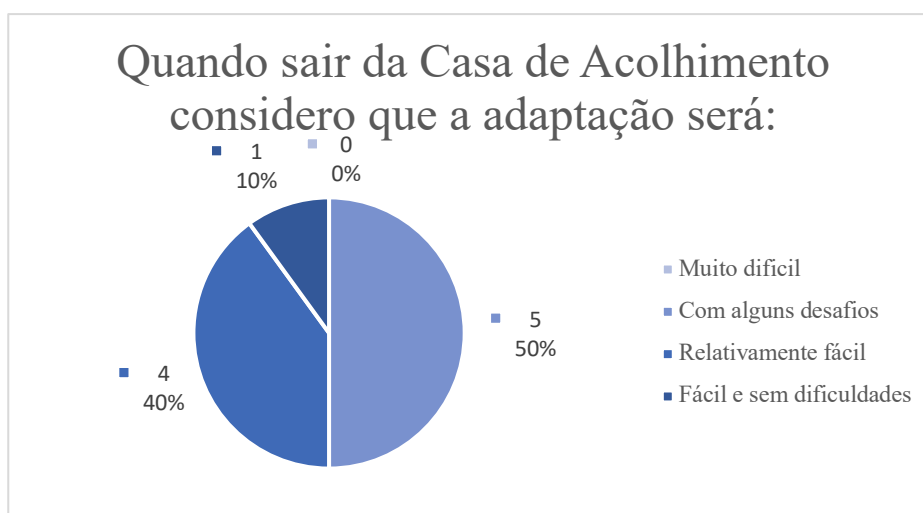


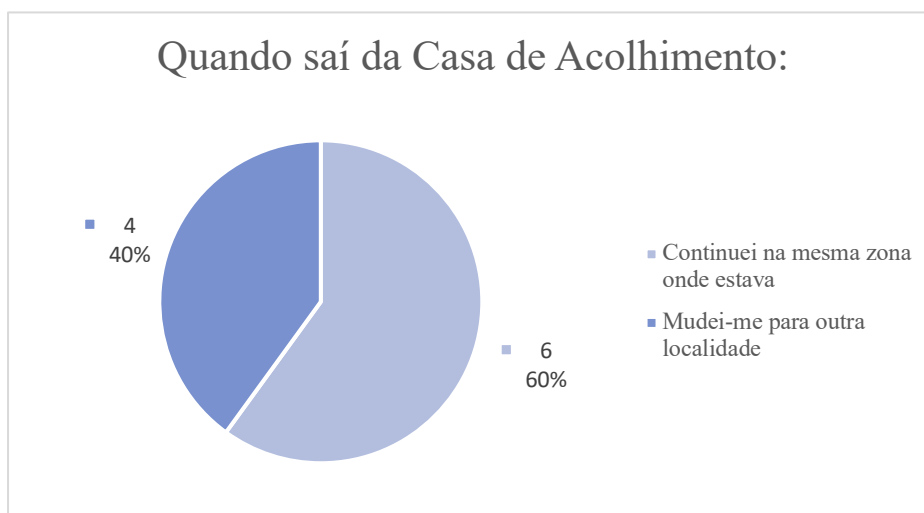
Gráfico 31 – Quando sair da Casa de Acolhimento considero que a adaptação será:



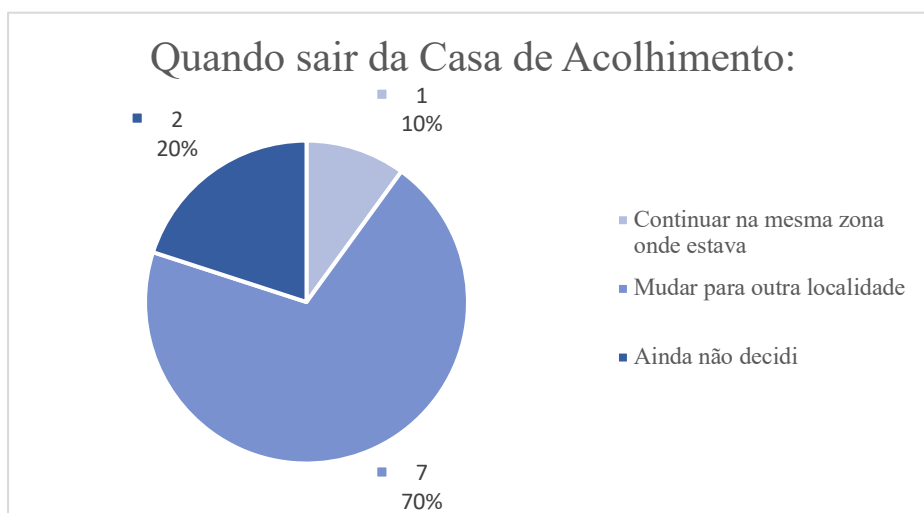
No que respeita à mobilidade geográfica (gráficos 32 e 33), verifica-se que 60% dos ex-acolhidos continuaram na localidade após a saída, enquanto 40% mudaram de zona. A mobilidade surge, muitas vezes, associada à procura de oportunidades de emprego ou à necessidade de recomeço longe do contexto institucional. No entanto, esta deslocação pode também significar o afastamento de redes de apoio e o aumento da vulnerabilidade social. Entre os acolhidos, observa-se uma relação mais estratégica com a mobilidade: os que planeiam permanecer na mesma localidade tendem a ser os que irão para apartamentos de autonomia, o que lhes permitirá manter o vínculo institucional

e um acompanhamento gradual. Já os que manifestam intenção de viver sozinhos ainda não decidiram o local, o que pode revelar incerteza ou ausência de planos concretos de apoio habitacional. Apesar desta diferença entre experiência e expectativa, persiste uma tendência para a mudança de localidade como opção dominante, sugerindo que, para muitos jovens, a saída do acolhimento é também percebida como uma rutura simbólica com o passado e uma tentativa de reconstrução de identidade e autonomia noutro espaço social.

**Gráfico 32 – Quando saí da Casa de Acolhimento:**



**Gráfico 33 – Quando sair da Casa de Acolhimento vou:**



### 3.1.12 Competências adquiridas na Casa de Acolhimento

Observa-se (gráfico 34) que as competências mais valorizadas pelos participantes foram a comunicação eficaz (mediana de 5) e o respeito pelas hierarquias, o cumprimento de horários e a organização do tempo (todas com mediana de 4). Estes resultados indicam que a vivência institucional promoveu sobretudo dimensões ligadas à disciplina, ao cumprimento de regras e à convivência em grupo, aspetos fundamentais no contexto laboral.

Por outro lado, competências como a responsabilidade, o trabalho em equipa e a resolução de problemas obtiveram medianas mais baixas (3 a 4), sugerindo uma perceção de menor ênfase ou eficácia no desenvolvimento destas dimensões durante o acolhimento. Ainda mais reduzida foi a mediana atribuída à capacidade de adaptação (3) e às competências técnicas específicas (2), o que evidencia lacunas na preparação prática e na aquisição de conhecimentos aplicáveis diretamente em contextos profissionais.

A leitura dos testemunhos reforça esta interpretação. Vários jovens referiram dificuldades na adaptação às exigências do mercado de trabalho, nomeadamente na gestão de situações imprevistas, no contacto com clientes e na burocracia associada ao emprego formal. A ausência de preparação em competências técnicas ou em áreas específicas também foi salientada como um entrave à inserção laboral.

Assim, embora as Casas de Acolhimento tenham contribuído para o desenvolvimento de competências transversais, sobretudo disciplinares e relacionais, os dados sugerem que a formação proporcionada foi insuficiente no que respeita a competências técnicas e à promoção da autonomia na resolução de problemas. Esta lacuna poderá explicar, em parte, as dificuldades relatadas pelos jovens na transição para a vida ativa, reforçando a necessidade de programas de capacitação mais direcionados para o mercado de trabalho e ajustados às exigências contemporâneas.

A análise das competências identificadas pelos jovens ainda acolhidos revela uma perceção globalmente positiva quanto à aquisição ou desenvolvimento de capacidades consideradas relevantes para a integração profissional. As competências com maior valorização são o respeito pelas hierarquias (mediana de 6) e a capacidade de adaptação (mediana de 5,5), seguidas do cumprimento de horários, trabalho em equipa, organização do tempo, responsabilidade e competências técnicas da área de interesse (todas com

medianas de 5). Estes resultados evidenciam que os jovens reconhecem o acolhimento como um espaço onde se cultivam competências transversais e comportamentais essenciais, associadas à disciplina, à convivência e à capacidade de ajuste a diferentes contextos.

Ainda assim, algumas competências, como a comunicação eficaz e a resolução de problemas, obtêm medianas ligeiramente inferiores (4,5), o que pode refletir uma menor percepção de treino prático nestas áreas. A relativa uniformidade dos valores médios demonstra uma visão mais equilibrada e otimista entre os jovens que ainda se encontram na casa de acolhimento, sugerindo que as práticas atuais podem estar mais estruturadas e orientadas para a promoção da autonomia do que as experiências relatadas pelos ex-acolhidos.

Os resultados permitem inferir que os jovens acolhidos se sentem, em geral, mais confiantes quanto ao seu processo formativo, valorizando tanto o desenvolvimento de competências pessoais (como a responsabilidade e o cumprimento de horários) quanto o treino de competências sociais e adaptativas. Contudo, esta percepção pode também traduzir uma visão idealizada do processo de transição, ainda não confrontada com as exigências e instabilidades reais do mercado de trabalho.

A comparação entre os dois grupos evidencia diferenças significativas tanto na avaliação das competências desenvolvidas como na forma de perceber a preparação para o mercado de trabalho.

Entre os ex-acolhidos, as competências disciplinares como o cumprimento de regras, a pontualidade e a organização foram igualmente reconhecidas, mas acompanhadas de uma percepção crítica quanto à sua aplicabilidade fora do contexto institucional. Estes jovens tendem a considerar que o acolhimento reforçou sobretudo hábitos de obediência e convivência, sem, contudo, oferecer treino suficiente em áreas práticas e técnicas. Já entre os acolhidos, observa-se uma valorização mais ampla e homogênea das competências, refletindo possivelmente a atualização das metodologias institucionais e a crescente preocupação com a autonomia e a empregabilidade.

Enquanto os ex-acolhidos reconhecem que o acolhimento promoveu competências comportamentais básicas, pouco eficazes na adaptação às exigências laborais, os jovens acolhidos demonstram maior confiança na preparação que estão a receber. Esta diferença pode dever-se tanto à distância temporal (que permite aos ex-

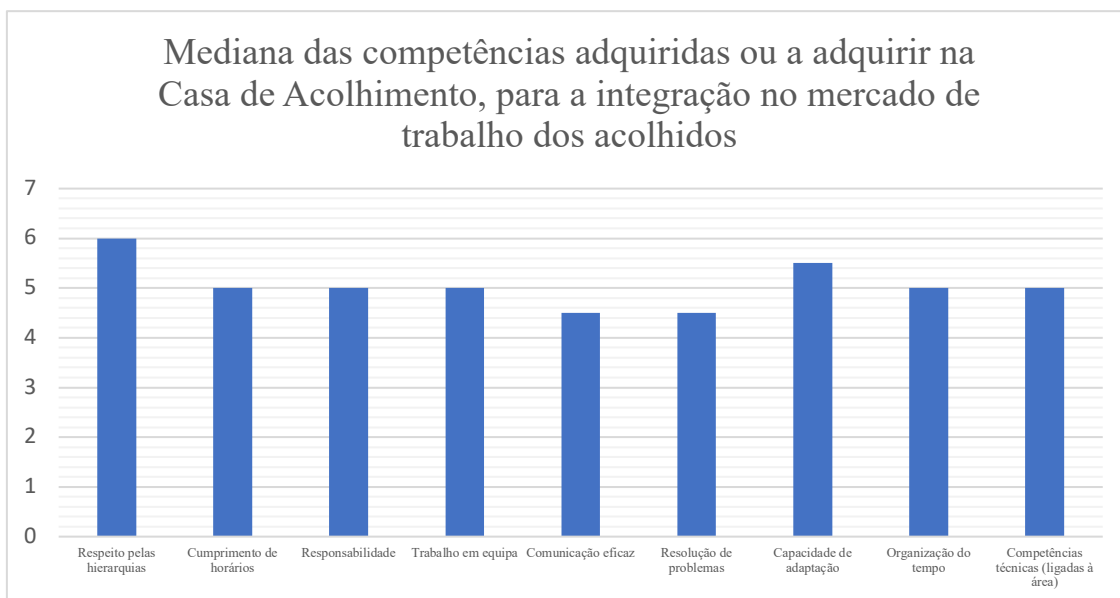
acolhidos avaliar retrospectivamente as lacunas sentidas) como à evolução das práticas pedagógicas nas Casas de Acolhimento, que parecem hoje mais direcionadas para o desenvolvimento de competências transversais e adaptativas.

Assim, a análise comparativa sugere uma melhoria gradual na intencionalidade educativa das casas de acolhimento, mas também evidencia a necessidade de fortalecer a componente prática, técnica e contextual de formação, assegurando que as competências adquiridas dentro das Casas de Acolhimento se traduzam em verdadeiras ferramentas de integração profissional e social após a saída.

**Gráfico 34 – Mediana das competências adquiridas na Casa de Acolhimento, para a integração no mercado de trabalho dos ex-acolhidos**



**Gráfico 35 – Mediana das competências adquiridas ou a adquirir na Casa de Acolhimento, para a integração no mercado de trabalho dos acolhidos**



### 3.1.13 Situação laboral/emprego e a sua perceção

A análise da situação laboral dos participantes (Gráficos 36) revela que, entre os ex-acolhidos, 70% se encontram atualmente empregados. As áreas de inserção são variadas, abrangendo setores como a restauração, o retalho, a estética, a logística e o transporte individual de passageiros (TVDE). Esta diversidade confirma que, apesar das limitações apontadas na preparação para o mercado de trabalho, muitos jovens conseguem integrar-se profissionalmente, embora, na sua maioria, em funções que exigem baixa qualificação e com reduzida estabilidade contratual.

A comparação entre percursos evidencia a ausência de uma interligação entre escolaridade e empregabilidade. A ex-acolhida F4, com apenas o 9.º ano, está empregada no retalho, ao passo que a participante F1, com grau de mestrado, se encontra desempregada. Tal constatação reforça que a inserção laboral não depende exclusivamente do nível de escolaridade, mas também de fatores contextuais, como a existência de redes de apoio, experiência prática, estabilidade habitacional e acompanhamento pós-saída.

Entre os 30% que não se encontram empregados, as perceções quanto à preparação para o mercado de trabalho são divergentes. Alguns jovens reconhecem

possuir competências suficientes, mas apontam a ausência de acompanhamento institucional e de rede de apoio como o principal entrave à integração. É o caso do ex-acolhido F2, que destacou a falta de uma rede de apoio sólida. Outros sublinharam deficiências concretas na preparação prática, nomeadamente a falta de treino em entrevistas de emprego, elaboração de currículos e estratégias de procura ativa de trabalho, dificuldades refletidas no testemunho do ex-acolhido F7, que mencionou nunca ter recebido orientação sobre como preparar uma entrevista ou compreender um contrato laboral.

Entre os jovens acolhidos, 90% encontra-se desempregado, isto é apenas 1 jovem está inserido no mercado de trabalho. No entanto, nos jovens ainda acolhidos (Gráfico 39), observa-se uma tendência mais positiva, uma vez que a maioria acredita estar a receber formação suficiente para o futuro ingresso no mercado de trabalho. Esta diferença pode refletir tanto a evolução das práticas pedagógicas institucionais como a perceção idealizada de quem ainda não se confrontou com as exigências reais do contexto laboral.

**Gráfico 36 – Atualmente estou a trabalhar (ex-acolhidos)**

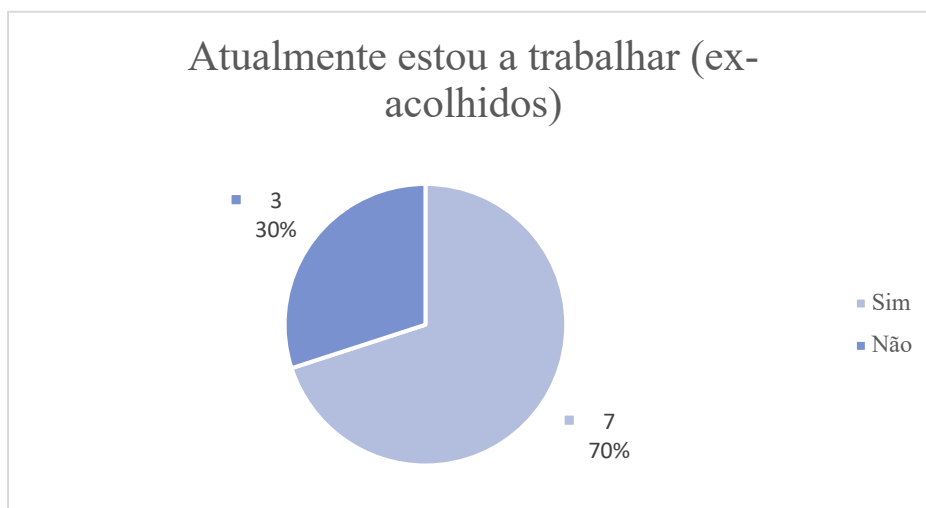


Gráfico 37 – Atualmente estou a trabalhar (acolhidos)



De seguida, os gráficos apenas correspondem a apenas aos ex-acolhidos que não se encontram a trabalhar.

Gráfico 38 – Estou preparado(a) para o mercado de trabalho (ex-acolhidos)

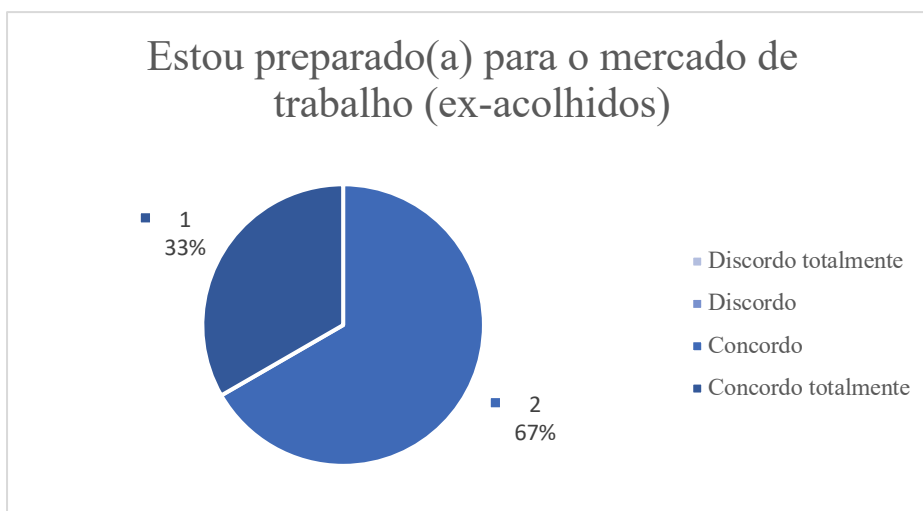
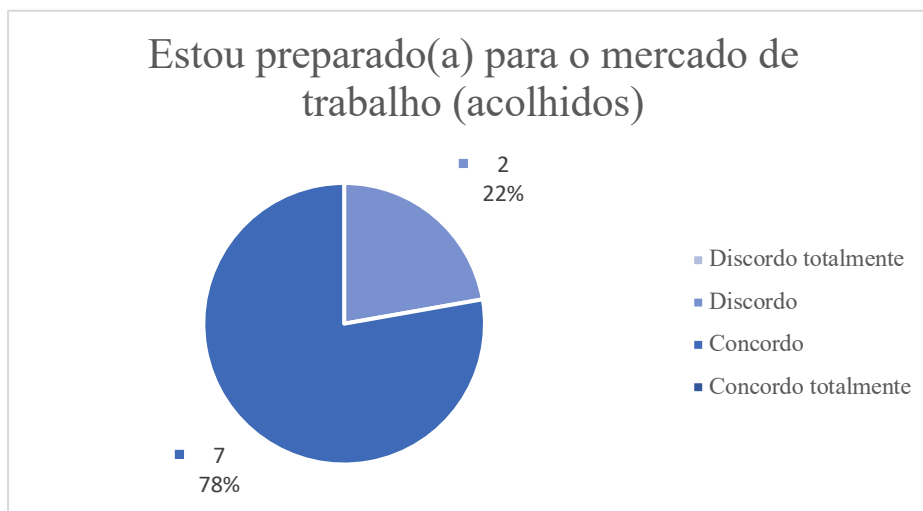


Gráfico 39 – Estou preparado(a) para o mercado de trabalho (acolhidos)



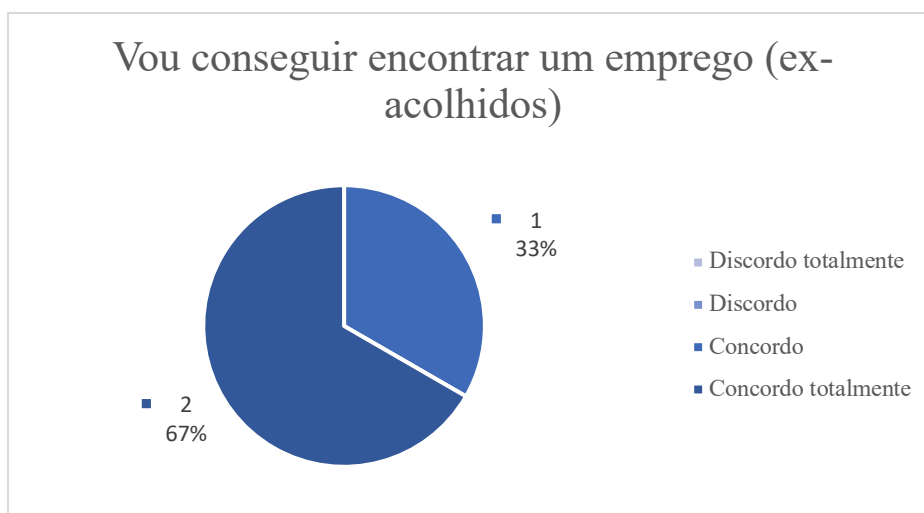
Os Gráficos 40 a 45 aprofundam estas perceções, revelando expectativas predominantemente otimistas em ambos os grupos. No caso dos ex-acolhidos, 67% afirmam acreditar que irão conseguir encontrar um emprego (Gráfico 40), enquanto um terço demonstra alguma descrença nessa possibilidade. Tendência idêntica observa-se nos acolhidos (Gráfico 41), sugerindo que a confiança na capacidade de inserção profissional permanece alta, mesmo entre aqueles que reconhecem fragilidades na preparação recebida.

De forma semelhante, os Gráficos 42 e 43 mostram que dois terços dos jovens consideram ser possível trabalhar na sua área de interesse ou formação, embora um terço discorde dessa perspetiva. Esta discrepância entre expectativas e realidade objetiva reflete o que se poderia designar como uma “esperança projetiva”: a convicção de que o esforço e a persistência individuais poderão compensar a insuficiência de apoios institucionais ou a escassez de oportunidades.

Assim, os dados sugerem um desfasamento entre as expectativas e as condições reais de empregabilidade. Embora a maioria demonstre confiança na sua capacidade de encontrar emprego e de trabalhar na área desejada, essa confiança nem sempre se traduz em resultados efetivos, devido à persistência de barreiras estruturais como a precariedade dos vínculos, a desigualdade territorial no acesso a oportunidades e a ausência de programas de acompanhamento continuado.

Este conjunto de evidências permite afirmar que a transição dos jovens ex-acolhidos para o mercado de trabalho é fortemente condicionada por fatores externos à instituição, nomeadamente a rede social de apoio, a experiência prévia e a conjuntura económica local. Em contrapartida, os jovens ainda acolhidos tendem a manifestar um otimismo sustentado na proteção institucional, o que reforça a importância de programas de autonomização progressiva que assegurem uma ponte entre a formação recebida no acolhimento e a realidade do mundo laboral.

**Gráfico 40 – Vou conseguir encontrar um emprego (ex-acolhidos)**



**Gráfico 41 – Vou conseguir encontrar um emprego (acolhidos)**

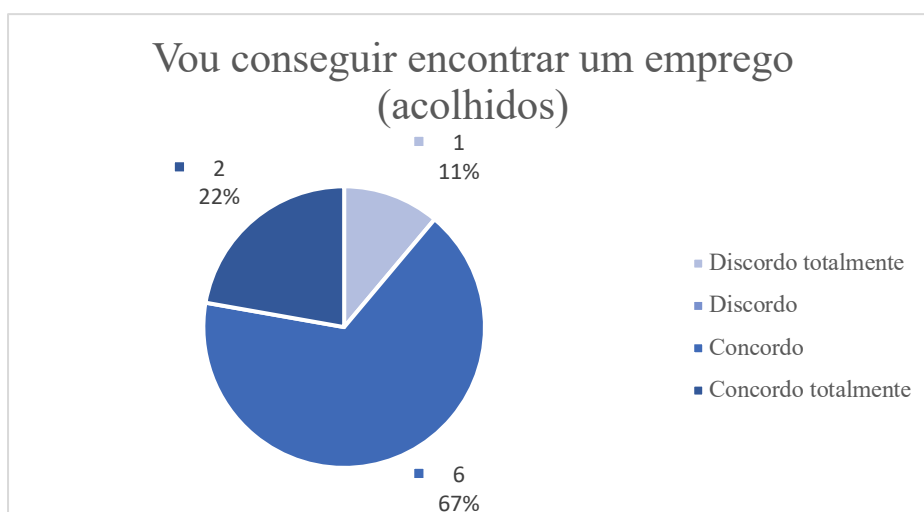


Gráfico 42 – Considero que é possível trabalhar na minha área de interesse/estudo (ex-acolhidos)

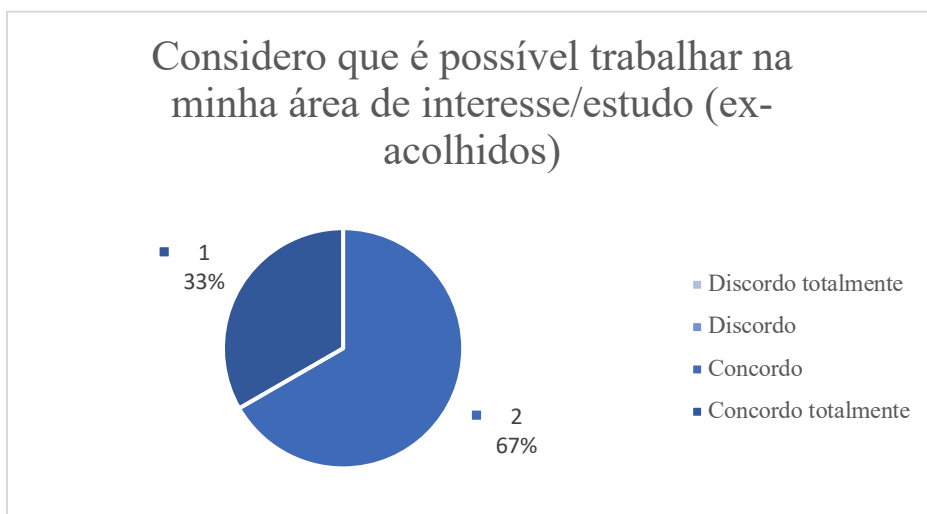


Gráfico 43 – Considero que é possível trabalhar na minha área de interesse/estudo (acolhidos)

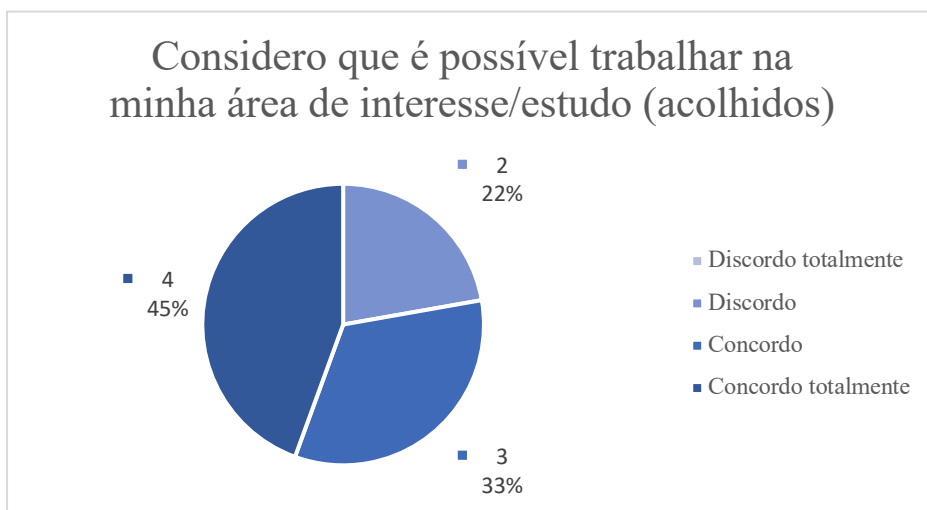


Gráfico 44 – Há oportunidades de trabalho na região onde estou ou desejo morar (ex-acolhidos)

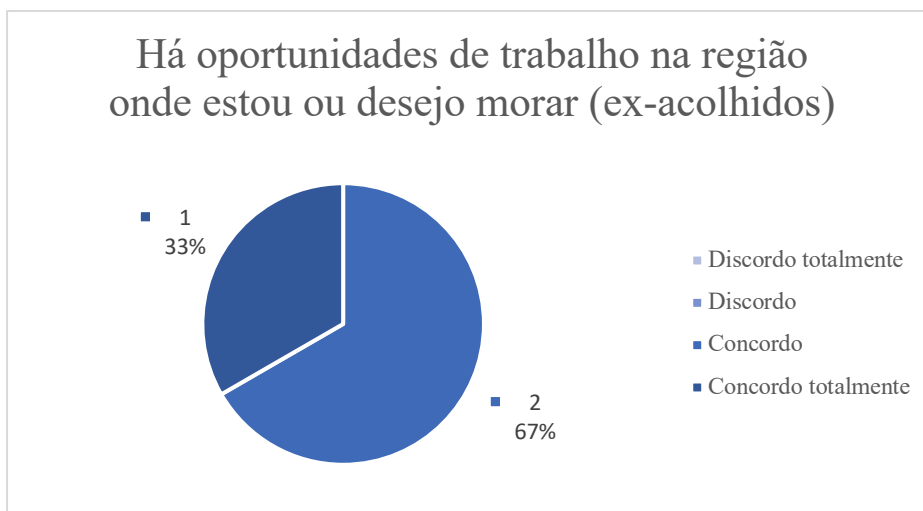
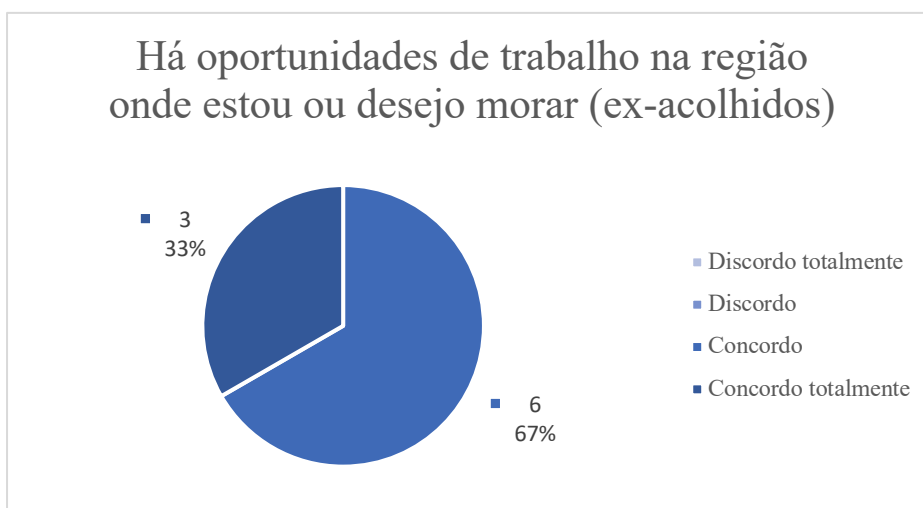


Gráfico 45 – Há oportunidades de trabalho na região onde estou ou desejo morar (acolhidos)



Foi pedido aos participantes que identificassem quais consideravam ser as maiores dificuldades relativamente ao mercado de trabalho após a saída da Casa de Acolhimento. Entre os jovens ex-acolhidos que atualmente não se encontram empregados (três mulheres e um homem), emergiram respostas particularmente significativas, que ajudam a compreender os constrangimentos vividos nesta transição.

A ex-acolhida F1 referiu que não teve uma transição direta para o mercado de trabalho, uma vez que, à saída da casa de acolhimento, ingressou no ensino superior: *“No meu caso, eu não saí da instituição diretamente para o mercado de trabalho.*

*Quando saí estava a estudar na Universidade de Coimbra.”* Este testemunho sugere que, embora a continuidade académica possa ser uma oportunidade de valorização pessoal e profissional, também pode adiar a experiência prática de integração laboral, gerando uma entrada mais tardia e potencialmente fragilizada no mercado de trabalho.

Já o ex-acolhido F2 destacou a ausência de uma rede de apoio sólida como principal obstáculo: *“Na minha experiência, uma das maiores dificuldades que senti após sair da Casa de Acolhimento foi a falta de uma rede de apoio sólida. Muitas vezes, a família não nos consegue ajudar com contactos, currículos ou até apoio emocional quando as coisas correm mal. Outra dificuldade é a instabilidade: como muitos de nós saímos sem uma base segura (financeira, familiar ou habitacional), torna-se mais difícil manter um trabalho ou até mesmo procurar um, porque as prioridades são sobreviver, pagar contas, arranjar onde viver.”* Este excerto evidencia a importância das redes sociais no acesso a oportunidades de emprego, bem como o impacto da instabilidade estrutural, financeira, familiar e habitacional na manutenção de percursos profissionais consistentes.

Por sua vez, o ex-acolhido F7 apontou lacunas na preparação prática para os processos de recrutamento: *“Não ter conhecimento de como se prepara para uma entrevista, fazer o currículo e saber onde procurar emprego além do IEFP.”* Esta perceção confirma a insuficiência previamente identificada na preparação institucional para a vida autónoma, sobretudo no desenvolvimento de competências aplicadas ao contexto do mercado de trabalho.

De forma transversal, os testemunhos revelam que as dificuldades relatadas não se limitam à obtenção de emprego em si, mas abrangem um conjunto de fatores estruturais e relacionais tais como a instabilidade financeira, ausência de suporte familiar, desconhecimento de estratégias de procura ativa, que condicionam fortemente a integração laboral.

Da mesma forma, foi solicitado aos jovens ainda acolhidos que identificassem quais consideravam ser as principais dificuldades relativamente ao mercado de trabalho após a saída da Casa de Acolhimento. As respostas revelam perceções distintas, mas convergentes na identificação de desafios que combinam fatores pessoais, emocionais e estruturais.

A participante F7 destacou a dificuldade de orientação sem apoio direto, associando-a à saúde mental, o que aponta para uma preocupação com a capacidade de manter o equilíbrio emocional e a autonomia após o desligamento institucional: “Conseguir orientar sem apoio direto, relativamente, a saúde mental.” Esta afirmação sugere uma consciência precoce da importância do suporte psicológico e relacional no processo de transição, bem como o receio de enfrentar de forma isolada as exigências do cotidiano laboral.

A acolhida F5 evidenciou uma dupla preocupação: a de encontrar uma vaga de trabalho compatível com os seus interesses e a de se readaptar ao meio exterior, após um período prolongado de acolhimento: “Após a saída da casa de acolhimento os desafios que posso enfrentar relativamente ao mercado de trabalho podem ser: encontrar uma vaga de trabalho na área que gosto, adaptar-me outra vez ao meio onde vou viver.” Este testemunho explicita a dimensão identitária da transição e o esforço de reconstrução pessoal e social num contexto novo, frequentemente marcado por insegurança e descontinuidade.

O acolhido F1 referiu uma dificuldade semelhante, centrada na adaptação ao ambiente profissional, ao afirmar: “Encontrar um emprego em que me vou adaptar bem.” Esta resposta reflete o reconhecimento de que a integração laboral não depende apenas da obtenção de um posto de trabalho, mas também da capacidade de se ajustar às dinâmicas e exigências das relações de trabalho, o que requer competências sociais e emocionais desenvolvidas.

Outros jovens, como M1 e M2, abordaram a questão de forma mais objetiva e estrutural. M1 apontou a falta de oportunidades como principal obstáculo, remetendo para limitações externas à sua vontade ou competência individual, enquanto M2 salientou o tempo elevado até atingir estabilidade profissional, reconhecendo implicitamente a natureza gradual e precária do processo de inserção: “Tempo elevado até ter um trabalho estável.”

Em contraste, surgem também vozes mais otimistas. O acolhido F2 afirmou acreditar que a integração “(...) será fácil”, e a jovem F6 demonstrou confiança e proatividade, afirmando: “No meu caso, de tantos tempos de aprendizagens aqui no acolhimento, eu tenho a certeza que para a área que eu vou e quero não terei dificuldades porque irei esforçar-me para conseguir um emprego bom e que tenha futuro.” Estas

declarações revelam uma perceção de autoeficácia e de crença nas próprias capacidades, associadas à valorização da experiência formativa dentro da Casa de Acolhimento.

Por fim, a resposta breve da acolhida F4 “O emprego.”, embora lacónica, traduz de forma direta a ansiedade central em torno da obtenção de trabalho, que se destaca como a principal preocupação para o período pós-acolhimento.

De forma geral, as perceções dos jovens acolhidos evidenciam uma tensão entre esperança e incerteza. De um lado, surgem discursos de confiança na capacidade individual e no esforço pessoal; de outro, persistem receios quanto à falta de apoio, à escassez de oportunidades e à adaptação a contextos novos. Esta ambivalência reflete a consciência crescente das dificuldades estruturais que se avizinham, mas também a vontade de superação e de conquista de autonomia, elementos centrais na construção de uma identidade pós-casa de acolhimento.

Os jovens ex-acolhidos que atualmente se encontram empregados apresentam percursos laborais bastante diversificados, distribuindo-se entre setores como a indústria (fábrica de cablagem), restauração, retalho, estética, logística e serviços de transporte (TVDE). Em alguns casos, observam-se experiências de maior polivalência e aprendizagem contínua, como no caso do ex-acolhido F3, que adquiriu múltiplas competências técnicas ao longo dos últimos anos na fábrica onde trabalha. Por outro lado, há percursos de maior autonomia e empreendedorismo, como o da ex-acolhida F5, proprietária de um espaço na área da estética.

Este leque de inserções revela que, apesar da perceção generalizada de insuficiente preparação para o mercado de trabalho, os jovens acabam por encontrar vias de integração profissional, muitas vezes em áreas práticas e de acesso direto, que não exigem qualificações académicas elevadas.

As dificuldades relatadas pelos jovens empregados evidenciam a coexistência de barreiras práticas, relacionais e estruturais, que interferem na sua integração e permanência no mercado de trabalho. A gestão financeira, destacada pela ex-acolhida F5, remete para a ausência de competências e apoios nesta área após a saída da casa de acolhimento. Muitos destes jovens entram na vida adulta sem um suporte familiar consistente ou orientação adequada para lidar com rendimentos, poupança e despesas fixas, o que aumenta a vulnerabilidade à instabilidade laboral e económica. No plano relacional e socioemocional, surgem relatos como os de M2 (“lidar com clientes”) e F3

(“engolir sapos” e “ser menos direta”). Estes exemplos sublinham a dificuldade em gerir conflitos e expectativas nas interações profissionais, bem como a necessidade de desenvolver competências de comunicação assertiva, tolerância à frustração e capacidade de adaptação a contextos hierárquicos e de serviço ao público. Este aspeto sugere que o percurso institucional, muitas vezes marcado por relações de autoridade rígidas e pela ausência de treino em soft skills, pode limitar a preparação para as exigências relacionais do mundo laboral. As questões burocráticas, apontadas pelo ex-acolhido M3, revelam outro tipo de obstáculo estrutural. O contacto com entidades como finanças e segurança social, bem como a compreensão dos processos administrativos associados ao emprego formal, exige literacia burocrática e apoio especializado que, frequentemente, não estão acessíveis a jovens que transitam diretamente de contextos institucionais para a vida autónoma. Esta lacuna pode originar atrasos, penalizações ou até desmotivação perante o trabalho formal. A dificuldade identificada por F4: “enviar currículo e obter poucas respostas”, remete para as barreiras de acesso ao mercado de trabalho formal. Para além da limitação da experiência profissional e das redes de contacto, é possível que o estigma social associado ao acolhimento pese de forma indireta neste processo, restringindo as oportunidades e prolongando a precariedade laboral. O testemunho da ex-acolhida F6, que afirmou não encontrar dificuldades no seu percurso profissional, demonstra que as experiências variam significativamente de acordo com o tipo de atividade exercida, as oportunidades de inserção local e o acesso a uma rede de suporte. Este dado sugere que, embora existam obstáculos comuns, a trajetória individual desempenha um papel determinante na forma como as dificuldades são vividas e percecionadas.

As dificuldades enunciadas pelos jovens empregados refletem a interação entre fatores individuais (competências socioemocionais, gestão de recursos pessoais), estruturais (burocracia, falta de oportunidades formais) e contextuais (rede de apoio, tipo de emprego). Tal complexidade reforça a importância de estratégias de preparação para a vida autónoma que articulem dimensões económicas, relacionais e institucionais, promovendo uma integração mais sólida e sustentável no mercado de trabalho.

#### **3.1.14. Perceção da discriminação no acesso ao mercado de trabalho**

Apesar dos ex-acolhidos referirem que não sentiram discriminação, a gestão da informação sobre o passado de acolhimento surge como estratégia de proteção. A ex-acolhida F4 afirmou: “Não digo às pessoas que morei no lar”, ilustrando uma estratégia de ocultação identitária que visa evitar olhares discriminatórios e potenciais barreiras no acesso ao emprego ou na construção de relações interpessoais. Este testemunho confirma a persistência do estigma ligado ao acolhimento, ainda presente nas perceções sociais, e evidencia os mecanismos de autoproteção desenvolvidos pelos jovens para reduzir o impacto dessa marca social.

Em contraste, o único jovem ainda acolhido que se encontra atualmente a trabalhar apresenta um quadro substancialmente diferente. Empregado no setor da restauração, relatou não ter enfrentado dificuldades significativas no processo de integração profissional, nem se ter sentido discriminado pelo facto de viver numa Casa de Acolhimento. Pelo contrário, referiu ter mencionado abertamente a sua situação durante a entrevista de emprego, sem que isso constituísse um obstáculo. A sua postura demonstra autoconfiança e aceitação identitária, refletindo uma vivência institucional que, neste caso, parece ter promovido autonomia e autoestima. A expectativa que projeta em relação ao futuro é otimista e confiante, expressando uma visão positiva do seu percurso e das suas perspetivas profissionais.

Este caso singular é particularmente relevante por contrastar com as experiências dos ex-acolhidos. Sugere que a preparação pode, em determinados contextos, gerar percursos de integração bem-sucedidos quando combinada com traços de resiliência pessoal, apoio institucional ativo e um ambiente laboral acolhedor. Ao mesmo tempo, evidencia que a superação do estigma e a confiança na própria trajetória são elementos-chave para a transição positiva entre acolhimento e vida ativa.

Gráfico 46 – Senti discriminação (ex-acolhido)

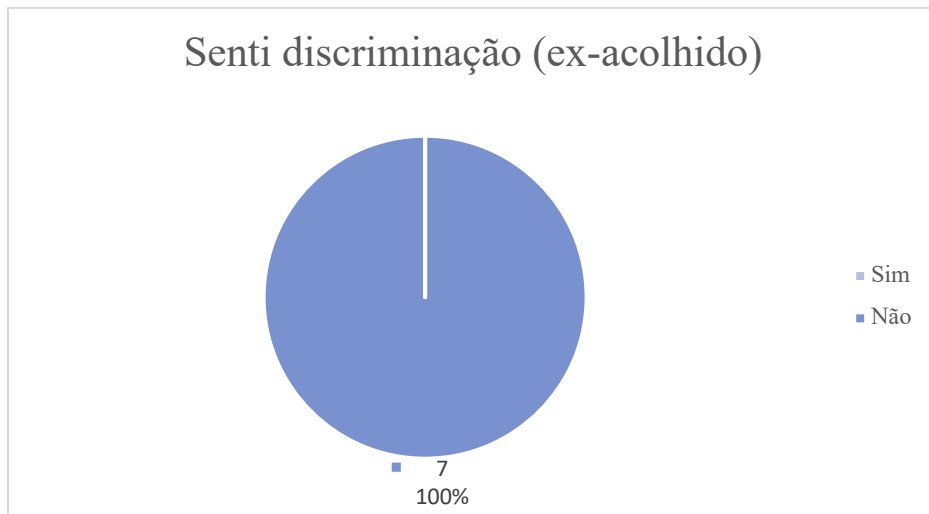


Gráfico 47 – Senti discriminação (acolhido)

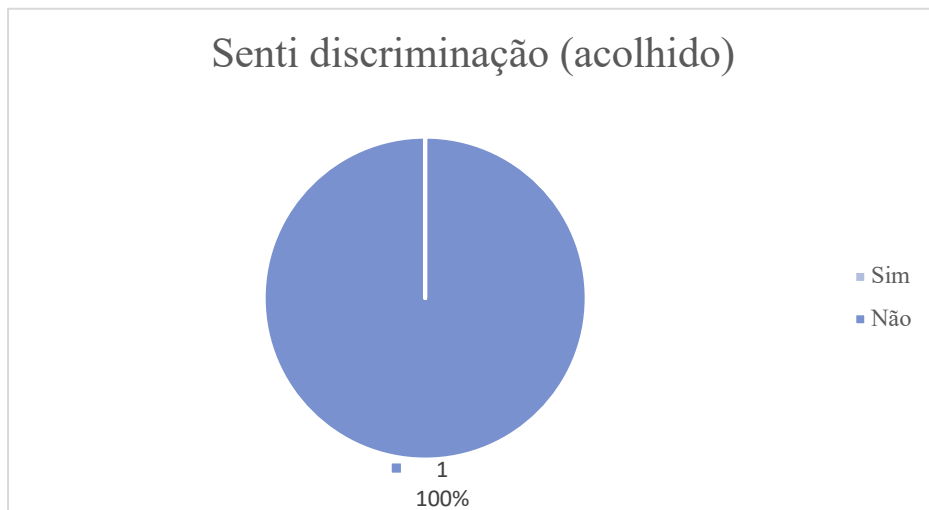


Gráfico 48 – Menciono nas entrevistas que fui acolhido



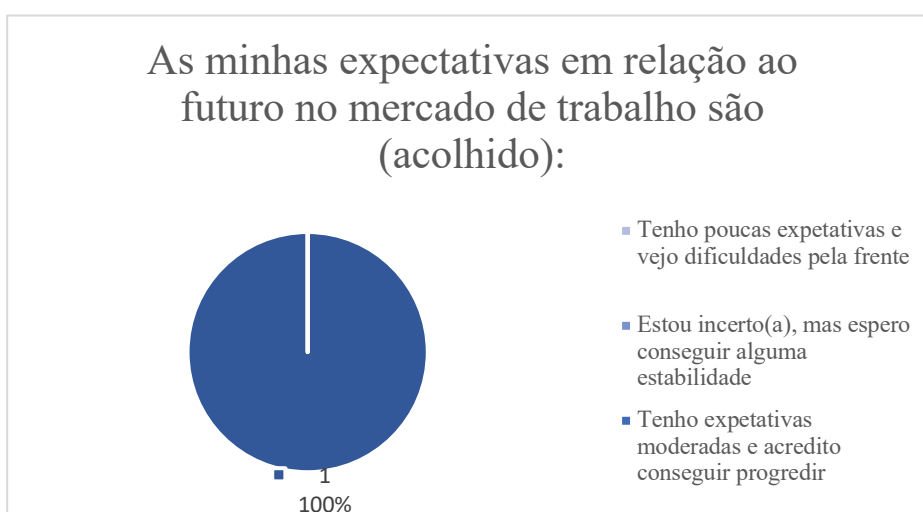
Gráfico 49 – Menciono nas entrevistas que sou acolhido



Gráfico 50 – As minhas expectativas em relação ao futuro no mercado de trabalho são (ex-acolhido):



Gráfico 51 – As minhas expectativas em relação ao futuro no mercado de trabalho são (acolhido):



### 3.1.15. Perceção da vida futura

Apesar das dificuldades assinaladas, os discursos dos jovens refletem resiliência, esperança e ambição de progresso, projetando o futuro em termos de melhoria e ascensão tanto profissional como pessoal. As narrativas evidenciam a procura por consolidação e crescimento profissional, com jovens que manifestam a vontade de alcançar sucesso e de construir uma base sólida nas respetivas áreas de atuação. Outras perspetivas sublinham a importância da estabilidade económica e pessoal, associada ao desejo de alcançar maior segurança e continuidade nos percursos laborais, enquanto um terceiro conjunto de respostas remete para projetos de vida mais abrangentes, ligados à constituição de família e à realização pessoal. Estas expectativas, moldadas por trajetórias marcadas pela instabilidade, revelam uma orientação positiva face ao futuro e demonstram a capacidade de projeção, motivação e construção de planos de vida. O otimismo presente nos discursos reforça a importância de políticas públicas eficazes e de apoios consistentes, capazes de sustentar estas trajetórias e de transformar a resiliência em processos duradouros de inserção social e laboral.

Quando questionados sobre os apoios e recursos que considerariam mais benéficos na preparação para o mercado de trabalho, os jovens ex-acolhidos destacaram sobretudo a importância de medidas práticas e de acompanhamento próximo. As respostas apontam para a necessidade de apoio na procura ativa de emprego, preparação para entrevistas, elaboração de currículos e até mesmo orientação na criação do próprio negócio, como referiu o ex-acolhido F5, que enfatizou igualmente a relevância de um acompanhamento continuado após a saída da casa de acolhimento. De modo complementar, o ex-acolhido M2 destacou a centralidade da autonomia, reforçando a ideia de que a transição para a vida independente requer não apenas competências técnicas, mas também ferramentas para gerir responsabilidades quotidianas e decisões pessoais.

Também se evidenciou a perceção de que a formação ao longo do percurso institucional deveria ser mais robusta e consistente, como referiu o ex-acolhido M1 ao sublinhar a necessidade de maior preparação durante todas as etapas de entrada e saída do acolhimento. Por outro lado, o ex-acolhido F7 especificou a importância de desenvolver competências concretas relacionadas com o mercado de trabalho, como a preparação para entrevistas, a apresentação em contexto profissional e a compreensão

do funcionamento dos contratos, duração e descontos, salientando que a falta de literacia laboral tem conduzido à exploração de alguns jovens. O ex-acolhido M3, por sua vez, trouxe uma perspetiva distinta, defendendo a valorização da descoberta vocacional e o direcionamento dos talentos pessoais como recurso fundamental para a construção de percursos profissionais sustentáveis.

Importa notar que algumas respostas revelaram ceticismo quanto ao papel dos apoios institucionais. O ex-acolhido F3 afirmou não saber identificar recursos úteis, referindo que “acima de tudo depende de nós mesmos”, o que pode ser interpretado como uma reação ao sentimento de ausência de apoio no seu próprio percurso ou como uma valorização da agência individual.

Da mesma forma, os jovens ainda acolhidos foram questionados sobre os apoios e recursos que consideram mais benéficos na preparação para a integração no mercado de trabalho. As respostas revelam uma preocupação centrada na necessidade de uma preparação precoce, prática e continuada, refletindo uma perceção clara de que a transição para a vida autónoma exige mais do que a formação escolar formal.

Alguns participantes sublinharam a importância de um contacto antecipado com o mundo laboral, como referiu o acolhido F3, ao defender que “colocarem jovens que tenham 16 ou mais anos a trabalhar logo, para quando saírem já terem alguma formação”. Esta perspetiva traduz uma valorização da experiência prática como via essencial para o desenvolvimento de competências e segurança profissional, sugerindo que o treino em contexto real de trabalho pode reduzir o impacto da saída da instituição e facilitar a transição.

Outros participantes enfatizaram a importância do acompanhamento pós-saída, tanto a nível psicológico como financeiro. O acolhido F7 destacou a relevância de um apoio continuado nos dois primeiros anos após o acolhimento, nomeadamente no que diz respeito à gestão financeira e à literacia económica, referindo explicitamente temas como o IRS, o IMI e os impostos. Esta resposta revela uma consciência da complexidade da vida adulta e das responsabilidades que emergem na autonomia, apontando para uma lacuna recorrente nas práticas institucionais e a ausência de preparação para os aspetos práticos da vida financeira.

O acolhido M3 introduziu uma preocupação diferente, relacionada com a compatibilidade entre trabalho e apoio institucional, ao afirmar que “não perder o abono

por causa do trabalho”. Esta observação sugere a perceção de uma barreira estrutural entre a promoção da autonomia e a dependência dos apoios sociais, apontando para um dilema comum entre jovens em transição: o receio de que o início da atividade laboral implique a perda de benefícios essenciais à estabilidade económica.

A importância da orientação vocacional e do autoconhecimento profissional foi também destacada, especialmente pela acolhida F6, que salientou o papel do aconselhamento na definição de metas e escolhas profissionais. Ao afirmar que “as próprias jovens podem nem saber o que querem trabalhar [...] e isso ajuda muito”, a participante reconhece o valor da orientação personalizada e da escuta ativa, reforçando a necessidade de processos de acompanhamento que ajudem os jovens a descobrir as suas motivações e potenciais.

Por fim, o acolhido M2 reforçou a necessidade de informação acessível e clara sobre o mercado de trabalho, evidenciando uma lacuna de conhecimento sobre as dinâmicas e exigências do contexto profissional. A referência à importância de “esclarecer dúvidas” mostra que, mais do que formação teórica, os jovens valorizam espaços de diálogo e de esclarecimento direto com profissionais ou técnicos, capazes de traduzir a complexidade do mundo laboral para realidades compreensíveis e aplicáveis ao seu quotidiano.

No conjunto, as respostas dos acolhidos revelam uma consciência pragmática e preventiva, reconhecem as dificuldades associadas à saída da instituição e antecipam as suas necessidades de forma concreta. As propostas incidem, assim, em três dimensões principais: experiência prática precoce, acompanhamento psicológico e financeiro pós-saída e orientação vocacional personalizada, que se articulam numa visão mais completa da preparação para a autonomia. Tal como nos ex-acolhidos, a tónica recai sobre a importância de apoios continuados e contextualizados, capazes de sustentar uma transição gradual, informada e emocionalmente equilibrada para o mercado de trabalho.

Relativamente às projeções de futuro, as respostas demonstram uma clara orientação para o progresso e para a melhoria da condição de vida, ainda que em registos distintos. Alguns jovens ex-acolhidos, como F5 e F3, projetam um futuro de consolidação profissional, ambicionando crescimento dentro da sua área de trabalho e a possibilidade de assumir cargos de maior responsabilidade. Outros, como os ex-acolhidos M2, F6 e M1, enfatizam sobretudo a estabilidade económica, expressando o desejo de manter o

emprego e alcançar melhores condições materiais. Já os ex-acolhidos M3 e F7 evidenciam uma perspectiva mais abrangente, que vai além da esfera laboral, incluindo a realização de projetos pessoais e familiares, como a constituição de família ou a conquista de uma habitação estável.

No seu conjunto, estas narrativas refletem simultaneamente a consciência das dificuldades enfrentadas e a existência de planos e ambições para o futuro. A valorização da estabilidade, do crescimento profissional e da realização pessoal demonstra que, apesar das fragilidades e dos constrangimentos associados ao percurso de acolhimento, os jovens constroem visões de futuro marcadas por esperança, resiliência e vontade de superação.

No caso dos jovens acolhidos, as projeções para os próximos cinco anos refletem uma visão predominantemente otimista, orientada para a autonomia, o trabalho e a realização pessoal, revelando expectativas de progresso e confiança no futuro. Ainda que algumas respostas se concentrem em metas concretas, como obter emprego ou completar estudos, outras assumem um carácter mais simbólico e aspiracional, evidenciando o peso da esperança e da fé como motores de resiliência.

Entre os participantes, observa-se uma forte valorização do trabalho como eixo central da vida futura. Jovens como F1, F3 e M3 projetam-se claramente “a trabalhar na área do curso” ou “fora do abrigo, a trabalhar”, o que demonstra uma associação direta entre formação e inserção laboral, sinal de que, no momento atual, o emprego é percecionado como o principal indicador de sucesso e independência. Essa visão pragmática é partilhada também por F4, que expressa o desejo específico de “ser educadora de infância”, revelando um projeto vocacional definido e um sentimento de propósito profissional, e por M1, que associa o trabalho à vida familiar, projetando-se “com a minha família a trabalhar”.

Outras respostas, como as de F2 e F6, expandem o horizonte de sentido para além da esfera profissional, integrando dimensões afetivas, espirituais e existenciais. A resposta de F2 “a trabalhar, a morar com os meus pais, terei animais de estimação”, sugere um ideal de estabilidade emocional e de pertença familiar, enquanto F6 constrói uma narrativa fortemente simbólica de empoderamento e fé: “Vejo-me como uma mulher forte, lutadora [...] com a minha própria casa, carro, um bom trabalho e claro saúde, paz, harmonia”. Este discurso, marcado por uma linguagem emocional e espiritual,

traduz uma conceção do futuro como espaço de realização integral, onde o sucesso material se alia ao equilíbrio emocional e espiritual.

A resposta de F7, que se imagina “a acabar a faculdade e a iniciar o estágio para o doutoramento”, revela uma projeção de continuidade académica e de ambição intelectual, contrastando com as restantes visões mais voltadas para a estabilidade profissional imediata. Este caso destaca uma exceção importante: o reconhecimento do percurso formativo como caminho de valorização pessoal e de mobilidade social, sinalizando expectativas mais prolongadas no tempo e menos centradas na urgência da autonomia económica.

Apesar da diversidade, as respostas partilham um denominador comum: a crença na possibilidade de um futuro melhor, sustentada pela autodeterminação, pela fé e pelo esforço pessoal. Mesmo nos casos em que as metas são mais idealizadas ou difusas, como em F6 ou F2, sobressai a vontade de superação e a recusa da estagnação.

Em síntese, as projeções dos jovens acolhidos revelam um olhar esperançoso e confiante sobre o futuro, ancorado na valorização do trabalho, da estabilidade familiar e do crescimento pessoal. Em contraste com os ex-acolhidos cujas narrativas são marcadas por experiências de instabilidade e por uma leitura mais realista das dificuldades, os acolhidos exprimem uma visão projetiva, marcada pela idealização e pela crença de que o esforço individual e a perseverança serão suficientes para garantir sucesso e autonomia. Esta diferença sublinha o papel da Casa de Acolhimento como espaço de esperança e de construção de narrativas de futuro, ainda não confrontadas plenamente com as barreiras estruturais e relacionais que emergem após a saída.

A análise dos dados recolhidos evidencia uma clara distinção entre as perceções, experiências e expectativas dos jovens ex-acolhidos e daqueles que ainda se encontram em acolhimento, revelando tanto avanços nas práticas institucionais como persistências de fragilidades estruturais na transição para a vida autónoma e para o mercado de trabalho.

No plano etário verifica-se que a idade não constitui um fator determinante na estabilidade laboral, mas influencia o tipo de desafios enfrentados. Os ex-acolhidos, mais velhos, lidam com a consolidação de trajetórias e com a instabilidade económica e burocrática; os acolhidos, mais jovens, enfrentam sobretudo a ansiedade da saída e a incerteza face ao futuro. A ausência de correlação linear entre idade e integração

profissional reforça que o êxito da transição não depende da maturidade cronológica, mas sim da qualidade do apoio recebido e das redes disponíveis.

Em termos de gênero, as mulheres, maioritárias na amostra, tendem a apresentar narrativas mais elaboradas e reflexivas, sublinhando a solidão, a ausência de apoio e a necessidade de ocultar o passado de acolhimento para evitar estigmas. Os homens, por sua vez, destacam dificuldades mais instrumentais, associadas a aspectos técnicos ou burocráticos. Contudo, não se verifica correlação entre gênero e situação laboral, sugerindo que as desigualdades se expressam mais ao nível da experiência subjetiva do que do acesso ao emprego.

Relativamente ao tempo e idade de entrada e saída da casa de acolhimento, emergem correlações indiretas. Entradas precoces favorecem trajetórias escolares mais longas, mas também maior dependência institucional; saídas tardias permitem a conclusão de estudos, sem, contudo, garantir inserção laboral estável. Em ambos os grupos, a ausência de acompanhamento pós-saída surge como um fator crítico, transformando a autonomia numa condição frequentemente forçada e vulnerável.

A análise da participação nos projetos de vida mostra alguma evolução positiva. Embora metade dos ex-acolhidos refira não ter sido plenamente envolvida nas decisões sobre o seu percurso, entre os acolhidos atuais observa-se uma perceção mais favorável, sinalizando uma maior preocupação institucional com a inclusão da voz dos jovens. Ainda assim, a participação continua a depender fortemente das dinâmicas internas de cada instituição e das relações pessoais com os técnicos, o que revela falta de uniformidade nas práticas.

No que respeita à preparação para o mercado de trabalho, as diferenças entre experiência e expectativa são marcantes. Os ex-acolhidos descrevem uma preparação insuficiente, centrada em aspectos disciplinares e pouco voltada para competências práticas, enquanto os acolhidos demonstram maior confiança, acreditando que sairão preparados. Contudo, esta confiança baseia-se em projeções idealizadas e não em experiências concretas. Assim, observa-se uma não correlação entre perceção de preparação e resultados reais de inserção: quem se sentiu bem preparado nem sempre obteve maior sucesso laboral e vice-versa.

Os dados sobre formação e apoio institucional reforçam essa leitura. Os ex-acolhidos relatam ausência ou descontinuidade de ações formativas, enquanto os

acolhidos reconhecem um maior investimento nessa área, embora ainda insuficiente. Esta divergência pode refletir uma evolução das práticas institucionais ao longo do tempo, com maior foco na empregabilidade e na capacitação. No entanto, a persistência de experiências contraditórias revela que os programas de preparação continuam a carecer de coerência e continuidade entre o período de acolhimento e o pós-saída.

A análise das competências adquiridas reforça este diagnóstico. Tanto ex como acolhidos reconhecem que as Casas de Acolhimento promovem sobretudo competências disciplinares, respeito, pontualidade e cumprimento de regras, mas divergem quanto à sua utilidade prática. Para os ex-acolhidos, estas competências são insuficientes para enfrentar as exigências reais do mercado; para os acolhidos, elas são percebidas como base de confiança e segurança. Tal contraste demonstra que, embora as instituições tenham evoluído na intencionalidade educativa, a componente técnica e adaptativa permanece subdesenvolvida, o que fragiliza a aplicabilidade das aprendizagens fora do contexto institucional.

No domínio da adaptação e condições pós-saída, a correlação mais evidente diz respeito ao apoio familiar e habitacional. Jovens que regressaram à convivência familiar ou contaram com redes de apoio relataram processos de adaptação mais estáveis; aqueles que saíram para viver sozinhos enfrentaram maiores dificuldades emocionais e financeiras. Entre os acolhidos, prevalece o desejo de regressar à família, embora comece a surgir uma visão mais diversificada que inclui apartamentos de autonomia, sinalizando uma gradual mudança nas respostas institucionais.

As análises sobre mobilidade geográfica e inserção laboral mostram também dinâmicas complementares: os ex-acolhidos revelam uma mobilidade associada à procura de oportunidades, mas muitas vezes marcada pelo isolamento e pela perda de suporte; os acolhidos, por seu turno, expressam uma mobilidade projetada como oportunidade de recomeço. Ambas as visões refletem o desejo de reconstrução identitária e a busca por pertença fora do contexto institucional.

Os resultados relativos às dificuldades e obstáculos percebidos apontam para uma convergência entre os grupos: tanto acolhidos como ex-acolhidos identificam a falta de apoio, a escassez de oportunidades e a necessidade de maior preparação prática como desafios centrais. A diferença reside no modo como os interpretam os ex-acolhidos falam

a partir da experiência concreta e das barreiras reais; os acolhidos, pela antecipação e pela ansiedade do que ainda está por vir.

No que toca aos recursos e apoios desejados, observa-se um notável paralelismo. Ambos os grupos salientam a importância de acompanhamento continuado, formação prática e orientação vocacional. No entanto, os acolhidos evidenciam uma visão mais estruturada e pragmática, apontando para necessidades específicas como o apoio financeiro, a literacia económica e o treino em contexto real de trabalho. Já os ex-acolhidos enfatizam a falta de acompanhamento após a saída e a carência de ferramentas para lidar com o quotidiano da autonomia, sugerindo que as lacunas institucionais não residem apenas na preparação, mas sobretudo na ausência de continuidade após o desligamento.

As representações de futuro encerram a análise, revelando o ponto de maior contraste entre os grupos. Os ex-acolhidos projetam futuros marcados pela prudência e pelo realismo, concentrando-se na estabilidade económica, na continuidade profissional e na construção de segurança material e afetiva. Já os acolhidos expressam visões mais idealizadas e esperançosas, centradas na conquista de independência, sucesso profissional e felicidade pessoal, muitas vezes permeadas por fé e idealismo. Essa divergência revela a transição entre dois momentos distintos do ciclo de vida institucional: o da esperança projetiva e o da experiência concreta.

De acordo com a análise dos dados é possível delinear algumas conclusões gerais:

- Os resultados sugerem que a inserção laboral não está exclusivamente associada à escolaridade ou à idade, podendo ser influenciada por variáveis complementares, como o apoio social, a experiência prática e a estabilidade emocional.
- A preparação institucional mostra melhorias nas práticas atuais, mas continua a revelar insuficiências na formação técnica e no acompanhamento pós-acolhimento.
- As percepções dos acolhidos são mais positivas e idealizadas, enquanto as dos ex-acolhidos são mais críticas e realistas, refletindo a diferença entre expectativa e experiência.
- As competências disciplinares são amplamente desenvolvidas, mas faltam mecanismos eficazes de aplicação prática e de adaptação ao contexto laboral.

- A rede de apoio e o acompanhamento continuado após a saída emergem como os fatores de maior impacto na sustentabilidade das trajetórias.
- As narrativas dos jovens evidenciam resiliência e agência pessoal, mas também a persistência de barreiras estruturais que ultrapassam o alcance das instituições.

Em síntese, a análise global revela um processo de transição marcado por contradições: entre o ideal e o real, entre a proteção e a autonomia, entre o treino disciplinar e a exigência do mundo laboral. As evidências apontam para a necessidade de consolidar políticas e práticas de autonomização que combinem formação técnica, apoio emocional e acompanhamento prolongado, garantindo que a passagem do acolhimento à vida adulta não represente uma rutura, mas antes uma continuidade sustentada de crescimento, integração e cidadania plena.

Neste sentido, os resultados sublinham a urgência de políticas e práticas que respondam simultaneamente às duas dimensões. É fundamental garantir condições estruturais que previnam a precariedade e combatam a estigmatização, mas também potenciar a agência e a resiliência dos jovens, apoiando-os na construção de percursos autónomos e sustentáveis. Só através desta dupla abordagem será possível transformar expectativas em trajetórias concretas de inclusão social e profissional.

### **3.2 Discussão dos resultados**

A análise dos dados evidencia diferenças significativas entre jovens acolhidos e ex-acolhidos, particularmente no que se refere à preparação para a vida autónoma e à integração no mercado de trabalho. A idade emerge como uma variável relevante, ainda que não determinante para a estabilidade profissional. A concentração de ex-acolhidos em torno dos 27 anos permite uma leitura retrospectiva das dificuldades enfrentadas após a saída do sistema de acolhimento, coincidindo com o que Stein (2006) e Mendes et al. (2014) descrevem como uma transição frequentemente abrupta e insuficientemente apoiada, resultando em trajetórias laborais instáveis e marcadas pela precariedade. Os testemunhos recolhidos nesta investigação confirmam essa tendência, evidenciando um predomínio de empregos temporários e pouco qualificados, como os setores do retalho, fábricas e serviços de transporte (TVDE), acompanhados por dificuldades de gestão financeira e sentimentos de estigmatização decorrentes do passado institucional.

Entre os jovens ainda acolhidos, situados entre os 15 e os 18 anos, sobressai uma forte ansiedade e incerteza face à saída iminente, fenómeno amplamente identificado por Courtney e Dworsky (2006) e Munro et al. (2011) como uma das fases mais críticas da trajetória de acolhimento. Embora a idade cronológica indique progressão, esta não garante estabilidade, confirmando a ideia de que a autonomização constitui um processo prolongado e complexo (Mendes & Snow, 2016). Assim, a preparação para a vida adulta deve ser concebida como um percurso contínuo, sustentado num acompanhamento individualizado e prolongado, incluindo mecanismos de apoio pós-institucional ou aftercare (Stein, 2008).

No que respeita ao género, observa-se que a amostra é maioritariamente feminina, o que influencia a forma de expressão das experiências e das dificuldades. As ex-acolhidas tendem a relatar com maior detalhe dimensões emocionais e identitárias, como o isolamento social e a tendência para ocultar o passado institucional, confirmando o impacto persistente do estigma (Rutter, 2006). Já os participantes do sexo masculino apresentam discursos mais pragmáticos e orientados para o trabalho, em linha com as observações de Mendes e Moslehuddin (2006). Contudo, não se verifica uma correlação direta entre o género e a situação laboral, mas sim diferenças qualitativas nas narrativas e nas estratégias de enfrentamento.

Relativamente à escolaridade, identificam-se percursos muito diferenciados, variando entre o 9.º ano e o ensino superior. Todavia, a análise revela que não existe uma relação linear entre o nível de escolaridade e a inserção profissional. Casos como o da participante F1, que apesar de possuir um mestrado se encontra desempregada, contrastam com o da participante F4, com o 9.º ano e uma ocupação estável, o que demonstra que fatores contextuais, relacionais e estruturais têm um peso superior às qualificações formais (Simões, 2017; Ferreira et al., 2015). Assim, a escolaridade, por si só, não assegura a autonomia nem a empregabilidade, sobretudo quando não é acompanhada por políticas de habitação, estabilidade financeira e apoio social (Pereira, 2012).

O território em que o acolhimento ocorre revela-se igualmente determinante. Jovens provenientes de zonas periféricas ou rurais enfrentam maiores limitações em termos de acesso a oportunidades profissionais e formativas, o que vai ao encontro das conclusões de Mendes (2018) e Bäckman e Nilsson (2016) sobre o impacto do contexto

territorial nas trajetórias de inclusão. O tempo de permanência nas instituições apresenta, por sua vez, um efeito ambivalente estadias mais longas podem favorecer a continuidade escolar e emocional, mas não necessariamente a aquisição de competências de vida autónoma, enquanto saídas precoces tendem a gerar autonomias forçadas e situações de vulnerabilidade acrescida (Courtney et al., 2011; Harder et al., 2011).

A idade de entrada no sistema de acolhimento também se mostra relevante. Entradas precoces estão frequentemente associadas a ruturas familiares e educativas mais profundas, influenciando o desenvolvimento emocional e as expectativas de futuro, enquanto acolhimentos em idades mais tardias exigem intervenções intensivas e orientadas para a inserção profissional (Delgado, 2015; Stein, 2008). Neste sentido, a idade de entrada pode ser entendida como um marcador biográfico com valor preditivo sobre a forma como o jovem estrutura a sua identidade e projeta o seu percurso de vida (Courtney et al., 2011; Stein, 2012).

A análise da participação dos jovens na construção do seu projeto de vida revela perceções diferenciadas. Entre os ex-acolhidos, apenas metade refere ter participado de forma ativa nas decisões que influenciaram o seu percurso, o que indica a persistência de formas de participação simbólica mais do que efetiva, conforme assinalam Hart (1992) e Lansdown (2010). Já entre os jovens ainda acolhidos, observa-se uma perceção mais positiva, que pode refletir a implementação recente de práticas mais participativas e centradas no jovem, em consonância com o espírito da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP, 1999). Contudo, a participação plena continua fortemente dependente da relação estabelecida com os técnicos e da cultura institucional, conforme sublinha Sinclair (2004).

No domínio das competências e da preparação para o mercado de trabalho, constata-se que os ex-acolhidos valorizam sobretudo atributos comportamentais como a disciplina, o cumprimento de regras e o respeito hierárquico, o que reflete a socialização institucional, mas denunciam fragilidades significativas em competências práticas, técnicas e relacionais (Delgado, 2015; Gypen et al., 2017). Os jovens ainda acolhidos, por outro lado, evidenciam uma perceção mais equilibrada e otimista acerca da sua preparação, sugerindo avanços nas práticas pedagógicas e uma maior ênfase na empregabilidade (Delgado, 2020). Não obstante, persistem lacunas na articulação entre

a formação técnica e o desenvolvimento de competências transversais, fundamentais para a inserção profissional sustentada.

Em relação à formação e ao apoio recebido, os ex-acolhidos apontam a ausência de programas estruturados de orientação profissional e de acompanhamento pós-acolhimento, destacando a falta de continuidade entre o período institucional e a vida autônoma. Os jovens ainda acolhidos reconhecem, no entanto, algumas melhorias recentes, embora refiram que o impacto dessas medidas na empregabilidade concreta permanece limitado (ISS, 2022). Estes resultados reforçam a necessidade de políticas e programas de transição integrados, personalizados e de longa duração (Delgado & Carvalho, 2020).

O apoio institucional durante e após a saída do sistema é um dos eixos mais críticos. A maioria dos ex-acolhidos descreve um processo de desligamento abrupto, sem acompanhamento consistente, o que vai de encontro com Stein (2006) e Mendes e Mosneaga (2019) sobre a insuficiência dos mecanismos de aftercare. Em contraste, os jovens ainda acolhidos expressam uma avaliação mais positiva, refletindo esforços recentes de reestruturação dos serviços e de reforço das equipas técnicas. Contudo, a eficácia deste apoio depende, em larga medida, da qualidade relacional estabelecida entre técnicos e jovens (Winter, 2010).

A adaptação pós-acolhimento apresenta-se heterogénea: mais do que o nível de escolaridade, o fator decisivo parece ser a existência (ou ausência) de redes de suporte familiar e social. Jovens que enfrentam a saída de forma isolada relatam maior instabilidade emocional e profissional, bem como sentimentos de solidão e desorientação, o que confirma o risco acrescido da ausência de acompanhamento estruturado (Delgado, 2015; Stein, 2012).

No que respeita à habitação e à mobilidade, metade dos ex-acolhidos regressou à família de origem, enquanto outros optaram por residir com amigos ou sozinhos. As experiências de autonomia precoce, sem suporte institucional adequado, revelaram-se particularmente desafiantes. Entre os jovens ainda acolhidos, predomina o desejo de regressar à família, embora se verifique o surgimento de alternativas como apartamentos de autonomização, sinalizando progressos nas respostas institucionais (Montserrat et al., 2019). A mobilidade geográfica observada entre ex-acolhidos representa tanto uma

estratégia de procura de oportunidades como um processo simbólico de reconstrução identitária (Delgado, 2015; Bourdieu, 1986).

Em síntese, os resultados confirmam avanços importantes nas práticas institucionais, nomeadamente no reforço da preparação para a autonomia e na valorização da participação juvenil. Contudo, persistem lacunas estruturais: a ausência de programas de transição consistentes, a fragilidade do acompanhamento pós-acolhimento e as desigualdades territoriais continuam a condicionar a plena inserção social e profissional destes jovens. A autonomização, mais do que um momento de rutura, deve ser entendida como um processo contínuo, relacional e personalizado, que articule formação, suporte emocional, habitação e redes de apoio, promovendo transições mais seguras e sustentáveis (Stein, 2012; Mendes & Mosneaga, 2019).

## **Conclusões**

A presente dissertação teve como principal objetivo compreender as percepções dos jovens em acolhimento residencial relativamente à sua inserção profissional e à vida ativa, procurando identificar os principais desafios e oportunidades neste processo de transição para a autonomia. Pretendeu-se, igualmente, refletir sobre o papel das instituições e das políticas públicas na preparação e acompanhamento destes jovens, bem como na promoção de respostas mais eficazes e humanizadas.

Os objetivos delineados foram atingidos, uma vez que os dados recolhidos permitiram obter uma visão abrangente das trajetórias, experiências e expectativas dos participantes. A investigação adotou uma abordagem mista, de carácter descritivo e exploratório, combinando técnicas quantitativas e qualitativas. A recolha de dados decorreu através de inquéritos com perguntas abertas e fechadas, aplicados a uma amostra de 20 jovens — 10 acolhidos e 10 ex-acolhidos provenientes de diferentes regiões do país (Norte, Centro e Sul), com idades compreendidas entre os 15 e os 27 anos. Assim, foram contemplados tanto jovens ainda em acolhimento como aqueles que já haviam iniciado a sua vida autónoma.

Embora se trate de uma amostra reduzida e não representativa, os dados obtidos proporcionam uma visão relevante sobre as dinâmicas vividas por estes jovens e sobre as áreas em que ainda se verificam lacunas na preparação para a vida ativa.

A análise revelou evidências relevantes. A maioria dos jovens reconhece a importância do acolhimento residencial no seu desenvolvimento pessoal e social, destacando sobretudo a segurança, o apoio emocional e as oportunidades educativas proporcionadas. Contudo, verificaram-se fragilidades significativas na preparação para a autonomia e para a inserção profissional, particularmente ao nível de competências práticas, orientação vocacional e continuidade do acompanhamento após a saída das instituições.

Em linha com a literatura (Gaspar, 2014; Pereira, 2016; Pires, 2011), a transição do acolhimento para a vida ativa continua a ser uma fase crítica, marcada por incertezas, instabilidade e ausência de redes de apoio. Jovens que beneficiaram de maior acompanhamento institucional e de experiências formativas ou profissionais durante o

acolhimento apresentaram níveis mais elevados de confiança e de preparação para a autonomia. Por outro lado, aqueles sem acesso a esse tipo de apoio enfrentam maiores dificuldades na gestão das responsabilidades da vida adulta, reforçando a relevância de medidas de autonomização e de acompanhamento pós-acolhimento (follow up).

Do ponto de vista metodológico, o estudo mostrou-se pertinente para compreender a perceção dos próprios jovens sobre as respostas institucionais que lhes são oferecidas, permitindo cruzar dimensões subjetivas (emoções, expectativas e sentimentos) com indicadores objetivos (acesso a formação, emprego e acompanhamento). Embora a amostra não seja representativa da população total de jovens acolhidos em Portugal, os resultados fornecem pistas valiosas para reflexão e aperfeiçoamento das práticas de intervenção social. Entre as limitações do estudo destacam-se o tamanho reduzido da amostra, o período limitado de recolha de dados e o carácter de autoavaliação dos inquéritos, que pode introduzir enviesamentos relacionados com perceções subjetivas.

Apesar dessas limitações, o estudo oferece contributos relevantes para o conhecimento sobre as dinâmicas de acolhimento e autonomização de jovens em Portugal. Com base nos resultados, podem ser formuladas algumas recomendações:

- 1.1 Reforçar programas de preparação para a autonomia, com foco no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas às exigências da vida adulta.
- 1.2 Garantir acompanhamento pós-acolhimento sistemático e contínuo, assegurando apoio psicossocial, habitacional e laboral após a saída das instituições.
- 1.3 Ampliar programas de formação profissional e orientação vocacional, articulando escolas, empresas e entidades locais para facilitar a inserção no mercado de trabalho.
- 1.4 Investir na capacitação das equipas técnicas das casas de acolhimento, promovendo práticas centradas no projeto de vida e na participação ativa dos jovens.
- 1.5 Desenvolver futuras investigações com amostras mais amplas e diversificadas, incluindo abordagens longitudinais que acompanhem o percurso dos jovens ao longo do tempo.

Mesmo com limitações o estudo abre caminhos para futuras investigações, que poderão adotar metodologias mais amplas e comparativas, envolvendo diferentes instituições e regiões do país.

À luz dos resultados o estudo recomenda: (1) Promover a qualificação das Casas de Acolhimento através do cumprimento da Portaria n.º 450/2023 de 22 de dezembro (2) Existência de uma avaliação psicológica logo que a criança seja admitida na CA (ou antes, quando possível) com a utilização de instrumentos de avaliação standardizados e através da observação direta, bem como monitorização contínua da evolução da criança, com acesso a profissionais de saúde mental (nem sempre disponíveis em algumas regiões do país) (3) Melhorar a preparação para uma vida em autonomia durante todas as etapas do acolhimento (desde a entrada até à saída), promovendo o treino de competências para a autonomia nos seus diversos campos: emocional, relacional, funcional, etc., com recurso a protocolos e manuais de modo a sistematizar procedimentos (4) Orientação vocacional, contacto antecipado com realidades profissionais, apoio na procura ativa de emprego, com preparação para entrevistas, ajuda na elaboração de currículos e até mesmo orientação na criação do próprio negócio, promovendo um equilíbrio entre a orientação externa e a responsabilização gradual do jovem, no seu processo de inserção laboral (5) Atribuição de apoios formais após a saída do acolhimento, a nível social, psicológico e financeiro, capazes de suportar uma transição gradual, informada e emocionalmente equilibrada para uma vida autónoma, com destaque para a inserção laboral, habitação e acesso à saúde mental.

Este trabalho contribui para a reflexão e melhoria das práticas de intervenção social junto de jovens em acolhimento residencial, reforçando a importância de uma abordagem centrada na pessoa, promotora de direitos, dignidade e oportunidades. Mais do que uma investigação académica, pretendeu dar voz a jovens que, com apoio adequado, podem transformar vulnerabilidade em potencial, construindo trajetórias marcadas pela autonomia, participação e esperança.

A investigação confirma que a autonomia e a inserção profissional dos jovens acolhidos dependem fortemente da qualidade das experiências durante o acolhimento e da existência de redes de apoio que garantam continuidade e segurança após a saída. A preparação para a vida ativa deve ser entendida como um processo progressivo e

partilhado, envolvendo não apenas os jovens e as instituições, mas também o Estado e a sociedade.

O estudo evidencia a necessidade de uma intervenção social integrada, humanizada e centrada nos direitos e potencialidades dos jovens, promovendo políticas públicas mais justas, sustentáveis e inclusivas. Mais do que alcançar os objetivos inicialmente propostos, esta investigação permitiu refletir sobre as condições em que os jovens constroem os seus percursos de vida e sobre o papel das políticas e instituições na promoção da sua autonomia.

Ficou evidente que, apesar de o acolhimento residencial garantir proteção e estabilidade, persistem desafios significativos, como a ausência de acompanhamento pós-acolhimento estruturado, a escassez de programas de capacitação profissional e o limitado envolvimento da comunidade local. Simultaneamente, experiências positivas durante o acolhimento o apoio emocional, a participação em decisões e desenvolvimento de competências práticas mostram-se determinantes para a transição bem-sucedida para a vida adulta.

Para além do contributo científico, a investigação teve também dimensão pessoal e profissional. O contacto com os jovens revelou a sua resiliência, capacidade de superação e determinação em construir uma vida autónoma. As suas narrativas destacam não apenas dificuldades, mas também esperança e vontade de realização pessoal.

Do ponto de vista prático, os resultados sugerem a necessidade de reforçar a articulação entre instituições de acolhimento, escolas, serviços de emprego e estruturas comunitárias, criando percursos de transição mais integrados e sustentáveis. A formação contínua das equipas técnicas é igualmente crucial, dotando-as de metodologias eficazes para apoiar a autonomização dos jovens.

**BIBLIOGRAFIA**

## Referências bibliográficas

Agência Europeia para a Autonomia e Integração Comunitária. (2022). *Guidelines for autonomy and community integration*. European Union Publications.

Agulhas, R., & Alexandre, J. (2017). *Audição da criança: Guia de boas práticas*. Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados.

Albuquerque, C. (2020). *Políticas sociais e coesão territorial em Portugal*. Fundação Manuel dos Santos.

Assembleia da República. (2021). *Resolução da Assembleia da República n.º 118/2021, de 20 de abril*. Diário da República, Série I, n.º 76. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-assembleia-republica/118-2021-161766415>

Assembleia da República. (2023a). *Lei n.º 23/2023, de 25 de maio*. Diário da República, Série I, n.º 159. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/23-2023-213498832>

Assembleia da República. (2023b). *Lei n.º 46/2023, de 17 de agosto*. Diário da República, Série I, n.º 159. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/46-2023-219991256>

Bäckman, O., & Nilsson, A. (2016). Pathways to social exclusion: A life-course study. *European Sociological Review*, 32(1), 115–130.

Berridge, D. (2017). The education of young people in care: What have we learned? *Children and Youth Services Review*, 77, 232–239.

Biehal, N., & Wade, J. (2000). Going missing from care: Young people's views on going missing from residential and foster care. National Children's Bureau.

Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. In J. Richardson (Ed.), *Handbook of theory and research for the sociology of education* (pp. 241–258). Greenwood.

Brannen, J., & Nilsen, A. (2002). Young people's time perspectives: From youth to adulthood. *Sociology*, 36(3), 513–537.

Cabral, A. M. S. M. (2017). *Do acolhimento à autonomização: Perceções dos jovens que viveram institucionalizados* (Dissertação de mestrado em Educação para a Saúde, Escola

Superior de Educação de Coimbra & Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra).  
[https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/20010/1/ALCIDIA\\_CABRAL.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/20010/1/ALCIDIA_CABRAL.pdf)

Carvalho, M. (2013). Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens. Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano, Fundação Calouste Gulbenkian.  
[https://gulbenkian.pt/wpcontent/uploads/2021/05/52Est\\_Sistema\\_Nac\\_Acolhimento\\_Crianças\\_Jovens.pdf](https://gulbenkian.pt/wpcontent/uploads/2021/05/52Est_Sistema_Nac_Acolhimento_Crianças_Jovens.pdf)

Casas, F., & Montserrat, C. (2010). Participation of children and young people in out-of-home care: Conditions and barriers. *Children and Youth Services Review*, 32(10), 1515–1522.

Connell, R. (2012). Gender, health and theory: Conceptualizing the issue, in local and world perspective. *Social Science & Medicine*, 74(11), 1675–1683.

Connell, R. W. (2005). *Masculinities* (2nd ed.). Polity Press.

*Constituição da República Portuguesa*. Diário da República artigo 67º disponível a partir de <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775>

Courtney, M. E., Dworsky, A., Brown, A., Cary, C., Love, K., & Vorhies, V. (2011). Midwest evaluation of the adult functioning of former foster youth: Outcomes at age 26. Chapin Hall, University of Chicago.

Courtney, M., & Dworsky, A. (2006). Early outcomes for young adults transitioning from out-of-home care in the USA. *Child & Family Social Work*, 11(3), 209–219.

Decreto-Lei n.º 12/2008, de 17 de janeiro. (2008). *Regulamenta o regime de execução das medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo, respeitantes ao apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, à confiança a pessoa idónea e ao apoio para a autonomia de vida, previstas na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*. Diário da República, Série I, n.º 12, 559–567.  
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/12-2008-248484>

Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16 de setembro. (2019). Regime de execução do acolhimento familiar. Diário da República, Série I, n.º 178. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/139-2019-124716448>

Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro. (2019). Regime de execução do acolhimento residencial. Diário da República, Série I, n.º 206, 65–79. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/164-2019-125692191>

Decreto-Lei n.º 185/1993, de 22 de maio; Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro; e Decreto-Lei n.º 39/2025, de 25 de março. (1993/2019/2025). Organização Tutelar de Menores, regime jurídico da adoção e execução do acolhimento residencial, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo. Diário da República, Série I. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/39-2025-912256341>

Decreto-Lei n.º 39/2025, de 25 de março. (2025). *Altera a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que aprova a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, a Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, o Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de maio, e o Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro.* Diário da República, Série I, n.º 59. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/39-2025-912256341>

Del Valle, J. F., Bravo, A., & López, M. (2013). Leaving residential care in Spain: A long-term assessment of outcomes and transitions to adulthood. *Children and Youth Services Review*, 35(12), 2404–2410.

Delgado, P. (2011). *Jovens em acolhimento e transição para a vida adulta: Riscos e oportunidades.* Porto: Livpsic.

Delgado, P. (2015). *Acolhimento residencial e autonomização: Jovens em transição para a vida adulta.* Livpsic.

Delgado, P., & Carvalho, M. J. (2020). Escuta e participação de crianças e jovens em acolhimento residencial: Entre o discurso e a prática. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 19, 65-84.

Diário da República. (2024). *Medida +Emprego.* Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2024/09/18400/0004700057.pdf>

ECO. (2024, 25 de novembro). *12% dos jovens portugueses acumulam estudos e trabalho: é menos do que a média da UE*. <https://eco.sapo.pt/2024/11/25/12-dos-jovens-portugueses-acumulam-estudos-e-trabalho-e-menos-do-que-a-media-da-ue/>

Fernandes, A. L. (2010). *Programa de desenvolvimento de competências de autonomia em jovens em acolhimento residencial* [Dissertação de mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório ISCTE-IUL. Disponível a partir de: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2895>

Fernandes, L. (2016). *A voz das crianças em contextos de acolhimento institucional: Direitos, desafios e práticas*. Lisboa: Instituto de Apoio à Criança.

Ferreira, H. B. (2025, 22 de outubro). *Acolhimento residencial: o pior do sistema de protecção de crianças em perigo*. Público. Disponível a partir de <https://www.publico.pt/2025/10/22/opinioao/opinioao/acolhimento-residencial-pior-sistema-protecao-criancas-perigo-2151643>

Ferreira, T., Silva, C., & Pinto, R. (2015). Apoio à transição para a vida adulta: Desafios e recomendações para o sistema de acolhimento português. *Análise Psicológica*, 33(4), 433–446.

Fundação Calouste Gulbenkian (2015). *Autonomia – Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*. Lisboa. Disponível a partir de: [https://gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2016/05/Brochura-Autonomia-Final-28\\_05.pdf](https://gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2016/05/Brochura-Autonomia-Final-28_05.pdf)

Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE). (2024). *Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego*. Disponível em: <https://gee.gov.pt>

Garantia para a Infância. (2025). *Relatório Casa 2024*. <https://www.garantiainfancia.gov.pt/documents/37502/0/Relat%C3%B3rio+Casa+2024/d672f9d9-ef67-474c-8b78-65dee1f040bb>

Gaspar, J. P. (2014). *Autonomização de jovens em acolhimento institucional: o desafio da transição para a vida adulta*. *Revista EKS*, 2(2), 60–73.

Gaspar, J. P. (2017, julho). *Desafios da autonomização com jovens (ex)acolhidos*. V *Congresso Internacional em Estudos da Criança*. Universidade do Minho.

Gaspar, J. P. (2022, fevereiro 18). *Acolhimento de jovens deve ter "portas de vai e vem", não apenas de "vai e boa sorte"*. Rádio Renascença.

Gaspar, J. P., Alcoforado, L., & Santos, M. M. (2015). Vinculação e autonomização em lares de infância e juventude em Portugal: As opiniões dos técnicos sobre a perceção de adultos ex-institucionalizados. *Ciência, Educação e Saúde*, 2(1), 43–58.

Gaspar, J. P., Gaspar, M. F., & Melo, J. D. (2023). Jovens adultos que viveram acolhidos: autonomização desafiante. *Revista Multidisciplinar*. Disponível a partir de: <https://revistamultidisciplinar.com/index.php/oj/article/view/4>

Gaspar, J. P., Matos, T. A., & Cruz, O. C. (2019). Jovens adultos que viveram acolhidos: autonomização desafiante. *Revista Multidisciplinar em Psicologia*, 13(3), 23–38.

Gaspar, J.P. (2014). *Os desafios da autonomização: estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspetiva de Adultos e Jovens Adultos ex-institucionalizados (Tese de Doutoramento em Psicologia da Educação, Universidade de Coimbra, Portugal)*. Disponível a partir de <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/25245/1/Tese%20Jo%c3%a3o%20Pedro%20Gaspar.pdf>

Gaspar, M. F, e Gaspar, J. P, (2017). Desafios de Autonomização com Jovens (Ex) Acolhidos. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 8:1 (2017). Pp.187-203, disponível a partir de <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/rpca/article/view/2486/pdf>

Gaspar, T., (2014). *Os Desafios da Autonomização: Estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspetiva de adultos e jovens-adultos ex-institucionalizados*. Lisboa: Estudo Geral.

Gaspar, T., et al. (2019). “Importância das competências de autonomia em jovens acolhidos”. In: *Jovens em Acolhimento Residencial: Fatores Determinantes e ...* (local de publicação não especificado).

Gilligan, R. (2000). Adversity, resilience and young people: The protective value of positive school and spare time experiences. *Children & Society*, 14(1), 37–47.

Gypen, L., Vanderfaeillie, J., De Maeyer, S., Belenger, L., & Van Holen, F. (2017). Outcomes of children who grew up in foster care: Systematic review. *Children and Youth Services Review*, 76, 74-83.

Harder, A. T., Knorth, E. J., & Kalverboer, M. E. (2011). Transition to adulthood: A “booster shot” for adolescents in residential care. *Children and Youth Services Review*, 33(6), 1090–1098.

Hart, R. (1992). *Children’s participation: From tokenism to citizenship*. Florence: UNICEF Innocenti Essays.

Human Resources Portugal. (2024, 30 de agosto). *Há (muito) menos jovens NEET em Portugal: veja quanto diminuiu o número numa década*. <https://hrportugal.sapo.pt/ha-muito-menos-jovens-nem-nem-em-portugal-veja-quanto-diminui-o-numero-numa-decada/>

Instituto da Segurança Social [ISS]. (2020). *Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens – CASA 2020*. Lisboa: ISS, I.P. [https://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/relatorio\\_casa\\_2019.pdf](https://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/relatorio_casa_2019.pdf)

Instituto da Segurança Social [ISS]. (2022). *Relatório de atividades das casas de acolhimento e programas de autonomização*. Lisboa: ISS, I.P.

Lansdown, G. (2011). *Every child’s right to be heard: A resource guide on the UN Committee on the Rights of the Child General Comment No. 12*. London: Save the Children.

Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro. (2015). *Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro*. Diário da República, Série I, n.º 175. [https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=545&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=545&tabela=leis) Diário da República

Lei n.º 147/1999, de 1 de setembro. (1999). *Lei de proteção de crianças e jovens em perigo*. Diário da República, Série I-A, n.º 204. <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/lei/1999-34542475> Ordem dos Advogados

Lei n.º 23/2017, de 23 de maio. (2017). *Terceira alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, alargando o período de proteção até aos 25 anos.* Diário da República, Série I, n.º 99. [https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?ficha=1&nid=2679&pagina=1&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?ficha=1&nid=2679&pagina=1&tabela=leis) Diário da República

Lei n.º 23/2023, de 25 de maio. (2023). *Prevê a retoma das medidas de acolhimento e o estabelecimento de programas de autonomização de crianças e jovens em perigo, alterando a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.* Diário da República, Série I, n.º 101. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/23-2023-213498832>

Lei n.º 26/2018, de 5 de julho. (2018). *Regularização do estatuto jurídico das crianças e jovens de nacionalidade estrangeira acolhidos em instituições do Estado ou equiparadas.* Diário da República, Série I, n.º 128, 2902–2903. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/26-2018-115643971> crlisboa.org

Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto. (2003). *Altera o Código Civil, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, o Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de maio, e a Organização Tutelar de Menores.* Diário da República, Série I, n.º 197. [https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=546&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=546&tabela=leis)

Lei n.º 37/2025, de 31 de março. (2025). *Possibilita que familiares e pessoas candidatas à adoção possam ser famílias de acolhimento e reforça os direitos das crianças e jovens em acolhimento, alterando a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, e o Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16 de setembro.* Diário da República, Série I, n.º 63. [https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=3893&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=3893&tabela=leis)

Lei n.º 39/2025, de 1 de abril. (2025). *Proíbe o casamento de menores e inclui o casamento infantil, precoce ou forçado no conjunto das situações de perigo que legitimam a intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo, alterando o Código Civil, o Código do Registo Civil e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.* Diário da República, Série I, n.º 64. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/39-2025-913223399> CIG

Mendes, F. R. (2018). Desigualdades territoriais e inserção profissional dos jovens: O papel dos contextos locais. *Revista de Ciências Sociais*, 49(2), 97–116.

Mendes, F. R., & Carvalho, M. (2019). Transições precárias: Jovens em acolhimento e o desafio da autonomia. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 19, 45–63.

Mendes, F., & Araújo, H. (2014). *A transição para a vida adulta de jovens que viveram em acolhimento residencial: Desafios e percursos*. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 14, 57–76.

Mendes, H., & Mosneaga, A. (2019). Transition from care to adulthood: Comparative analysis of European practices. *Social Work & Society*, 17(2), 1-15.

Mendes, P., & Moslehuddin, B. (2006). From dependence to interdependence: Towards better outcomes for young people leaving state care. *Child Abuse Review*, 15(2), 110–126.

Mendes, P., & Snow, P. (2016). *Young people transitioning from out-of-home care: International research, policy and practice*. Palgrave Macmillan.

Mendes, P., Johnson, G., & Moslehuddin, B. (2014). Young people transitioning from out-of-home care: A critical analysis of leaving care policy, legislation and housing support in the Australian context. *International Journal of Social Welfare*, 20(2), 121–129.

Ministério da Justiça. (2023). *Portaria n.º 450/2023, de 22 de dezembro*. Diário da República, Série I, n.º 246. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/450-2023-812826259>

Montserrat, C., Casas, F., & Sisteró, C. (2019). Transition to adulthood from care: New challenges and opportunities. *European Journal of Social Work*, 22(6), 1020-1032.

Morris, A. S., Silk, J. S., Steinberg, L., Myers, S. S., & Robinson, L. R. (2007). *The role of the family context in the development of emotion regulation*. *Social Development*, 16(2), 361–388. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9507.2007.00389.x>

Mota, C. P., & Matos, P. M. (2008). Adolescência e institucionalização uma perspectiva de vinculação. *Psico*, 39(1), 78-89.

Munro, E. R., Lushey, C., Ward, H., & National Care Advisory Service. (2011). Evaluation of the Right2BCared4 pilots: Final report. Department for Education, UK.

OECD. (2024). *Job creation and local economic development 2024 – Country notes: Portugal*. OECD Publishing. Disponível a partir de: [https://www.oecd.org/en/publications/job-creation-and-local-economic-development-2024-country-notes\\_ad2806c1-en/portugal\\_a3e55c7a-en.html](https://www.oecd.org/en/publications/job-creation-and-local-economic-development-2024-country-notes_ad2806c1-en/portugal_a3e55c7a-en.html)

Oliveira, L., & Ribeiro, M. (2020). Jovens, território e oportunidades: Um olhar sobre as transições para a vida adulta em Portugal. *Revista Lusófona de Educação*, 48, 93–110.

PAJE – Plataforma de Apoio aos Jovens Ex-acolhidos (2022). *Recomendações Nacionais para a Autonomização de Jovens*.

PAJE – Plataforma de Apoio aos Jovens Ex-acolhidos (2022). *Recomendações Internacionais para a Autonomização e Integração Social*.

PAJE – Plataforma de Apoio aos Jovens Ex-Acolhidos. (2022). Relatório Anual de Atividades e Casuística dos Jovens Acompanhados.

PAJE – Plataforma de Apoio aos Jovens Ex-Acolhidos. (2022). Relatório Anual de Atividades e Casuística dos Jovens Acompanhados. PAJE.

Pereira, C. (2012). A transição para a vida adulta dos jovens em acolhimento institucional: Contributos para um modelo de intervenção. *Interações*, 8(22), 83–104.

Pereira, D.T, (2016). *Desafios à (Des) Institucionalização de Crianças e Jovens: processos de autonomização e pós-acolhimento* (Dissertação de Mestrado em Economia Social, Universidade Católica Portuguesa, Portugal). Disponível a partir de <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/21788/1/Tese%20Daniela%20Pereira.pdf>

Pires, S. A. C. (2011). *A promoção da autonomia em jovens institucionalizados* (Relatório de estágio, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança). Instituto Politécnico de Bragança. <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/6856/1/A%20Promoc%CC%A7a%CC%83o%20da%20Autonomia%20em%20Jovens%20Institucionalizados.pdf>

- Pires, S.(2011). A Promoção da Autonomia em Jovens Institucionalizadas (Relatório de Estágio para obtenção do Grau de Mestre em Educação Social, Instituto Politécnico de Presidência do Conselho de Ministros. (2021). Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030 (*Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro*). <https://encp.gov.pt> / <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/184-2021-246819>
- República Portuguesa. (1999). *Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*. Diário da República, Série I-A, n.º 207, de 1 de Setembro de 1999. Disponível a partir de
- Resolução do Conselho de Ministros. (2021). Promoção da inclusão de jovens vulneráveis. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/resolucao-conselho-ministros/2021-863010347>
- Rodrigues, C. C. (2016). A autonomia de vida e o suporte social de jovens adultos provenientes de acolhimento residencial. <http://hdl.handle.net/10400.19/4482>
- Rodrigues, P., Alexandre, J., & Agulhas, R. (2016). A audição da criança: Desenho, implementação e avaliação de uma formação para Magistrados Portugueses [Dissertação de mestrado]. ISCTE-IUL.
- Rodrigues, V., & Leal, I. (2020). Percursos de vida de jovens ex-acolhidos: O papel da educação e dos vínculos de apoio. *Psicologia, Educação e Cultura*, 24(1), 95–108.
- Rutter, M. (2006). Implications of resilience concepts for scientific understanding. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1094(1), 1–12.
- Santos, M. A. Mendes. (2010). *O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco* (Tese de mestrado, Universidade de Coimbra). Repositório da Universidade de Coimbra.
- Sevilhano-Monge, V. (2021). La transición a la vida adulta de los jóvenes extutelados: trayectorias, desafíos y políticas de acompañamiento. Tese de Doutoramento, Universidad de Sevilla.

Sevilhano-Monge, V. (2021). La transición a la vida adulta de los jóvenes extutelados: trayectorias, desafíos y políticas de acompañamiento. Tese de Doutoramento, Universidad de Sevilla.

Simões, F. (2017). Leaving care, dropping out of school and becoming NEET: A meta-analysis of risk, protection and intervention factors. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, 30(1), 1–12.

Sinclair, R. (2004). Participation in practice: Making it meaningful, effective and sustainable. *Children & Society*, 18(2), 106–118. <https://doi.org/10.1002/chi.817>

Stein, M. (2006). Research review: Young people leaving care. *Child & Family Social Work*, 11(3), 273–279.

Stein, M. (2006). Research review: Young people leaving care. *Child & Family Social Work*, 11(3), 273-279.

Stein, M. (2006). Young people aging out of care: The poverty of theory. *Children and Youth Services Review*, 28(4), 422–434.

Stein, M. (2008). Resilience and young people leaving care: Overcoming the odds. Joseph Rowntree Foundation.

Stein, M. (2008). Resilience and young people leaving care: Overcoming the odds. York: Joseph Rowntree Foundation.

Stein, M. (2008). Resilience and young people leaving care. *Child Care in Practice*, 14(1), 35–44.

Stein, M. (2012). Young people leaving care: Supporting pathways to adulthood. Jessica Kingsley Publishers.

Stein, M. (2012). Young people leaving care: Supporting pathways to adulthood. London: Jessica Kingsley Publishers.

Unicef (2019). Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos (Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada por

Portugal em 21 de setembro de 1990). Disponível a partir de [https://www.unicef.pt/media/2766/unicef\\_convenc-a-o\\_dos\\_direitos\\_da\\_crianca.pdf](https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf)

Winter, K. (2010). The perspectives of young children in care about their circumstances and implications for social work practice. *Child & Family Social Work*, 15(2), 186-195

## **ANEXOS**

## Anexo 1

### Percepção do que os jovens sentem ou sentiram e a projeção no futuro

#### Identificação:

1. Idade/data de nascimento: \_\_\_\_\_
2. Sexo/Género: \_\_\_\_\_
3. Nível de escolaridade: \_\_\_\_\_
4. Em que distrito se encontrava a Casa de Acolhimento?: \_\_\_\_\_
5. Durante quanto tempo esteve acolhido?: \_\_\_\_\_
  - a. Idade de entrada na primeira Casa de Acolhimento: \_\_\_\_\_
  - b. Idade de saída da Casa de Acolhimento: \_\_\_\_\_

De seguida por favor, responda a todas as perguntas. Se não tiver certeza da resposta a uma pergunta, escolha a que lhe parecer mais apropriada. Muitas vezes, essa será a que lhe ocorrer primeiro. Tenha presente os seus hábitos, expectativas e preocupações. Leia cada pergunta e veja como se sente a respeito dela.

#### Participação e Preparação

6. Participei ativamente no meu projeto de vida.
  - (1) Discordo totalmente
  - (2) Discordo
  - (3) Concordo
  - (4) Concordo totalmente
  
7. Fui ouvido quanto ao percurso que quero seguir.
  - (1) Discordo totalmente
  - (2) Discordo
  - (3) Concordo
  - (4) Concordo totalmente
  
8. Sinto que saí preparado da Casa de Acolhimento para o mercado de trabalho.
  - (1) Discordo totalmente
  - (2) Discordo

(3) Concordo

(4) Concordo totalmente

9. Recebi formação ou orientação em áreas relacionadas com a preparação para o mercado de trabalho.

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Concordo

(4) Concordo totalmente

10. Sinto que existiu apoio suficiente na Casa de Acolhimento para a transição para o mercado de trabalho.

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Concordo

(4) Concordo totalmente

11. Com base na sua preparação para a saída da Casa de Acolhimento, considero que esta foi:

( ) Muito difícil e sem preparação adequada

( ) Com alguns desafios, mas com alguma preparação

( ) Relativamente fácil, com boa preparação

( ) Fácil e bem preparada

12. Como foi realizada a preparação para o mercado de trabalho?

( ) Não recebi qualquer tipo de preparação

( ) Recebi alguma preparação, mas considero-a insuficiente

( ) A preparação foi útil, mas poderia ser melhor

( ) A preparação foi completa e eficaz

13. Aquando da saída, fui viver:

( ) Com a família

- ( ) Sozinho(a)
- ( ) Com amigos
- ( ) Outra situação: \_\_\_\_\_

13.1 Como considera que foi a adaptação?

- ( ) Muito difícil
- ( ) Com alguns desafios
- ( ) Relativamente fácil
- ( ) Fácil e sem dificuldades

14. Quando saí da Casa de Acolhimento:

- ( ) Continuei na mesma zona onde estava
- ( ) Mudei-me para outra localidade

15. Que competências adquiriu, na Casa de Acolhimento, que o(a) ajudaram ou irão ajudar na integração no mercado de trabalho?

Indique, numa escala de 1 a 6, o quanto sente que adquiriu em cada uma das seguintes competências:

16. Legenda:

- 17. 1 – Não adquiri
- 6 – Adquiri completamente

<b>Competência</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>
Respeito pelas hierarquias						
Cumprimento de horários						
Responsabilidade						
Trabalho em equipa						
Comunicação eficaz						
Resolução de problemas						
Capacidade de adaptação						
Organização do tempo						
Competências técnicas (ligadas à área)						

18. Atualmente encontra-se a trabalhar?

- (1) Sim

(2) Não

Apenas responda caso ainda não esteja a trabalhar

19. Está preparado(a) para o mercado de trabalho.

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Concordo

(4) Concordo totalmente

20. Considero que vou conseguir encontrar um emprego.

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Concordo

(4) Concordo totalmente

21. Considero que é possível trabalhar na minha área de interesse/estudo.

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Concordo

(4) Concordo totalmente

22. Há oportunidades de trabalho na região onde estou ou desejo morar.

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Concordo

(4) Concordo totalmente

23. Quais considera que podem ser as maiores dificuldades relativamente ao mercado de trabalho após a sua saída da Casa de Acolhimento?

**Apenas responda caso esteja a trabalhar**

24. Qual é a sua função atual e em que área está a trabalhar?  
(descreve brevemente)

25. Quais considera que foram/estão a ser as principais dificuldades?  
(descreve brevemente)

26. Sentiu algum tipo de discriminação durante a entrevista?  
( ) Sim  
( ) Não

Se sim, de que tipo? \_\_\_\_\_

27. Mencionou na entrevista que foi acolhido?  
( ) Sim  
( ) Não

28. Quais são as suas expectativas em relação ao futuro no mercado de trabalho?  
( ) Tenho poucas expectativas e vejo dificuldades pela frente  
( ) Estou incerto(a), mas espero conseguir alguma estabilidade  
( ) Tenho expectativas moderadas e acredito que conseguirei progredir  
( ) Estou confiante e otimista quanto ao meu futuro profissional

29. Que tipo de apoio ou recursos consideras que seriam benéficos para jovens em acolhimento na sua preparação para o mercado de trabalho?  
(descreve brevemente)

30. Como te vêes daqui a 5 anos?  
(descreve brevemente)

Agradecemos a sua participação!

## Anexo 2

### Perceção do que os jovens sentem ou sentiram e a projeção no futuro

#### Identificação:

1. Idade/data de nascimento: \_\_\_\_\_
2. Sexo/Género: \_\_\_\_\_
3. Nível de escolaridade: \_\_\_\_\_
4. Em que distrito se encontra acolhido?: \_\_\_\_\_
5. Há quanto tempo está acolhido?: \_\_\_\_\_
  - a. Idade de entrada na primeira Casa de Acolhimento: \_\_\_\_\_
    - i. Se já esteve acolhido em mais de uma Casa de Acolhimento, qual era a sua idade ao entrar na Casa de Acolhimento atual?: \_\_\_\_\_

De seguida por favor, responda a todas as perguntas. Se não tiver certeza da resposta a uma pergunta, escolha a que lhe parecer mais apropriada. Muitas vezes, essa será a que lhe ocorrer primeiro. Tenha presente os seus hábitos, expectativas e preocupações. Leia cada pergunta e veja como se sente a respeito dela.

#### Participação e Preparação

6. Participo ativamente no meu projeto de vida.
  - (1) Discordo totalmente
  - (2) Discordo
  - (3) Concordo
  - (4) Concordo totalmente
  
7. Sou ouvido quanto ao percurso que quero seguir.
  - (1) Discordo totalmente
  - (2) Discordo
  - (3) Concordo
  - (4) Concordo totalmente
  
8. Sinto que vou sair preparado da Casa de Acolhimento para o mercado de trabalho.
  - (1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Concordo

(4) Concordo totalmente

9. Recebo formação ou orientação em áreas relacionadas com a preparação para o mercado de trabalho.

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Concordo

(4) Concordo totalmente

10. Sinto que existe apoio suficiente na Casa de Acolhimento para a transição para o mercado de trabalho.

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Concordo

(4) Concordo totalmente

11. Com base na preparação para a saída da Casa de Acolhimento, considero que esta será:

( ) Muito difícil e sem preparação adequada

( ) Com alguns desafios, mas com alguma preparação

( ) Relativamente fácil, com boa preparação

( ) Fácil e bem preparada

12. Como está a ser realizada a preparação para o mercado de trabalho?

( ) Não estou a receber qualquer tipo de preparação

( ) Estou a receber alguma preparação, mas considero-a insuficiente

( ) A preparação tem sido útil, mas poderia ser melhor

( ) A preparação está a ser completa e eficaz

13. Aquando da saída, irá viver:

- ( ) Com a família  
 ( ) Sozinho(a)  
 ( ) Com amigos  
 ( ) Outra situação: \_\_\_\_\_

13.1 Como considera que será a adaptação?

- ( ) Muito difícil  
 ( ) Com alguns desafios  
 ( ) Relativamente fácil  
 ( ) Fácil e sem dificuldades

14. Quando sair da Casa de Acolhimento, pretende:

- ( ) Continuar na mesma zona onde estou atualmente  
 ( ) Mudar para outra localidade  
 ( ) Ainda não decidi

15. Que competências adquiriu ou está a adquirir, na Casa de Acolhimento, que o(a) ajudaram ou irão ajudar na integração no mercado de trabalho?

Indique, numa escala de 1 a 6, o quanto sente que adquiriu em cada uma das seguintes competências:

Legenda:

1 – Não adquiri

6 – Adquiri completamente

Competência	1	2	3	4	5	6
Respeito pelas hierarquias						
Cumprimento de horários						
Responsabilidade						
Trabalho em equipa						
Comunicação eficaz						
Resolução de problemas						
Capacidade de adaptação						
Organização do tempo						
Competências técnicas (ligadas à área)						

16. Atualmente encontra-se a trabalhar?

- (1) Sim
- (2) Não

**Apenas responda caso ainda não esteja a trabalhar**

17. Estou preparado(a) para o mercado de trabalho.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Concordo
- (4) Concordo totalmente

18. Considero que vou conseguir encontrar um emprego.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Concordo
- (4) Concordo totalmente

19. Considero que é possível trabalhar na minha área de interesse/estudo.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Concordo
- (4) Concordo totalmente

20. Há oportunidades de trabalho na região onde estou ou desejo morar.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Concordo
- (4) Concordo totalmente

21. Quais considera que podem ser as maiores dificuldades relativamente ao mercado de trabalho após a saída da Casa de Acolhimento?

**Apenas responda caso esteja a trabalhar**

22. Qual é a sua função atual e em que área está a trabalhar?  
(descreva brevemente)

23. Quais considera que foram/estão a ser as principais dificuldades?  
(descreva brevemente)

24. Sentiu algum tipo de discriminação durante a entrevista?  
 Sim

Não

Se sim, de que tipo? \_\_\_\_\_

25. Mencionou na entrevista que se encontra acolhido?  
 Sim

Não

26. Quais são as suas expectativas em relação ao futuro no mercado de trabalho?  
 Tenho poucas expectativas e vejo dificuldades pela frente

Estou incerto(a), mas espero conseguir alguma estabilidade

Tenho expectativas moderadas e acredito que conseguirei progredir

Estou confiante e otimista quanto ao meu futuro profissional

27. Que tipo de apoio ou recursos considera que seriam benéficos para jovens em acolhimento na sua preparação para o mercado de trabalho?  
(descreva brevemente)

28. Como se vê daqui a 5 anos?  
(descreva brevemente)

Agradecemos a sua participação!

### Anexo 3

#### **Perceção das Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial e Intervenção para a sua Inserção Profissional e Vida Ativa: Desafios e Oportunidades**

O meu nome é Carolina Semedo Té e, encontro-me a realizar a minha Dissertação no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento Local e Educação de Adultos, da Escola Superior de Educação de Coimbra, pelo que agradeço o tempo que está a dedicar a este estudo.

O presente projeto intitula-se *Perceção das Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial e Intervenção para a sua Inserção Profissional e Vida Ativa: Desafios e Oportunidades* e tem como principais objetivos:

1. Analisar as perceções e vivências dos jovens em acolhimento residencial no contexto da sua inserção profissional.
2. Identificar os principais desafios e oportunidades que encontram no processo de transição para o mercado de trabalho.

Para alcançar estes objetivos, solicitamos que responda a um conjunto de questões relacionadas com a perceção de jovens (ex)acolhidos relativamente à preparação para o mercado de trabalho durante o período de acolhimento. O tempo de preenchimento não deverá exceder os 30 minutos.

A privacidade e a proteção dos dados estão de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia.

Os seus dados pessoais não serão, de modo nenhum, divulgados pela equipa de investigação, garantindo-se a segurança e a privacidade dos dados.

Não existem respostas certas ou erradas, apenas pretendemos que responda da forma mais sincera possível. A investigação é anónima e confidencial, pelo que é atribuído um código a cada participante, para que este não seja identificado.

A base de dados será tratada apenas pela equipa de investigação envolvida no projeto, sendo a informação recolhida utilizada única e exclusivamente para fins

científicos. Os dados recolhidos serão guardados durante a recolha de informação na Cloud OneDrive, onde só possui acesso a investigadora aqui presente.

A sua participação é totalmente voluntária, o que significa que pode desistir a qualquer momento da investigação, sem ser necessário justificar esta decisão. Embora não se prevejam quaisquer riscos associados à participação no estudo, poderá fazê-lo caso sinta algum desconforto com as questões. Apesar de não obter benefícios diretos, o seu contributo será fundamental para o projeto poder ter impacto na investigação científica, no sistema de saúde e nas políticas públicas, fornecendo diretrizes baseadas na evidência.

Se sentir necessidade de encaminhamento para um serviço de saúde mental, ou pretender esclarecer alguma dúvida acerca do presente estudo, por favor contacte através do e-mail: [carolinasedot@gmail.com](mailto:carolinasedot@gmail.com)

Para participar na entrevista, tem de declarar que:

1. Tenho entre 16 e 27 anos;
2. Estive numa Casa de Acolhimento residencial no mínimo 6 meses;
3. Saí da Casa de Acolhimento no máximo há 24 meses;
4. Participo no estudo de forma voluntária.

Por favor, assine apenas se estas quatro condições se verificarem.

*Carolina Semedo Té*

*Assinatura*

---

#### Anexo 4

### **Casa Perceção das Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial e Intervenção para a sua Inserção Profissional e Vida Ativa: Desafios e Oportunidades**

O meu nome é **Carolina Semedo Té** e, encontro-me a realizar a minha Dissertação no âmbito do **Mestrado em Desenvolvimento Local e Educação de Adultos**, da Escola Superior de Educação de Coimbra, pelo que **agradeço o tempo** que está a dedicar a este estudo.

O presente projeto intitula-se ***Perceção das Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial e Intervenção para a sua Inserção Profissional e Vida Ativa: Desafios e Oportunidades*** e tem como principais objetivos:

1. Analisar as perceções e vivências dos jovens em acolhimento residencial no contexto da sua inserção profissional.
2. Identificar os principais desafios e oportunidades que encontram no processo de transição para o mercado de trabalho.

Para alcançar estes objetivos, solicitamos que responda a um conjunto de questões relacionadas com a **perceção de jovens (ex)acolhidos relativamente à preparação para o mercado de trabalho durante o período de acolhimento**. O tempo de preenchimento não deverá exceder os 30 minutos.

A privacidade e a proteção dos dados estão de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia.

Os seus dados pessoais não serão, de modo nenhum, divulgados pela equipa de investigação, garantindo-se a segurança e a privacidade dos dados.

**Não existem respostas certas ou erradas**, apenas pretendemos que responda da forma mais sincera possível. A investigação é **anónima e confidencial**, pelo que é atribuído um código a cada participante, para que este não seja identificado.

A base de dados será tratada apenas pela equipa de investigação envolvida no projeto, sendo **a informação recolhida utilizada única e exclusivamente para fins**

**científicos.** Os dados recolhidos serão guardados durante a recolha de informação na Cloud OneDrive, onde só possui acesso a investigadora aqui presente.

**A sua participação é totalmente voluntária**, o que significa que pode desistir a qualquer momento da investigação, sem ser necessário justificar esta decisão. Embora **não se prevejam quaisquer riscos** associados à participação no estudo, poderá fazê-lo caso sinta algum desconforto com as questões. Apesar de não obter benefícios diretos, **o seu contributo será fundamental** para o projeto poder ter **impacto na investigação científica, no sistema de saúde e nas políticas públicas**, fornecendo diretrizes baseadas na evidência.

Se sentir **necessidade de encaminhamento para um serviço de saúde mental**, ou pretender **esclarecer alguma dúvida** acerca do presente estudo, por favor contacte através do e-mail: [carolinasemedot@gmail.com](mailto:carolinasemedot@gmail.com)

Para participar na entrevista, tem de declarar que:

1. Tenho entre 16 e 25 anos;
2. Estou numa Casa de Acolhimento residencial há pelo menos 6 meses;
3. Participo no estudo de forma voluntária.

Por favor, assine apenas se estas três condições se verificarem.

*Carolina Semedo Té*

*Assinatura*

---

